Leis
Complementares

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 048 DE 04 JULHO DE 1995.

ALTERA DISPOSITIVO DO CODIGO TRIBUTARIO.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o artigo 94 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 014/93, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 94 - São solidariamente responsáveis conjuntamente com o contratante e o empreiteiro da obra, o proprietário do bem imóvel quanto aos serviços previstos nos itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços fixada pelo artigo 65, prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem prova de pagamento do imposto.

Parágrafo Único - Fica excluida a solidariedade do proprietário do bem imóvel, nas construções residenciais de até 70,00 m2 (setenta metros quadrados)".

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação ou afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,04 de julho de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 047 DE 28 DE JUNHO DE 1995.

Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de junho de 1995.

Artigo 2º - A tabela anexa de referências, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 28 de junho de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 28 de 06 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

A N E X O III

T A B E L A D E R E F E R E N C I A S

REFERENCIAS	VALORES R$
01	191,03
02	213,73
03	239,59
04	268,32
05	300,48
06	336,52
07	376,84
08	428,49
09	472,63
10	529,30
11	592,81
12	663,94
13	743,53
14	832,75
15	932,66

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 046 DE 30 DE MAIO DE 1995.

DISPOE SOBRE A ALTERAÇAO DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 3% (Treis por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de maio de 1995.

Artigo 2º - A tabela anexa de referência, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 30 de maio de 1995

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 30 de maio de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

ANEXO III

TABELA DE REFERENCIAS

REFERENCIAS	VALORES R$
01	181,94
02	203,56
03	228,19
04	255,55
05	286,18
06	320,50
07	358,90
08	408,09
09	450,13
10	504,10
11	564,59
12	632,33
13	708,13
14	793,10
15	888,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI COMPLEMENTAR Nº 044 de 05 de maio de 1995.

ISENTA DE TAXAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS E EDUCATIVAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam as entidades assistenciais e educativas, sem fins lucrativos, com Estatutos Sociais devidamente registrados em Cartório de Pessoas Jurídicas, isentos das Taxas do Poder de Polícia.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação ou afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 05 de maio de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 05 de maio de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

Lei Complementar Nº 045 de 05 de maio de 1995

Dispõe sobre a alteração do Anexo I da Lei Complementar nº 001/93, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Ficam criados os seguintes empregos, nas quantidades e referências abaixo:

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERENCIA
01	ORIENTADOR DE FUTEBOL	07
02	TRATADOR DE AGUA	04

Parágrafo Único - As escalas de enquadramento serão enumeradas em 03 (três) graus de I a III, e para os portadores de nível superior em Júnior, Senior e Master.

Artigo 2º - A tabela inclusa, de Empregos Permanentes, constantes no Anexo I substitue a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 05 de maio de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na portaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 05 de maio de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

ANEXO I

EMPREGOS PERMANENTES

QTDE.	DENOMINAÇÃO	REFERENCIA
04	AJUDANTE DE PEDREIRO I,II,III	01 A 03
04	AJUDANTE DE COZINHA I,II,III	01 A 03
01	AJUDANTE DE ENCANADOR I,II,III	01 A 03
01	AJUDANTE DE MECANICO I,II,III	01 A 03
06	ATENDENTE DE ENFERMAGEM I,II,III	05 A 07
04	AUXILIAR DE ENFERMAGEM I,II,III	06 A 08
01	AUXILIAR DE DEPTº PESSOAL I,II,III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I,II,III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I,II,III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I,II,III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I,II,III	07 A 09
01	AUXILIAR DESENV. TRABALHOS MANUAIS I,II,III	07 A 09
01	ALMOXARIFE I,II,III	08 A 10
01	AGRONOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ARQUITETO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ASSISTENTE SOCIAL JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	BIBLIOTECARIO I,II, III	05 A 07
03	COLETOR DE LIXO I,II,III	04 A 06
01	CONTINUO I,II,III	01 A 03
01	COPEIRA I,II,III	02 A 04
01	COVEIRO I,II,III	04 A 06
06	DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	DESENHISTA I,II,III	09 A 11
01	ELETRICISTA I,II,III	07 A 09
10	ESCRITURARIO I,II,III	03 A 05
01	ENCANADOR I,II,III	04 A 06
03	ESTAGIARIO I,II,III	05 A 07
01	ENCARREGADO DE MERENDA I,II,III	07 A 09
02	ENCARREGADO DE OBRAS I,II,III	07 A 09
02	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	FISCAL DE OBRAS I,II,III	08 A 10
01	FISCAL SANITARIO I,II,III	08 A 10
01	FISCAL TRIBUTARIO I,II,III	08 A 10
10	FAXINEIRA I,II,III	01 A 03
01	FONOAUDIOLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
20	GUARDA MUNICIPAL I,II,III	05 A 07
06	INSPETOR DE ALUNO I,II,III	03 A 05
01	JARDINEIRO I,II,III	03 A 05
01	MECANICO I,II,III	07 A 09
10	MERENDEIRA I,II,III	02 A 04
07	MOTORISTA I,II,III	05 A 07
06	MOTORISTA AMBULANCIA I,II,III	07 A 09
01	MOTORISTA EXECUTIVO I,II,III	07 A 09
04	MOTORISTA DE ONIBUS I,II,III	06 A 08

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

15	MÉDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	ORIENTADOR PEDAGOGICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	ORIENTADOR DE FUTEBOL I,II,III	07 A 09
06	OPERADOR DE MAQUINA I,II,III	06 A 08
09	PEDREIRO I,II,III	05 A 07
06	PROFESSOR I,II,III	07 A 09
12	PROFESSOR PRÉ-ESCOLA I,II,III	07 A 09
02	PROF.EDUCAÇÃO FISICA JUNIOR, SENIOR, MASTER	07 A 09
01	PSICOLOGO JUNIOR,SENIOR,MASTER	13 A 15
04	RECEPCIONISTA I, II, III	04 A 06
15	SERVIÇOS GERAIS I, II, III	01 A 03
02	SECRETARIA I, II, III	06 A 08
01	TELEFONISTA I, II, III	05 A 07
03	TRATORISTA I, II, III	04 A 06
06	TRATADOR DE AGUA I, II, III	04 A 06
01	TESOUREIRO I, II, III	13 A 15
01	VETERINARIO I, II, III	13 A 15
05	VIGIA I, II, III	03 A 05

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 188 DE 14 DE AGOSTO DE 1995.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 5º, DA LEI MUNICIPAL Nº 181 DE 28 DE JUNHO DE 1995.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica acrescido ao artigo 5°, da Lei Municipal n° 181 de 28 de junho de 1995, o parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Aqueles que comprovarem ter celebrado contrato de participação no evento após 30 (trinta) dias referidos neste artigo, poderão ter o requerimento de isenção recebido pela Administração Municipal, até 72 (setenta e duas) horas antes do início do evento."

Artigo 2° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 14 de agosto de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Iran Daier Brunhani

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 14 de
08 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 187 DE 14 DE AGOSTO DE 1995.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-I.S.S.Q.N. E TAXAS DECORRENTES DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedido a isenção do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, bem como as taxas decorrentes da licença para exercício da atividade do comércio ambulante, à Cooperativa Agropecuária Holambra, e a todos os Prestadores de Serviço que contribuirão para a realização do evento denominado "14ª EXPOFLORA" .

Parágrafo Único - Para fazer jus à isenção referida neste artigo a Cooperativa Agropecuária Holambra, deverá dar cumprimento às determinações que reza a Lei Ordinária Municipal nº 181 de 28 de junho de 1995, que disciplina a concessão de isenção de ISSQN a eventos realizados no Município de Holambra.

Artigo 2º - Para isenção a que se refere esta Lei, fica determinado a prestação de serviço e comercialização efetiva, ocorrida entre os dias 01/09/95 à 24/09/95, a Alameda Maurício de Nassau, local onde realizar-se-á o evento.

Artigo 3º - Os prestadores de serviço bem como os comerciantes ambulantes credenciados para o evento "14ª EXPOFLORA", para gozarem da isenção de que trata a presente Lei, deverão comprovar até 30 (trinta) dias úteis de antecedência, perante a Prefeitura Municipal, suas credenciais de participação ao evento citado.

PREFEITURA MUNICIPAL
SF
HOLAMBRA

Artigo 4º - O beneficiado que nao der cumprimento as obrigaçoes constantes da Lei Ordinária nº 181 de 28 de junho de 1995, ficará sujeito a multa pecuniária e a perda da isençao concedida.

Parágrafo Único - A reincidência importará na suspensao do alvará de funcionamento.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicaçao ou afixaçao.

Artigo 6º - Revogam-se as disposiçoes em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 14 de agosto de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixaçao, no quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 14 de 08 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 154/95

DISPOE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE LIMPEZA DOS TERRENOS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os proprietários de imóveis localizados na zona urbana do município são obrigados a manter seus terrenos sempre limpos e roçados.

Artigo 2º - O Poder Executivo providenciará a notificação dos proprietários que não cumprirem a obrigação prevista no artigo 1º, para que o façam no prazo de 7 (sete) dias.

Artigo 3º - Se o proprietário não cumprir a notificação referida no artigo 2º, o Poder Executivo providenciará a roçada e a limpeza, cobrando pelos serviços o fixado no item 03, tabela única do Decreto Municipal nº 029, de 30 de dezembro de 1993. (anexa).

Parágrafo Único - Ocorrendo que a Prefeitura tenha que limpar o mesmo terreno pela segunda vez, o valor dos serviços, será cobrado em dobro sobre o cobrado na 1ª limpeza, e ocorrendo a 3ª limpeza, será cobrado o dobro da 2ª limpeza e assim sucessivamente.

Artigo 4º - Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 08 de março de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 74, da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 08 de 03 de 19 95

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 043 DE 24 DE ABRIL DE 1995.

DISPOE SOBRE A ALTERAÇAO DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 6% (seis por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de abril de 1995.

Artigo 2º - A tabela anexa de referência, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de abril de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à [illegible] supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.

Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 04 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

A N E X O III

T A B E L A D E R E F E R E N C I A S

REFERENCIAS	VALORES R$
01	176,65
02	197,64
03	221,55
04	248,11
05	277,85
06	311,17
07	348,45
08	396,21
09	437,02
10	489,42
11	548,15
12	613,92
13	687,51
14	770,00
15	862,38

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 042/95

DISPOE SOBRE MULTA POR PERDA DE NOTAS FISCAIS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica fixada a multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município, por Nota Fiscal de Serviço, arrancada do talão ou extraviada, sem prejuízo das demais penalidades legais aplicáveis, e do arbitramento do preço do serviço por processo regular.

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,08 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do art.74, da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 08 de 03 de 19 95

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 042/95

DISPOE SOBRE MULTA POR PERDA DE NOTAS FISCAIS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica fixada a multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município, por Nota Fiscal de Serviço, arrancada do talão ou extraviada, sem prejuízo das demais penalidades legais aplicáveis, e do arbitramento do preço do serviço por processo regular.

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,08 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do art.74, da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 08 de 03 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

C.OF.Nº 018/95
GPM/CC/csss
Holambra, 16 de fevereiro de 1995.

Senhor Presidente:

De ordem do Senhor Prefeito Municipal e para os devidos fins, encaminho à essa Colenda Casa de Leis, incluso, Lei Complementar nº 040/95.

Limitados ao exposto, renovamos nossos protestos de elevado apreço e especial consideração.

Atenciosamente.

Clea Sylvia Sabino de Souza
Chefe de Expediente
e Secretaria

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
MD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra - SP

PROTOCOLO
No de Ordem 087
Fls No 03 Livro No 02
Data 16 / 02 / 95
Erica de Lima
SECRETÁRIA

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 040/95

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO I e ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam criados os seguintes empregos, nas quantidades e referências abaixo:

I -.**Empregos Permanentes:**

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
03	COLETOR DE LIXO	04 a 06
01	COVEIRO	04 a 06
02	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	07 a 09
04	PROFESSOR PRÉ-ESCOLA	07 a 09

II - **Empregos em Comissão**

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	COORDENADOR DE OBRAS	11
01	COORDENADOR DE ESPORTES	11
01	ENCARREGADO DE ESTRADAS	08
01	ENCARREGADO SERVIÇOS DE ÁGUA	08
01	PROCURADOR JURÍDICO	14

Parágrafo Único - As escalas de enquadramento serão enumeradas em 03 (três) graus de I a III, e para os portadores de nível superior em Junior, Sênior e Master.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 2º - Ficam extintos os seguintes empregos, nas quantidades e referências abaixo:

II - Empregos em Comissão:

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	ASSISTENTE SOCIAL	11
01	CHEFE DIVISÃO DE OBRAS	11

Artigo 3º - Ficam alteradas as referências dos seguintes empregos:

I - Empregos Permanentes:

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
AUXILIAR DEPTº PESSOAL	07 a 09
AUXILIAR DEPTº COMPRAS	07 a 09
AUXILIAR DEPTº LANÇADORIA	07 a 09
AUXILIAR DEPTº CADASTRO	07 a 09
AUXILIAR DEPTº CONTADORIA	07 a 09
AUXILIAR DESENV.TRAB.MANUAIS	07 a 09
COPEIRA	02 a 04
DESENHISTA	09 a 11
ELETRICISTA	07 a 09
MOTORISTA	05 a 07
MOTÓRISTA AMBULÂNCIA	07 a 09
MOTORISTA DE ÔNIBUS	06 a 08
OPERADOR DE MÁQUINA	06 a 08
PEDREIRO	05 a 07
RECEPCIONISTA	04 a 06
TELEFONISTA	05 a 07
TRATORISTA.	04 a 06
TRATADOR DE ÁGUA	04 a 06
TESOUREIRO	13 a 15

II - Empregos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
CHEFE DA GUARDA MUNICIPAL	13
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTADORIA	13
CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO	13
CHEFE DIVISÃO DE FINANÇAS	13
CHEFE DIVISÃO LANÇADORIA	13
CHEFE DIVISÃO SAÚDE	13
CHEFE DIV.RECURSOS HUMANOS	13
CHEFE DIV.COMPRAS	13
CHEFE DE EXP.E SECRETARIA	13

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 4º - As tabelas inclusas, de Empregos Permanentes e Empregos em Comissão, constantes no Anexo I e Anexo II, respectivamente, substituem as tabelas em vigor.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 1º de Fevereiro de 1995.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 15 de 02 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

A N E X O I
EMPREGOS PERMANENTES

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
04	AJUDANTE PEDREIRO I, II, III	01 a 03
04	AJUDANTE COZINHA I, II, III	01 a 03
01	AJUDANTE ENCANADOR I, II, III	01 a 03
01	AJUDANTE MECÂNICO I, II, III	01 a 03
06	ATENDENTE ENFERMAGEM I, II, III	05 a 07
04	AUXILIAR ENFERMAGEM I, II, III	06 a 08
01	AUXILIAR DEPTº PESSOAL I, II, III	07 a 09
01	AUXILIAR DEPTº COMPRAS I, II, III	07 a 09
01	AUXILIAR DEPTº LANÇADORIA I, II, III	07 a 09
01	AUXILIAR DEPTº CADASTRO I, II, III	07 a 09
01	AUXILIAR DEPTº CONTADORIA I, II, III	07 a 09
01	AUXILIAR DESENV.TRAB.MANUAIS I, II, III	07 a 09
01	ALMOXARIFE I, II, III	08 a 10
01	AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
01	ARQUITETO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
01	ASSISTENTE SOCIAL JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 a 13
01	BIBLIOTECÁRIO I, II, III	05 a 07
03	COLETOR DE LIXO I, II, III	04 a 06
01	CONTÍNUO I, II, III	01 a 03
01	COPEIRA I, II, III	02 a 04
01	COVEIRO I, II, III	04 a 06
06	DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
01	DESENHISTA I, II, III	09 a 11
01	ELETRICISTA I, II, III	07 a 09
10	ESCRITURÁRIO I, II, III	03 a 05
01	ENCANADOR I, II, III	04 a 06
03	ESTAGIÁRIO I, II, III	05 a 07
01	ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III	07 a 09
02	ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III	07 a 09
02	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
01	FISCAL DE OBRAS I, II, III	08 a 10
01	FISCAL SANITÁRIO I, II, III	08 a 10
01	FISCAL TRIBUTÁRIO I, II, III	08 a 10
10	FAXINEIRA I, II, III	01 a 03
01	FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 a 13
20	GUARDA MUNICIPAL I, II, III	05 a 07
06	INSPETOR DE ALUNOS I, II, III	03 a 05
01	JARDINEIRO I, II, III	03 a 05
01	MECÂNICO I, II, III	07 a 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
10	MERENDEIRA I, II, III	02 a 04
07	MOTORISTA I, II, III	05 a 07
06	MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III	07 a 09
01	MOTORISTA EXECUTIVO I, II, III	07 a 09
04	MOTORISTA ÔNIBUS I, II, III	06 a 08
15	MÉDICO JÚNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
01	NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 a 13
01	ORIENT.PEDAGÓGICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 a 13
06	OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III	06 a 08
09	PEDREIRO I, II, III	05 a 07
06	PROFESSOR I, II, III	07 a 09
12	PROFESSOR PRÉ-ESCOLA I, II, III	07 a 09
02	PROF.EDUC.FÍSICA JUNIOR, SENIOR, MASTER	07 a 09
01	PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
04	RECEPCIONISTA I, II, III	04 a 06
15	SERVIÇOS GERAIS I, II, III	01 a 03
02	SECRETÁRIA I, II, III	06 a 08
01	TELEFONISTA I, II, III	05 a 07
03	TRATORISTA I, II, III	04 a 06
04	TRATADOR DE ÁGUA I, II, III	04 a 06
01	TESOUREIRO I, II, III	13 a 15
01	VETERINÁRIO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 a 15
05	VIGIA I, II, III	03 a 05

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

A N E X O II

EMPREGOS EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	CHEFE DE GABINETE	15
01	CHEFE DA GUARDA MUNICIPAL	13
01	CHEFE DE DIVISÃO CONTADORIA	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE FINANÇAS	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE LANÇADORIA	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS	13
01	CHEFE DE EXPEDIENTE E SECRETARIA	13
01	COORDENADOR DE OBRAS	11
01	COORDENADOR DE ESPORTES	11
01	DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANÇAS	15
01	DIRETOR DE SAÚDE	15
01	DIRETOR DE EDUCAÇÃO	15
01	DIRETOR DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	15
01	DIRETOR DE OBRAS E SERV.PÚBLICOS	15
01	ENCARREGADO JUNTA SERV.MILITAR	08
01	ENCARREGADO DE ESTRADAS	08
01	ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE ÁGUA	08
02	PROCURADOR JURÍDICO	14

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/95

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de janeiro de 1995.

Artigo 2º - A tabela anexa de referência, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/95

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de janeiro de 1995.

Artigo 2º - A tabela anexa de referência, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/95

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de janeiro de 1995.

Artigo 2º - A tabela anexa de referência, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de
01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

ANEXO III

TABELA DE REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS	VALORES R$
01	162,60
02	181,92
03	203,92
04	228,37
05	255,74
06	286,40
07	320,72
08	364,68
09	402,24
10	450,46
11	504,52
12	565,05
13	632,79
14	708,71
15	793,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA



Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 186 DE 04 DE JULHO DE 1995.

INCLUI PROGRAMA NO PLANO PLURIANUAL 94/97.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluida no Plano Plurianual de 1994 a 1997, o seguinte programa de trabalho:

15 - Assistência e Previdência.
81 - Assistência
81.7 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

OBJETIVOS:

Criar condições financeiras e de administração dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação ou afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 04 de julho de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 185 DE 04 DE JULHO DE 1995

DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O ANO DE 1996, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo , Órgãos e Entidades da administração direta.

Artigo 2º - A elaboração de proposta orçamentária do Município, para o Exercício de 1996, obedecerá as seguintes diretrizes gerais,sem prejuízos das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

Parágrafo 1º- O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Parágrafo 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes, até o limite fixado para o exercício em curso.

Parágrafo 3º - Na estimativa, das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício e os efeitos da modificação na Legislação Tributária.

Parágrafo 4º- O pagamento do serviço de dívida de pessoal e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

Parágrafo 5º - Os projetos em fase de execução terão prioridades sobre novos projetos.

Parágrafo 6º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento da Educação.

Parágrafo 7º - O Município poderá aplicar recursos financeiros para a Construção de Creches,rodoviária,praças,auxilio-transporte à estudantes e ainda nas prioridades constantes do Anexo I do Plano Plurianual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Parágrafo 8º - A previsão para a operação de créditos constará da proposta orçamentária somente quando já estiver autorizada pelo Legislativo, através de Lei especifica.

Artigo 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluidas na proposta orçamentária, podendo se necessário, incluir programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 4º - O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de governo para desenvolvimento de seus respectivos programas, prioritariamente nas áreas de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social .

Artigo 5º - As despesas com pessoal da Administração Direta ficam limitadas no máximo a 60% (sessenta por cento) da receita corrente, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 1º da Lei Complementar Nacional nº 082, de 27 de março de 1995.

Parágrafo 1º - Entende-se como receitas para efeitos de limite do presente artigo a somatória das receitas correntes da Administração direta.

Parágrafo 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo abrange os gastos da Administração direta nas seguintes despesas:

Salários
Obrigações Patronais
Proventos de Aposentadorias e Pensões
Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito
Remuneração dos Vereadores

Parágrafo 3º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer titulo, pelos órgãos e entidades da Administração direta poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária obedecendo o limite fixado no "caput" deste artigo.

Artigo 6º - O Município poderá conceder ajuda financeira as entidades filantrópicas, sem fins lucrativos.

Artigo 7º - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações , de qualquer recurso do Município para a carteira de previdência de Vereadores e Prefeito.

Artigo 8º - As prioridades estabelecidas no Anexo I do Plano Plurianual poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de Lei do Orçamento Anual.

Parágrafo Único - Os programas estabelecidos no Anexo I do Plano Plurianual terão prioridades sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária .

Artigo 9º - O Prefeito enviará até o dia 30.09.1995, o projeto de Lei do Orçamento anual à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para a sanção.

Artigo 10 - A estrutura do orçamento anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por Decreto recebendo recursos do Tesouro Municipal.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 04 de julho de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 184 DE 04 DE JULHO DE 1995.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESPESAS COM O SERVIÇO DA JUNTA MILITAR DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas para o funcionamento do Serviço da Junta Militar do Município de Holambra, visando a execução do que segue:

I - aquisição de materiais de consumo;
II - aquisição de equipamentos;
III - contratação de pessoal;
IV - despesas com manutenção e serviços.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à cargo de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, e futuro, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1994.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 04 de julho de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 183 DE 04 DE JULHO DE 1995.

DENOMINA ESTADIO MUNICIPAL ZENO CAPATO, O ESTADIO MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se ESTADIO MUNICIPAL ZENO CAPATO, o Estádio Municipal de Holambra.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 04 de julho de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

autoria: Vereador Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 182 DE 04 DE JULHO DE 1995.

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º E ACRESCE PARAGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 132 DE 21 DE OUTUBRO DE 1994.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 132, de 21 de outubro de 1994, passa a ter a seguinte redação:

" Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas com o transporte escolar de alunos munícipes que freqüentem cursos supletivo de segundo grau técnico ou superior, não existentes no Municipio, em estabelecimentos escolares públicos ou particulares."

Artigo 2º - Fica acrescido ao artigo 2º da Lei Municipal nº 132, de 21 de outubro de 1994, o parágrafo único, com a seguinte redação:

" Parágrafo Único - A quantia referida neste artigo será calculada com base no valor da passagem cobrada pelos ônibus intermunicipais de linha rodoviária regular ou linha rodoviária circular."

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 04 de junho de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

autoria: Comissões Premanentes da Câmara Municipal de Holambra

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra
Cidade das Flores
R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 181 DE 28 DE JUNHO DE 1995.

DISCIPLINA A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE I.S.S.Q.N. A EVENTOS REALIZADOS NO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - As isenções do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (I.S.S.Q.N.), poderão ser concedidos aos prestadores de serviços que promovam rodeios, exposições, espetáculos teatrais, musicais e circenses, exibições cinematográficas e eventos em casas de diversões, praças esportivas e similares das áreas de esportes, cultura e lazer do município, de Holambra, desde que:

I - seja cobrada metade do valor efetivamente devido pelo ingresso aos estudantes residentes neste Município, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou da rede particular, dos primeiro, segundo e terceiro graus, autorizados a funcionar pelos órgãos competentes, existentes no município de Holambra ou em outros Municípios.

II - seja cobrada metade do valor devido pelo ingresso aos aposentados e pensionistas residentes neste Município;

III - seja divulgada a redução dos valores referida nos incisos I e II, deste artigo, mediante afixação na bilheteria.

IV - seja destinado, quando for o caso, espaço para o Fundo Social de Solidariedade explorar, por si ou por terceiros, sempre com fins beneficentes;

Artigo 2º - Serão beneficiados por esta presente Lei, os estudantes residentes neste Município, devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou da rede particular, dos primeiro, segundo e terceiro graus, devidamente autorizados a funcionar pelos órgãos competentes.

Artigo 3º - A identificação do estudante para a utilização da meia-entrada pelos seguintes entidades estudantis: União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Holambra (UMES) e Grêmio Estudantil Cultural de Holambra, que deverão fazer constar da carteira de identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

I - foto do aluno;
II - nome e data de nascimento do estudante;
III - número da matrícula do estudante;
IV - a assinatura do Presidente ou Coordenador da respectiva entidade estudantil;e
V - número do R.G. ou da certidão de nascimento;

Parágrafo 1º - As Entidades Estudantis, responsáveis pela emissão das Carteiras de identificação, deverão ter mensalmente a relação dos alunos desistentes de seus cursos, dos quais serão recolhidas as respectivas carteiras.
Parágrafo 2º - As Carteiras de Identificação Estudantil, não serão aceitas para os efeitos desta Lei, em eventos beneficentes.
Parágrafo 3º - Somente serão válidas as Carteiras de Identificação Estudantil no território deste Município, perdendo apenas sua validade quando da expedição de novas carteiras estudantis no ano letivo seguinte.

Artigo 4º - A identificação do aposentado ou pensionista, ocorrerá mediante a apresentação dos comprovantes da aposentadoria ou pensão, e de residência no Município de Holambra.

Artigo 5º - Os prestadores de serviços bem como os comerciantes ambulantes credenciados para os efeitos referidos no artigo 1º "caput" , para gozarem da isenção de que trata a presente Lei, deverão comprovar com até 30 (trinta) dias de antecedência, perante a Prefeitura Municipal, suas credenciais de participação no evento respectivo.

Artigo 6º - Caberá à Prefeitura Municipal de Holambra, através do seu órgão competente, a fiscalização do cumprimento desta Lei.

Artigo 7º - O não cumprimento das obrigações constantes da presente Lei, implicará em multa pecuniária correspondente a 1.000 (um mil) U.F.M.H., ao infrator, e perda da isenção concedida.
Parágrafo Único - A reincidência importará na suspensão do alvará de funcionamento.

Artigo 8º - Para fazer jus à isenção, a empresa ou profissional autônomo deverá:
I - comprovar o cumprimento das condições referidas no artigo 1º;
II - ter a isenção aprovada por Lei especifica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 119, de 12 de agosto de 1994 e nº 120 de 22 de agosto de 1994.

Prefeitura Municipal de Holambra, 28 de junho de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

autoria: Vereador Iran Daier Brunhani

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 28 de 06 de 1995.

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 178 DE 14 DE JUNHO DE 1995.

DISCIPLINA A CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS A ESTUDANTES UNIVERSITARIOS DE HOLAMBRA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bolsas de estudos a estudantes universitários residentes em Holambra, até o valor máximo de 1/3 (um terço) das mensalidades escolares, mediante reembolso mensal, fica estabelecido ainda o limite máximo de distância de nossa cidade até as Universidades e ou Faculdades num raio de 100 km (cem quilômetros).

Artigo 2º - As bolsas de estudos referidas no artigo acima citado não alcançarão as eventuais dependências, cursos de período integral, e os que alcançarem tal benefício serão reembolsados mediante a apresentação de recibos de pagamentos das mensalidades.

Artigo 3º - Para fazer jus a tal benefício, o estudante deverá comprovar o seguinte:

I - residir em Holambra;

II - ter renda familiar de até o máximo de 05 (cinco salários mínimos);

III - que o valor máximo da mensalidade não seja superior à 2,5 (dois e meio salários mínimos).

Artigo 4º - O interessado na obtenção de bolsa de estudos, deverá assinar comprovante comprometendo-se, após a conclusão ou desistência do mesmo, a prestar serviços à Administração Municipal, até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos valores recebidos no custeio da respectiva bolsa de estudos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Parágrafo Único - Para fins de cálculo dos benefícios recebidos pelo bolsista, considerar-se-á o mínimo de U.F.M.Hs, quando do custeio da bolsa, avaliados e comparados com a U.F.M.H, da época da contraprestação dos serviços pelo padrão de remuneração fixada para as funções na qual o beneficiário prestará os serviços.

Artigo 5º - As bolsas de estudos serão concedidas pelo Prefeito Municipal, fundamentado em parecer de uma Comissão Especial, constituída anualmente através de Portaria, do Senhor Prefeito Municipal o qual nomeará um representante de cada Departamento abaixo mencionado, no período de JANEIRO A DEZEMBRO de cada ano;

a) um representante do Departamento Jurídico:
b) um representante do Departamento de Educação e Cultura;
c) um representante de Assistente Social.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao ano letivo de 1995.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 14 de junho de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Prefeito Municipal

Em cumprimento à respeitável determinação supra, faz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 14 de junho de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 180 DE 22 DE JUNHO DE 1995

DISPOE SOBRE AUTORIZAÇAO AO EXECUTIVO PARA CELEBRAR TERMO DE AJUSTE COM A PREFEITURA DE JAGUARIUNA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Ajuste com a Prefeitura Municipal de Jaguariuna, nos termos da minuta anexa, que faz parte integrante da presente Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 1995.

Prefeitura Municipal de Holambra, 22 de junho de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Campinas, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

T E R M O D E A J U S T E

Por este instrumento e na melhor forma de direito, firmado entre as partes :

De um lado - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CGC/MF. sob nº 67.172.437/0001-83, com sede no Edificio do Paço Municipal, situado à Rua Campo de Pouso, s/nº, centro, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Prefeito CELSO CAPATO, brasileiro, casado, portador da CI-RG. nº 10.947.614/SSP. e inscrito no CPF/MF. sob nº 029.456.798-41, residente e domiciliado na Rua das Begônias, nº 139, Jardim Holanda, na cidade de Holambra;

De outro lado - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JAGUARIÚNA, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CGC/MF. sob nº 46.410.866/0001-71, com sede no Edificio do Paço Municipal, situado à Rua Alfredo Bueno, nº 1235, centro, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Prefeito LAÉRCIO JOSÉ GOTHARDO, brasileiro, separado judicialmente, portador da CI-RG. nº 4.109.144 e inscrito no CPF/MF. sob nº 36.782.028-53, residente e domiciliado na Rua Epitácio Pessoa, nº 754, Jardim Alice, na cidade de Jaguariúna;

Têm entre si, justos e acordados o seguinte :

Considerando que a Lei nº 7.664/91, determinou em seu artigo 2º, XXXIII, letra "d" as divisas do Municipio de Holambra com o Municipio de Jaguariúna;

Considerando que o órgão técnico competente, (IGC - Instituto Geográfico Cartográfico), traçando o mapeamento das divisas dos Municipios supra citados, em conformidade com a Lei, acabou por seccionar lotes ali existentes e pertencentes ao Condominio Fazenda Duas Marias;

Considerando ainda, que em virtude da citada Lei, os Municipios ora acordantes foram Interpelados e Notificados Judicialmente e Extrajudicialmente, respectivamente, para determinarem e responderem

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

questões de competência territorial, circunscrição imobiliária, politico administrativa, de matéria tributária, fiscal e urbanistica;

Considerando, por fim, que a matéria em destaque é de privativa competência do Estado, conforme estatuido no artigo 18, parágrafo 4º da Constituição Federal;

RESOLVEM QUE :

CLÁUSULA I

Os Municipios de HOLAMBRA e JAGUARIÚNA ajustam entre si, a titulo provisório até que promulgada Lei de revisão territorial, para fins de regra de convivência entre os Municipios e ainda para determinação de competência tributária, fiscal, administrativa e urbanística, que os assuntos a eles referidos pertencerão à Administração Pública em que estiver localizada a maior área dos lotes seccionados, à partir da linha divisória descrita a seguir :

"Inicia-se na divisa do contraforte, no divisor que deixa à direita as águas do Córrego Duas Marias e à esquerda do Ribeirão da Cachoeira, conforme a determinação contida na letra "d" do inciso XXXIII, do artigo 2º da Lei nº 7.664/91; e com o lote 12 da Quadra "O" do Condominio Fazenda Duas Marias; dai deflete à direita e segue pela divisa do mesmo até encontrar as divisas dos lotes 12 e 11 da Quadra "O"; dai deflete à esquerda e segue por esta última divisa até encontrar o eixo da Rua 08; dai deflete à esquerda e segue pelo referido eixo até encontrar a confluência com a Rua 11; dai segue pelo eixo desta última até encontrar o prolongamento da divisa entre os lotes 10 e 11 da Quadra "R"; dai deflete à esquerda e segue por este alinhamento até encontrar a divisa entre os lote 05, 06, 08 e 11 da Quadra "R"; dai deflete à esquerda e segue pela divisa entre os lotes 06 e 08 da Qudra "R" até que esta encontre a divisa com o lote 07 da Quadra "R"; dai deflete à direita e segue pela divisa entre os lotes 06 e 07 da Quadra "R" até encontrar o eixo da Rua 02; dai deflete à esquerda e segue pelo referido eixo até encontrar o eixo da Rua 10; dai deflete à direita e segue pelo eixo desta última até encontrar o

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

prolongamento da divisa entre os lotes 02 e 03 da Quadra "T"; dai deflete à esquerda e segue pela divisa entre estes dois lotes até encontrar a divisa com o lote 08 da Quadra "T"; dai deflete à direita e segue pela divisa do lote 03 da Quadra "T" com os lotes 06 e 08 da Quadra "T" até encontrar a divisa entre os lotes 03, 05 e 06 da Quadra "T"; dai deflete à esquerda e segue pela divisa entre os lotes 05 e 06 da Quadra "T" até encontrar o eixo da Rua 08; dai deflete à direita e segue pelo referido eixo até encontrar o prolongamento da divisa entre os lotes 06 e 07 da Quadra "L"; dai segue por esta divisa até encontrar a linha de fundo dos referidos lotes; dai deflete à esquerda e segue pela divisa de fundo do lote 06 da Quadra "L" até encontrar o divisor de águas; seguindo à partir deste ponto pelas divisas pré-estabelecidas pela Lei no 7.664/91 supra citada".

CLAUSULA II

Passam à pertencer ao Municipio de Jaguariúna, em conformidade com o disposto na Cláusula I deste Instrumento os seguintes lotes do Condominio Fazenda Duas Marias, atingidos pela secção :

- Lotes 01 e 02 da Quadra "V"; lote 06 da Quadra "R"; lotes 03 e 05 da Quadra "T"; lote 17 da Quadra "M" e a Praça nº 36.

CLAUSULA III

Passam a pertencer ao Municipio de Holambra, em conformidade com o disposto na Cláusula I deste Instrumento, os seguintes lotes do Condominio Fazenda Duas Marias, atingidos pela secção :

- Lote 12 da Quadra "O"; lotes 08 e 10 da Quadra "R"; lote 06 da Quadra "L" e lote 02 da Quadra "T".

CLAUSULA IV

Avençam, ainda, que todos os projetos de edificações em andamento obedecerão ao disposto neste Instrumento, ou seja, se referidos a terrenos com maior proporcionalidade para o território de Holambra pertencerão àquele e, se ao contrário for, pertencerão ao Municipio de Jaguariúna.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Parágrafo 1º - Os projetos já aprovados ou os em andamento nas respectivas Prefeituras, serão entregues, cada qual, àquela que couber, obedecendo-se a mesma proporcionalidade territorial avençada neste instrumento.

Parágrafo 2º - Os tributos e/ou preços públicos correspondentes às aprovações a que alude o parágrafo anterior, recolhidos já aos cofres das respectivas Prefeituras, por ocasião da apresentação dos projetos, não serão partilhados e nem remanejados, continuando a pertencer aos cofres do Municipio em que foram recolhidos.

CLAUSULA V

Todos os valores decorrentes de tributos eventualmente lançados, até a data do presente instrumento, sobre os lotes de terrenos objetos deste ajuste, já recolhidos aos cofres das respectivas Prefeituras, não serão partilhados e nem remanejados, continuando a pertencer aos cofres do Municipio a que foram recolhidos.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente Instrumento, em duas vias de igual teor e valor, a fim de que se possa produzir todos os efeitos legais.

Holambra/Jaguariúna, 1º de janeiro de 1995.

Prefeitura do Municipio de Holambra
Prefeito Celso Capato

Prefeitura do Municipio de Jaguariúna
Prefeito Laércio José Gothardo

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra
Cidade das Flores
R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 179 DE 22 DE JUNHO DE 1995.

DISPOE SOBRE ALTERAÇAO DE DENOMINAÇAO DE LOGRADOURO PÚBLICO E VIAS PÚBLICAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam alteradas as denominaçõeS de logradouros e vias públicas abaixo relacionados:

CENTRO

I - LOGRADOURO E VIAS PÚBLICAS
De Praça Central para Rua Ciclâmens e Rua Zinnias;
De Rua atrás do Centro Social para Rua Amaranthus;
De Alameda Maurício de Nassau para Alameda Maurício de Nassau;
De Estrada de Servidão para Rua Girassóis;
De Rua 01 para Rua J.Gert Heymeyer;
De Rua 02 para. Rua Charlles Hogenboom;
De Rua 04(Vereda dos Namorados) para Rua Primavera;
De Rua 06(Campo de Pouso) para Rua Campo do Pouso;
De Rua 08 para Rua Camélias;
De Rua 09 para Rua Freesias;
De Rua 10 para Rua Verbenias;
De Rua 11 para Rua Bromélias;
De Rua 12 para Rua Prímulas;
De Rua Dória Vasconcelos para Rua Bouvardias;
De Estrada Campo das Almas para Rua Campo das Palmas;
De Rua das Violetas para Rua Gildo Grigol;
De Rua Inácio Fonseca para Rua Antonio Damasio Filipini;
De Rua Aguaduto(Alta) para Rua João Fogaça;
De Rua Aguaduto(Baixa) para Rua Antonio Jorge Frade;
De Praça Vereda dos Namorados para Praça Vitória Régia;
De Rua Projetada para Praça Luiz de Lima;
De Viela A para Viela Helicônias;
De Viela B para Viela Lantanas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

LOTEAMENTO SANTO ANTONIO

De Rua Toniati para Rua Nha Chica;
De Rua Savioli para Rua Três Irmãs Silva;
De Rua Bergamasco para Rua Francisco da Silva;
De Rua Abib para Rua Lázaro da Silva;
De Rua Cury para Rua Ernesto da Silva;
De Rua Zambom para Rua Sebastião Porfírio da Silva;
De Centro de Lazer 4 para Praça Maria de Moraes;
De Centro de Lazer 3 para Praça Otto Vasconcelos;
De Centro de Lazer 2 para Praça Osvaldo Rangel;
De Centro de Lazer 1 para Praça Durvalino Antonio;

JARDIM MORUMBI

De Avenida A para Av. Nogueiras;
De Avenida B para Rua Figueiras;
De Rua Hum para Rua Paineiras;
De Rua Dois para Rua Embaúvas;
De Rua Três para Rua Jatobás;
De A. Verde para Praça Pinheiros;

CHACARA CAMANDUCAIA

De Rua Antonio Dal Corso para Rua Pessegueiros;
De Rua Aparecida Marconato Tonini para Rua Laranjeiras;
De Rua José Búfalo para Rua Mamoeiros;
De Rua Narciso Poltronieri para Rua Abacateiros;
De Rua Emílio Bergamasco para Rua Limoeiros;
De Rua Augusta C.Gothardo para Rua Pereiras;
De Rua Alberto Bergamini para Rua Mangueiras;
De Rua Um para Rua Jacazeiras;
De Rua Orlando Tonini para Rua das Macieiras;
De Centro de Lazer 1 para Praça da Nectarina;
De Centro de Lazer 2 para Praça do Figo;
De Centro de Lazer 3 para Praça da Uva;

LOTEAMENTO JARDIM FLAMBOYANT

De Rua Dois para Rua Quaresmeiras;
De Rua Três para Rua Acássias;
De Rua Quatro para Rua Jasmins;
De Rua Dr. Jorge Latur para Rua Guaiçara;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CHACARAS DE RECREIO DANUBIO

De Avenida 02 para Avenida Manacá;
De Rua 06 para Rua Magnólia;
De Rua 07 para Rua Resedá;
De Rua 08 para Rua Angelim;
De Rua 09 para Rua Pau Brasil;
De Rua 10 para Rua Alecrim;
De Rua 11 para Rua Sibipiruna;
De Rua 12 para Rua Oiti;
De Rua 13 para Rua Louro;

LOTEAMENTO MORADA DAS FLORES

De Rua 7 para Rua Muscaris;
De A.Verde 1 para Praça Araucária;
De A.Verde 2 para Praça Coqueiro;
De Rua 1 para Rua Arandas;
De Rua 2 para Rua Solidagos;
De Rua 3 para Rua Centaureas;
De Rua 4 para Rua Calêndulas;
De Rua 12 para Rua Proteas;

Artigo 2º - As despesas para a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 22 de junho de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede a Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

LEI Nº 174/95 DE 24 DE MAIO DE 1995.

INSTITUI A CAMPANHA " ADOTE UMA PRAÇA " E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída no Município de Holambra, a Campanha " ADOTE UMA PRAÇA ", destinada ao ajardinamento e conservação das praças locais.

§ 1º - A implantação das praças será feita pelos órgãos competentes do poder Executivo e a proteção pela Guarda Municipal.

§ 2º - A Campanha instituída por esta Lei, obedecerá ainda a Lei Municipal nº 125, de 15 de setembro de 1994.

Artigo 2º - Para fins desta Lei, o Poder Executivo fornecerá aos interessados os necessários projetos e elementos complementares, especialmente:

I - a especificação e qualidade dos materiais a serem empregados no ajardinamento;

II - a descrição de praça a ser ajardinada e conservada.

Artigo 3º - Poderão aderir à Campanha todas as pessoas interessadas, jurídicas ou físicas, estas autônomas ou profissionais liberais, sediadas ou não no Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 4º - O interesse de aderir à Campanha, será demonstrado através de apresentação de proposta para executar o ajardinamento e a conservação das praças esta, pelo prazo de 03 (três) anos.

§ 1º - Da proposta constarão todos os elementos necessários à sua identificação, especialmente os referentes aos incisos I e II do artigo 2º.

§ 2º - As praças serão atribuídas aos interessados, na estrita conformidade da ordem cronológica de apresentação das propostas.

§ 3º - A formalização da parceria, será efetivado por termo de compromisso assinado entre as partes, obedecendo especialmente o artigo 3º, da Lei Municipal nº 125, de 15 de setembro de 1994.

Artigo 5º - Poderá haver a adoção de mais de uma praça pelo interessado, observado o disposto no artigo 4º, § 2º.

Artigo 6º - Fica assegurado àqueles que aderirem à campanha, nos termos do artigo 4º, o direito de veicular pelo mesmo período destinado à conservação, propaganda da empresa, mediante colocação da placa nas praças, na qual figurarão os seguintes dizeres: " (NOME DA EMPRESA) ADOTA E CONSERVA ESTA PRAÇA ".

Parágrafo Único - fica proibida a veiculação de propaganda política.

Artigo 7º - A veiculação da propaganda aludida no artigo anterior, será exclusiva da pessoa que aderir a campanha, assegurado o direito de sucessores e vedada a transferência, a qualquer título, a terceiros.

Artigo 8º - Em caso de paralização dos serviços de conservação de praças por período superior a sessenta (60) dias, sem que haja comunicação escrita a Prefeitura Municipal, esta poderá retirar a propaganda a que se refere o artigo 6º.

Artigo 9º - Nos casos em que a conservação implicar interferência no tráfego de pessoas e ou veículos, a Prefeitura Municipal deverá ser previamente comunicada por escrito para as providências cabíveis, quando necessário.

Artigo 10 - A execução das obras de construção das praças será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 11 - Concluídas as obras de construção de cada pra;a, a Prefeitura Municipal, dentro de no máximo 10 (dez) dias, convocará aquele que adotou para fazer o ajardinamento.

Artigo 12 - Recebido o ajardinamento pela Prefeitura Municipal, esta, no prazo de 10 (dez) dias, convocará o interessado para colocação das placas e início da conservação.

Artigo 13 - A Prefeitura Municipal incumbir-se-á de todas as medidas necessárias à ampla divulgação da campanha instituída por esta Lei.

Artigo 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

autoria: Vereador Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

LEI Nº 173/95 DE 24 DE MAIO DE 1995.

DISCIPLINA A DOAÇAO DE BANCOS DE CIMENTO OU MADEIRA, PARA AS PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICIPIO.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber em doação, bancos de cimento ou madeira, para serem colocados nas praças e logradouros públicos do Município.

§ 1º - O Poder Executivo, a seu critério, decidirá as praças e logradouros públicos onde serão colocados os bancos.

§ 2º - A doação será formalizada por instrumento próprio a ser assinado entre o doador e o donatário.

Artigo 2º - O doador poderá ser, pessoa jurídica ou física, esta autônoma ou profissional liberal, que, em contrapartida, poderá utilizar o bem doado para propaganda.

Parágrafo Único - É vedado o uso para propaganda política.

Artigo 3º - O Município ficará responsável pela conservação e manutenção dos bens recebidos em doação.

Parágrafo Único - As despesas com a inserção, conservação e manutenção da propaganda ficará por conta do doador.

Artigo 4º - Os interessados em efetuar as doações de que trata o artigo 1º, deverão requerer à Prefeitura, indicando a quantidade que pretendem doar.

§ 1º - Ficará isento de taxas de protocolo, os requerimentos de que trata esta Lei.

§ 2º - As doações deverão ser em até 5 (cinco) bancos.

§ 3º - Os pontos de colocação dos bancos nas praças e logradouros públicos, serão atribuidos aos interessados na estrita conformidade da ordem cronológica das respectivas propostas, referidas no artigo 4º "caput".

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 5º - O Poder Executivo dará ampla divulgação a esta Lei, com o objetivo de atender igualmente a todos os interessados.

Artigo 6º - O Executivo poderá editar Decreto regulamentando a presente Lei.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1.995.

CELSO CAPRIO
Prefeito Municipal

autoria: Vereador Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 172/95 DE 24 DE MAIO DE 1995.

ACRESCE PARAGRAFO 3º, AO ARTIGO 3º, DA LEI Nº 132/94, QUE AUTORIZA CUSTEIO DE TRANSPORTE ESCOLAR.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica acrescido ao artigo 3º, da Lei nº 132/94, que Autoriza Custeio de Transporte Escolar, Parágrafo 3º com a seguinte redação:

"Parágrafo 3º - As eventuais declarações falsas, importarão na perda do benefício e devolução das quantias pagas, devidamente corrigidas."

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1.995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

autoria: Vereador Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 171/95 DE 24 DE MAIO DE 1995

DISPOE SOBRE CONCESSAO DE ISENÇAO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - I.S.S.Q.N., A EVENTO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedida isenção do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-I.S.S.Q.N., à Exposição de Tecnologia de Cultivo de Produção de Flores e Horticultura - Hortitec, realizada neste Município de 23.03.95 a 26.03.95.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 23 de março de 1995.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1.995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 170/95 DE 24 DE MAIO DE 1.995.

DENOMINA "GERARDUS ANTONIUS EYSINK", A CASA DA AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada **CASA DA AGRICULTURA GERARDUS ANTONIUS EYSINK**, a Casa da Agricultura, localizada na Al. Maurício de Nassau, s/nº.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento anual, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1.995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra
Cidade das Flores
R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 169/95 DE 24 DE MAIO DE 1.995.

ALTERA O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 163/95 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL RURAL E DO MEIO AMBIENTE E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 163/95, que Cria o Conselho Municipal Rural e do Meio Ambiente e Determina outras providências, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º - Este Conselho será formado por representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Casa da Agricultura;

II - Produtores rurais de no máximo 03;

III - Trabalhadores rurais de no máximo 03;

IV - Sindicato rural ou entidade de classe;

V - Dois representantes da sociedade civil;

VI - Um representante do Departamento de Saúde;

VII - Cooperativa Agropecuária Holambra;

VIII - Um representante da Polícia Florestal;

IX - Um curador do Meio Ambiente; e

X - Um Engenheiro Agrônomo.

§ 1º - As entidades/órgãos serão oficiados para que indiquem seus representantes.

§ 2º - Os membros deste Conselho, não serão remunerados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação ou afixação, com seus efeitos retroativos a 20 de abril de 1995.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1.995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 168 DE 24 de maio de 1995.

DENOMINA "AIRTON APARECIDO PEDROSO" A CASA DO TRABALHADOR RURAL DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada **CASA DO TRABALHADOR RURAL AIRTON APARECIDO PEDROSO**, a Casa do Trabalhador Rural de Holambra, localizada no Loteamento Santo Antonio.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento anual, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

LEI Nº 167/95 DE 24 DE MAIO DE 1.995

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO COM A SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SAO PAULO, A FORMAÇAO DE CONSORCIO COM MUNICIPIOS E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA DO ESTADO DE SAO PAULO, a formação de CONSORCIO com os Municípios de ARTUR NOGUEIRA, CONCHAL, ENGENHEIRO COELHO e HOLAMBRA, que integram a Comarca de Mogi Mirim para, em cooperação mútua, construírem edifício em anexo à sede do Fórum Local, para abrigar a 3ª VARA JUDICIAL.

Parágrafo Único - Para fins de cumprimento do constante no "caput" do artigo, fica o Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, materiais de construção do comércio geral local.

Artigo 2º - O Consórcio Municipal a que se refere o artigo anterior, onerará proporcionalmente cada consorciado, no seguinte percentual incidente sobre o valor total da obra:

I - 20% (vinte por cento) para o Município de Artur Nogueira;

II - 10% (dez por cento) para o Município de Conchal;

III - 10% (dez por cento) para o Município de Engenheiro Coelho;

IV - 20% (vinte por cento) para o Município de Holambra; e

V - 40% (quarenta por cento) para o Município de Mogi Mirim.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua pulicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de maio de 1.995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 148/95

CRIA O CEMITÉRIO MUNICIPAL, RECEBE DOAÇÃO E MANTEM DIREITO ADQUIRIDO.

A Câmara Municipal aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Cemitério Municipal de Holambra no local do já existente.

Artigo 2º - Fica o Município, autorizado a receber em doação da Cooperativa Agropecuária Holambra, o imóvel onde está localizado o cemitério já existente, recebendo também em doação, os direitos sobre a Administração do Cemitério da Paróquia do Divino Espírito Santo.

Parágrafo Único - O imóvel referido neste artigo, é descrito da seguinte forma:

lotes 1 e 2 11.169 m2 ou 1,12 ha (compreendendo uma praça e a primeira etapa do cemitério).
Divisas: Inicia-se no marco nº 1 cravado à margem de uma estrada de 10 metros de largura; daí segue com rumo de 01º 41' 47" NE e percorrendo 73 metros até o marco nº 2, onde confronta à esquerda com a referida estrada e à frente com lote 4 de propriedade da Paróquia local; daí segue com rumo 88º 18' 13" SE e distância de 91 metros até o marco nº 3 onde encontramos 2 linhas divisórias à saber: lote 4 e lote 3 de propriedade da Paróquia local; daí segue com mesmo rumo e distância de 62 metros até o marco nº 4, cravado na confluência de 2 lotes à saber: o lote nº 3 da citada Paróquia e terras da Cooperativa Agropecuária Holambra; daí segue à direita com rumo de 01º 41' 47" SW perfazendo uma distância de 73 metros até o marco nº 5, tendo ainda, como confrontante à sua esquerda e à frente terras da Cooperativa Agropecuária Holambra; daí segue-se a direita com rumo de 88º 18' 13" NW e distância de 92 metros até o marco nº 6 cravado na confluência de 3 linhas divisórias à saber: terras da Cooperativa Agropecuária Holambra, terras do Clube Hípico e as terras em epígrafe, lote 1; daí segue com mesmo rumo e distância de 61 metros até o marco nº 1 onde findaram e tiveram início estas divisas e confrontações.

Artigo 3º - Fica garantido o direito de uso dos terrenos já adquiridos, conforme relação constante do anexo I, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta no prazo de 30(trinta)dias da publicação, obedecidos as seguintes condições, especialmente:

I - será mantido o padrão dos túmulos existentes;
II - será vedada a construção de túmulos de alvenaria, granito, mármore e outros materiais;
III - será permitida somente a colocação de vasos de flores com medidas pré-estabelecidas;
IV - será livre o sepultamento de todas as pessoas residentes no município, sem distinção de raça, cor ou credo.

Artigo 5º - Os preços dos terrenos e serviços serão regulamentados por Decreto, assinado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria



REGULAMENTO DO CEMITÉRIO DA PARÓQUIA DE DIVINO ESPIRITO SANTO DE HOLAMBRA.

1- O Cemitério pertence à Igreja de Divino Espirito Santo de Holambra.

2- A comissão da Igreja administrará o cemitério.

3- A comissão da Igreja indica um administrador, que executa a administração direta do cemitério.

4- O administrador colabora com a comissão da Igreja e assiste às reuniões relacionadas com o cemitério.

5- A manutenção do cemitério e outras despesas serão pagas pelas vendas de lugares sem fins lucrativos.

6- Os preços dos lugares serão estipulados e revistos, se for necessário. Atualmente está sendo cobrada a quantia de dois salários mínimos por enterro.

7- As pessoas serão enterradas sucessivamente em túmulos simples ou duplos.
Quadra A é para túmulos duplos (um em cima do outro), quadra E para túmulos simples e quadra O para crianças.
A administração reserva lugar ou para o esposo ou para a esposa.

8- É proibida a colocação de pedras sepulcrais ou plantas. É permitido colocar um vaso de plantas de medidas pre estabelecidas.

9- Enfeites de flores e vasos serão retirados do túmulo 2 semanas depois do enterro.

10- Todas as pessoas sem destinção, que morem ou moravam na Paróquia do Divino Espirito Santo, podem ser enterradas no cemitério de Holambra pagando as despesas estipuladas pela comissão da Igreja.
No caso de a família não poder pagar as despesas previstas do enterro, será feito um trato entre a família e a comissão da Igreja.

11- As medidas do túmulo são de 3,00 por 1,75 m. para adultos e de 1,50 por 1,00 m. para crianças.

12- A comissão de Igreja é responsável pela manutenção e limpeza dos túmulos.

Cova simples Cr$ 900,00 - Taxa Prefeitura 2.556,00
" Dupla Cr$ 1100,00 - Taxa Prefeitura 19,23-91
Criança 1/3 [illegible] - Taxa Prefeitura Cr$ 1.560-92

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

FAZENDA HOLAMBRA
P. O. da Holambra
13.100 - Campinas - S.P.
Fone - 60-1233

Holambra, 21 de Janeiro 1980

Ilmo. Sr. Prefeito de Artur Nogueira

A paroquia do Divino Espirito Santo, situada na Cooperativa Agro-pecuaria Holambra tem a intenção de instalar um cemitério público, em caso de qualquer espécie para a prefeitura de Artur Nogueira, em frente a Igreja numa area, doada pela Cooperativa.

O mesmo será feito conforme a Lei Municipal em vigor (nº 727 de 10 de Fevereiro de 1969)

A paroquia do Divino Espirito Santo gostaria de receber a autorização do Ilmo. Sr. Prefeito para tal instalação.

Anexamos a este pedido uma planta e um memorial descritivo.

Fazendo o nosso próprio cemitério esperamos resolver os problemas que surgem cada vez quando alguém morre na fazenda. Visitar depois os túmulos dos falecidos também é muito problemático por causa da distância. Mais ainda, instalando o nosso cemitério, a nossa gente sentirá que a imigração teve sucesso total; não só [illegible]

Esperamos receber logo uma resposta positiva e agradecemos antecipadamente pela sua valiosa colaboração, que nunca faltou a nossa [illegible]

atenciosamente

Padre Miguel Schuurmans
Vigário da paroquia

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA «HOLAMBRA»

Reg. no M. F. H. do Ministério da Agricultura, sob o nº 1.108 — Reg. no D. N. C. da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio sob o nº 5.214

GRANJAS HOLANDÊSAS REUNIDAS

Sede: FAZENDA RIBEIRÃO
ESTRADA CAMPINAS - MOGI MIRIM - KM. 141
TEL. (0192) 66-1154 - JAGUARIÚNA

Depósito:
Av. José Casal de Oliveira, 85
Telefones: 200-5848 - 201-0848 - SÃO PAULO

Depósito:
Rua Antonio Leite, 10 - Tels. 31-4000 e 2-1521
Caixa Postal de Correio Holambra - Campinas

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

IMÓVEL - Localizado na Fazenda Ribeirão
SITUAÇÃO - Município de Artur Nogueira - Comarca de Mogi Mirim Estado de São Paulo
ÁREA - dos lotes à e 2 - 11.169 m² ou 1,12 ha (compreendendo uma praça e a primeira etapa do cemitério).
PROPRIEDADE - Paróquia do Divino Espírito Santo.

CONFRONTAÇÕES -

Inicia-se no marco nº 1 cravado à margem de uma estrada de 10 metros de largura; daí segue com rumo de 01º 41' 47" NE e perfazendo 73 metros até o marco nº 2, onde confronta à esquerda com a referida estrada e à frente com lote 4 de propriedade da Paróquia Divino; daí segue com rumo 88º 18' 13" SE e distância de 91 metros até o marco nº 3 onde encontramos 2 linhas divisórias à saber: lote 4 e lote 3 de propriedade da Paróquia local; daí segue com mesmo rumo e distância de 62 metros até o marco nº 4, cravado na confluência de 2 lotes à saber: o lote nº 3 da citada Paróquia e terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra; daí segue à direita com rumo de 01º 41' 47" SW perfazendo uma distância de 73 metros até o marco nº 5, tendo ainda, como confrontante à sua esquerda e à frente terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra; daí segue-se à direita com rumo de 88º 18' 13" NW e distância de 92 metros até o marco nº 6, cravado na confluência de 3 linhas divisórias à saber: terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra, terras do Clube hípico e as terras em epígrafe, lote 1; daí segue com mesmo rumo e distância de 61 metros até o marco nº 1 onde findaram e tiveram início estas divisas e confrontações.

Obs.: a) O presente memorial não descreve os lotes 3 e 4 (pertencentes à Paróquia, por serem reservados para posteridade tendo os dois área total de 11.031,00 m²).

b) O edifício público mais próximo localiza-se a 77,50 metros do cemitério.

Jaguariúna, 19 de Janeiro de 1980

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(Estância Turística)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

RELAÇÃO DE COVAS OCUPADAS E SEMI OCUPADAS

Quadro "A"	OCUP.	S/OCUP.
01- Charles J.J.Hogeonboom	*	-
02- Henricus J.G. Krebs	*	-
03- Tehodorus Swart	-	*
04- Johannes Bakker	-	*
05- Alphonsus Sletjes	*	-
06- Bernardus J.Scholtes	*	-
07- Nicolaas J.Beckers	*	-
08- Wilhelmus Miltenburg	-	*
09- Gijsbertus v/d.Heijden	*	-
10- Paul A.Jakobsen	-	*
11- Gerardus A.Eijsink	-	*
12- Erich Benedik	*	-
13- Kees Stapelbroek	*	-
14- Wijbrand Kramer	-	*
15- Henricus J.van Schaik	-	*
16- Theodotus J.Kl.Gunnewiek	-	*
17- Johannes G.Wigman	-	*
18- Cyril Janssen	-	*
19- Jozef M.Zoutzelino	*	-
20- Elisabeth Twijsel-Brinker	-	*
21- Anna M.Teunisse v/d.Groes	-	*
22- Petrus Janssen	*	-
23- Hendrigkus J.M.de Bruin	-	*
24- Antonius J.Krabbenborg	-	*
25- Jacob J.de Wit	*	-
26- Luiz de Lima	*	-
27- Bernardus J. Hulshof	*	-
28- Cornelis M.Bakker	-	*
29- Johannes J.M. Arts	-	*
30- Eduard E.H.Graat	-	*
31- Raul H.de Bruin	-	*
32- Maria E.A. van Vliet	-	*
33- Johannes H. Kl Gunnewiek	-	*
34- Elizabete D. Barbosa	-	*
35- Jose E.Povoa	-	*
36- Wilhelmus R. Eltink	*	-
37- Jose C.Marques	-	*
38- Geertruida Groot van Leeuwen	-	*
39- Mia Oberje Bruins	-	*
40- Jan H. van Wieringen	-	*
41- Cecilia M.C. Schreuers-Jeuken	-	*
42- Antonio Julietti	-	*
43- Petronella M. Pennings v.Lieshout	-	*
44- Adrianus C.M. Somers	-	*
45- Hendricus A.Ruhe	-	*
46- Valdir C.Balazina	-	*
47- Thomas G.W. van Leeuwen	-	*
48- Helena J.Hendrikx-Walravens	-	*
49- Gilberto H.van Kampen	-	*
50- Georgine H.Nagel-Zimmermann	-	*

Prefeitura Municipal de Holambra

([illegible])

C.G.C 67.172.435/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de Sao Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

COVAS DUPLAS RESERVADAS/PAGAS	c.identidade
01- Hans J.Aldewereld	W 494668-S
Charlotte H.Aldewereld le Roux	0011672-6
02- Catharina J.M. Plagge	W 433387-3
Cornelia M.E.Hylckama Vlieg	W 433388-1
03- Charles D.Chadel	W 451882-S
Monique D.Chadel	W 451883-Q
04- Johannes Th.A.B.Litjens	W 250682-1
Margaretha M.v/dWerf-Litjens	W 237991-J
05- Wilhelmus A.B. Welle	W 242851-H

QUADRO "E" - COVAS SIMPLES OCUPADAS

01- Maria van Hal van Haren
02- Alberto v.Haren, Johan v.Haren, Johanna v.haren
03- Geraldo F.Wagenmaker
04- Noboe F.Maeda, Mitsuo Maeda
05- Alexandre A. Frade
06- Jose C.de Carvalho
07- Theodorus J.Kloet
08- Carlo F.H.Siepman
09- Pe.Godfried Sijen
10- Helena T.P.Boonen-peeters
11- Gertruida M. Bakker
12- Pe. Miguel A.J. Schuurmans
13- Gildo Gregorio
14- Emma Kloet-Staakman
15- Anna M.Schreurs
16- Antonio D.Filippini
17- Fabio Frade dos Reis

COVAS SIMPLES RESERVADAS/PAGAS	c.identidade
01- Eveline C.Titaley v/d.Griendt	W 448598-X
02- Cornelis J.J. Kager	W 153730-P
03- Anna Lodder van Mill	W 125120-N

QUADRO "O" - COVAS PARA CRIANÇAS
01- Rosemeire do Carmo Batista
02- Diego v/d Geest
03- Marcel van Rooyen

Paróquia do Divino Espírito Santo

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS

CGC 44.680.960/0064-00

Holambra, 26 de dezembro de 1994.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A Paróquia do Divino Espírito Santo, vem por meio desta, manifestar interesse em doar à Prefeitura Municipal de Holambra, os lotes 01 e 02 com 11.169 m2 ou 1,12 ha, localizados na Fazenda Ribeirão, onde se localiza o Cemitério, hoje de propriedade desta paróquia.

A doação será feita sem ônus ao Município cabendo a este a obrigação da colocação em Lei Municipal, das normas de funcionamento adotadas hoje por esta paróquia e sobre os direitos adquiridos em Túmulos já ocupados e pagos e pagos a serem ocupados.

Informamos ainda que os lotes acima descritos encontram-se com escritura pública em nome da Cooperativa Agropecuária Holambra, a qual através desta comunicamos a doação e autorizamos a lavratura de escritura pública em nome desta Prefeitura.

Aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO
N.o de Ordem 532
Fls. n.o 14 Livro n.o 1
Data de entrada 27 de
12 de 1994

EXMO.SR.
CELSO CAPATO
MD.Prefeito Municipal de Holambra
Holambra - SP

C/C COOPERATIVA AGROPECUÁRIA HOLAMBRA

LEI Nº 166 DE 26 DE ABRIL DE 1995

Autoriza o Executivo a celebrar acordo com Johannes Antonius Maria Naburs, para desapropriação de imóvel, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover desapropriação amigável junto à Johannes Antonius Maria Naburs, proprietário de uma gleba de terras, designada "Gleba 14-A1", situada no Bairro Vila Nova, neste Município, localizada no imóvel denominado Fazenda Ribeirão, matriculada sob o nº 11.383, no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Mogi Mirim, SP, conforme se insere do Anexo I (Memorial Descritivo), Anexo II (Projeto Completo - Divisão de Area para Desapropriação), e Laudo de Avaliação, que fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - A gleba, objeto da desapropriação, cujas medidas e confrontações iniciam no ponto I 2ab, confrontando com o lote nº 10 da Seção "C", ocupando por W. J. Meijering; daí segue com rumo e distância de 20º 00´ 00" NE e 34,00 m. até o ponto I 2ac; confrontando com a Gleba "A" remanescente; daí deflete à esquerda confrontando com o mesmo com rumo e distância de 21º 00´ 00" NW e 73,60 m, até o ponto I 2ad; daí deflete à esquerda ainda confrontando com o mesmo com rumo e distância de 81º 00´ 00" NW e 2,20 m até o ponto I 2ae; daí segue à esquerda confrontando com um caminho de 5,00 m de largura com rumo e distancia de 00º 59´ 28" e 40,00 m até o marco I 2aa; daí segue confrontando com o lote nº 10 da Seção "C" , ocupado por W. J. Meijering com rumo e distancia de 00º 59´ 28" SW e 40,60 m até o ponto I 2ab inicial, com área igual à 1.335, 42 m2 (um mil trezentos e trinta e cinco metros quadrados e quarenta e dois décimos).

Artigo 3º - A área objeto de doação será utilizada exclusivamente para a instalação do equipamento público " Estação de Tratamento de Esgotos - ETE", do bairro Vila Nova, neste Município.

Artigo 4º - O Município fica autorizado a pagar pela desapropriação dos 1.335,42 metros quadrados ao proprietário o valor total de R$ 1,00 (um real), sendo o pagamento à vista na assinatura do contrato, após a publicação da presente Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à força de verbas próprias do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 26 de abril de 1995.

PREFE DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na portaria da sede de Prefeitura Municipal, na data supra.

EDSON APARECIDO MASSARO
Chefe de Gabinete

Projeto Divisão de Areas

Local: Vila Nova- Holambra

Proprietário: Johannes Antonius Maria Naburs.

SITUAçÃO ATUAL

Um lote de terreno, sob nº 14, da Seção "D", no imóvel denominado Fazenda "RIBEIRAO", atualmente situado no Município de Holambra, após a Lei 7.664/91, desta comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, com a área de 302.579,7479 metros quadrados, ou trinta hectares e vinte e seis ares (30,26,00 has.), em duas glebas, dentro das seguintes divisas e confrontações :-**Gleba a)** "Começa a linha divisória no marco J 2a cravado em uma esquina na margem esquerda de uma estrada de 10 metros de largura, ponto este em que esta estrada faz um angulo de 90º à esquerda; daí segue a divisa confrontando com esta estrada com rumo e distância de 00º 40' 54" SW e 274,72 ms. até o marco J 3a cravado na margem desta estrada e na divisa deste lote com o lote nº 13 da Seção D ocupado por J. C. Van den Broeck; daí segue à direita confrontando com este último com rumo e distância de 89º 25' 24" NW e 619,51 ms. até o marco I 6, também cravado na divisa destes dois lotes; daí segue à esquerda ainda confrontando com o mesmo lote com rumo e distância de 16º 12' 14" SE e 100,41 ms. até o marco I 6ala ainda cravado na divisa dos mesmos lotes; daí segue confrontando com o mesmo com rumo e distância de 21º 20' 52" SE e 110,48 ms. até o marco I 5ala, também cravado na divisa dos mesmos lotes; daí segue ainda confrontando com o mesmo lote com rumo e distância de 26º 29' 28" SE e 100,39 ms. até o marco I 5 cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: o lote em questão lote nº 13 da Seção D ocupado por J. C. Van den Broeck e lote nº 12 da Seção D ocupado por H. J. Van Rooyen; daí segue à direita, confrontando com este último com rumo e distância de 89º 11' 47" NW e 201,86 ms. até o marco I 3a cravado junto a um brejo; daí segue à direita acompanhando este brejo até encontrar o marco I 2a cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: o lote em questão, lote nº 9 da Seção C ocupado por H. Ant. Weijenborg e lote nº 10 da Seção C, ocupado por W. J. Meijering; daí segue confrontando com este último com rumo e distância de 00º 59' 28" NE e 60,00 ms. até o marco I 2aa cravado na margem esquerda de um caminho de 5,00 ms. de largura; daí segue confrontando com este caminho com rumo e distância de 01º 01' 26" NE e 276,50 ms. até o marco D 8c, cravado na confluência deste caminho com uma estrada de 10,00 ms. de largura; daí segue à direita confrontando com esta estrada com rumo e distância de 89º 04' 50" e 749,26 ms. até o marco J 2a, que serviu de partida para o presente memorial."**Gleba b)**-"
"Começa a presente linha divisória no marco J 2c, cravado na margem direita de uma estrada de 10,00 ms. de largura e na divisa deste lote com o lote nº 16 da Seção D, ocupado por L. Van Melis; daí segue confrontando com esta estrada com rumo e distância de 00º 42' 14" SW e 284,71 ms. até o marco J sb, cravado na margem

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

desta estrada e na divisa deste lote com o lote nº 13 da Seção D, ocupado por J. C. Van Den Broeck; daí segue à esquerda confrontando com este último com rumo e distância de 89º 17' 23" SE e 179,05 ms. até o marco M 1a, cravado junto ao Córrego da Palha Grande; daí segue à esquerda córrego acima até encontrar o marco L a, cravado junto ao mesmo e na divisa deste lote com o lote nº 16 da Seção D, ocupado por L. Van Melis; daí segue à esquerda confrontando com este último com rumo e distância de 89º 17' 21" NW e 153,45 ms., até o marco J 2c, que serviu de partida para o presente memorial.

SITUAÇAO PRETENDIDA

Um lote de terreno, sob nº 14, da Seção "D", no imóvel denominado Fazenda "RIBEIRAO", situada atualmente no município de Holambra, após a Lei 7.664/91, desta comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, com a área de 301.244,3279 metros quadrados, ou trinta hectares e doze ares (30,12,00 has.), em tres glebas, dentro das seguintes divisas e confrontações:-

GLEBA A:"Começa a linha divisória no marco J 2a cravado em uma esquina na margem esquerda de uma estrada de 10 metros de largura, ponto este em que esta estrada faz um angulo de 90º à esquerda; daí segue a divisa confrontando com esta estrada com rumo e distância de 00º 40' 54" SW e 274,72 ms. até o marco J 3a cravado na margem desta estrada e na divisa deste lote com o lote nº 13 da Seção D ocupado por J. C. Van den Broeck; daí segue à direita confrontando com este último com rumo e distância de 89º 25' 24" NW e 619,51 ms. até o marco I 6, também cravado na divisa destes dois lotes; daí segue à esquerda ainda confrontando com o mesmo lote com rumo e distância de 16º 12' 14" SE e 100,41 ms. até o marco I 6ala ainda cravado na divisa dos mesmos lotes; daí segue confrontando com o mesmo com rumo e distância de 21º 20' 52" SE e 110,48 ms. até o marco I 5ala, também cravado na divisa dos mesmos lotes; daí segue ainda confrontando com o mesmo lote com rumo e distância de 26º 29' 28" SE e 100,39 ms. até o marco I 5 cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: o lote em questão lote nº 13 da Seção D ocupado por J. C. Van den Broeck e lote nº 12 da Seção D ocupado por H. J. Van Rooyen; daí segue à direita, confrontando com este último com rumo e distância de 89º 11' 47" NW e 201,86 ms. até o marco I 3a cravado junto a um brejo; daí segue à direita acompanhando este brejo até encontrar o marco I 2a cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: o lote em questão, lote nº 9 da Seção C ocupado por H. Ant. Weijenborg e lote nº 10 da Seção C, ocupado por W. J. Meijering; daí segue confrontando com este último com rumo e distância de 00º 59' 28" NE e 19,40 ms. até o ponto I 2ab confrontando com o lote nº 10 da Seção "C", ocupado por W. J. Meijering; daí segue à direita com rumo e distância de 20º 00'00" NE e 34,00 ms. até o ponto I 2ac confrontando com a Gleba "14-A1"; daí defilete à esquerda confrontando com o mesmo e segue com rumo e distância de 21º 00'00" NW e 73,60 ms. até o ponto I 2ad; daí segue à esquerda ainda confrontando com o mesmo e segue com rumo e distância de 81º 00' 00" NW e 2,20 ms. até o ponto I 2ae; daí segue

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

à direita confrontando com um caminho de 5,00 ms. de largura com rumo e distância de 01º 01' 26" NE e 236,50 ms. até o marco D 8c, cravado na confluência deste caminho com uma estrada de 10,00 ms. de largura; daí segue à direita confrontando com esta estrada com rumo e distância de 89º 04' 50" e 749,26 ms. até o marco J 2a, que serviu de partida para o presente memorial."

GLEBA 14-A1

"Com área igual à 1.335,42 m2, cujas medidas e confrontações iniciam no ponto I 2ab, confrontando com o lote nº 10 da Seção "C", ocupado por W. J. Meijering; daí segue com rumo e distância de 20º 00' 00" NE e 34,00 ms. até o ponto I 2ac; confrontando com a Gleba "A" remanescente; daí deflete à esquerda confrontando com o mesmo com rumo e distância de 21º 00' 00" NW e 73,60 ms. até o ponto I 2ad; daí deflete à esquerda ainda confrontando com o mesmo com rumo e distância de 81º 00' 00" NW e 2,20 ms. até o ponto I 2ae; daí segue à esquerda confrontando com um caminho de 5,0 ms. de largura com rumo e distância de 00º 59' 28" SW e 40,00 ms. até o marco I 2aa; daí segue confrontando com o lote nº 10 da Seção "C", ocupado por W. J. Meijering com rumo e distância de 00º 59' 28" SW e 40,60 ms. até o ponto I 2ab inicial."

GLEBA B

"Começa a presente linha divisória no marco J 2c, cravado na margem direita de uma estrada de 10,00 ms. de largura e na divisa deste lote com o lote nº 16 da Seção D, ocupado por L. Van Melis; daí segue confrontando com esta estrada com rumo e distância de 00º 42' 14" SW e 284,71 ms. até o marco J sb, cravado na margem desta estrada e na divisa deste lote com o lote nº 13 da Seção D, ocupado por J. C. Van Den Broeck; daí segue à esquerda confrontando com este último com rumo e distância de 89º 17' 23" SE e 179,05 ms. até o marco M 1a, cravado junto ao Córrego da Palha Grande; daí segue à esquerda córrego acima até encontrar o marco L a, cravado junto ao mesmo e na divisa deste lote com o lote nº 16 da Seção D, ocupado por L. Van Melis; daí segue à esquerda confrontando com este último com rumo e distância de 89º 17' 21" NW e 153,45 ms., até o marco J 2c, que serviu de partida para o presente memorial."

Holambra, 10 de março de 1.995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Adriana B. Braugli

Adriana B. B. Righi
Engº Civil
CREA 605.011.589

PROJETO COMPLETO	F. ÚNICA

DIVISÃO DE ÁREA PARA DESAPROPRIAÇÃO

SECÇÃO **D** LOTE **14** HOLAMBRA -SP-

JOHANNES ANTONIUS MARIA NABURS

ESC. 1.2000

LOCALIZ. S/ ESCALA

VIDE PRANCHA

ÁREA EM M²

LOTE 14 _____ 301.244,3279

LOTE 14-A _____ 1.335,42

TOTAL _____ 302.579,7479

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

PREFEITO MUNICIPAL
CELSO CAPATO

Adriana B. Braugeli

ENG. CIVIL CREA Nº 060.501.158/9
ADRIANA B. B. RIGHI

DES SELLANI 09/94

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 165 DE 20 de ABRIL DE 1995

Dispõe sobre concessão de isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - I.S.S.Q.N. a evento que especifica e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedida isenção do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-I.S.S.Q.N., ao Clube Fazenda Ribeirão, Comunidade Holambra, para evento denominado "7ª Festa do Cowboy", que promoverá neste Município, nos dias 20, 21, 22 e 23 de abril de 1995.

Artigo 2º - Para fazer jus a isenção referida no artigo 1º, o beneficiário deverá:

I - cobrar metade do valor efetivamente devido pelo ingresso aos estudantes residentes neste Município, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou da rede particular, dos primeiro, segundo e terceiro graus, autorizados a funcionar pelos órgãos competentes, existentes no Município de Holambra ou em outros Municípios.

II - cobrar 50% (cinquenta por cento) do valor devido pelo ingresso aos aposentados e pensionistas residentes neste Município.

Artigo 3º - A identificação do estudante, para a utilização da meia-entrada, ocorrerá mediante apresentação da "Carteira de Identificação Estudantil", emitidas pelas seguintes Entidades Estudantis: União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Holambra (UMES) e Grêmio Estudantil de Holambra, que deverão fazer constar da carteira de identificação:

I - foto do aluno;
II - nome e data de nascimento do estudante;
III - número da matrícula do estudante;
IV - a assinatura do Presidente ou Coordenador da respectiva entidade estudantil; e
V - número do R.G. ou da certidão de nascimento.

Artigo 4º - A identificação do aposentado ou pensionista, ocorrerá mediante a apresentação dos comprovantes da aposentadoria ou pensão, e de residência no Município de Holambra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 20 de abril de 1995

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 20 de
04 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 164 de 20 de abril de 1995.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO CAPATO, Prefeito do Município de Holambra, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei cria o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, órgão consultivo ligado ao Departamento de Obras (DO), conforme o art. 132, Parágrafo Único, da vigente Lei Orgânica de Holambra.

Artigo 2º - São atribuições deste Conselho, entre outras:

I- estabelecer a política de desenvolvimento urbano;

II - fazer propostas para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), sobre uso e ocupação do solo, zoneamento, transporte e alocação de equipamentos urbanos;

III - opinar na revisão do PDDI, a cada cinco anos;

IV - opinar sobre qualquer assunto do PDDI ou de outras Leis relativas ao desenvolvimento urbano, quando solicitado por Vereador, pelo Prefeito ou por quaisquer de seus membros;

V - promover ou solicitar ao D.O., estudos e pesquisas sobre assuntos tratados no PDDI ou em Leis correlatas;

VI - colaborar na implantação, coordenação, execução e fiscalização dos programas do PDDI;

VII - colaborar nos estudos e pesquisas relativas ao desenvolvimento urbano e na sua divulgação;

VIII - participar dos programas de habitação popular e da formulação da política habitacional;

IX - fazer propostas quanto a obras e ações relativas a saneamento;

X - participar da gerência do Fundo Municipal de Habitação;

XI - desenvolver outras atividades correlatas.

Artigo 3º - Este Conselho será formado por até dois representantes de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Divisão de Urbanismo do Departamento de Obras (D.O.);

II - Divisão de Transportes do D.O.;

III - Divisão de Planejamento e Coordenação;

IV - Um representante do Comércio;

V - Um representante produtor rural;

VI - Cooperativa Agropecuária Holambra;

VII - Departamento de Água e Esgoto (DAE);

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VIII - Representante da Agência local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
IX - Um Engenheiro Agrônomo;
X - Um Engenheiro Civil.

§1º - As entidades/órgãos serão oficiadas para que indiquem seus representantes.
§2º - As associações de Moradores elegerão um representante para fazer parte deste Conselho.
§3º - Os membros deste Conselho não serão remunerados.

Artigo 4º - O Prefeito baixará uma portaria nomeando os membros deste Conselho, indicados por suas respectivas entidades ou órgãos, até trinta dias após a publicação ou afixação desta Lei.

Artigo 5º - O D.O. será responsável pela implantação da política de desenvolvimento urbano e pela garantia de condições de infraestrutura para o pleno funcionamento deste Conselho.

Artigo 6º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos de caráter regional, estadual ou de interesse à comunidade.

Artigo 7º - Dentro de sessenta dias da publicação ou afixação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu Regimento Interno para homologação pelo Prefeito e publicação ou afixação.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 20 de abril de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a 'xl cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 20 de 04 de 19 95

Responsável pelo Expediente da Secretaria

LEI Nº 163 de 20 de Abril de 1995.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL RURAL E DO MEIO AMBIENTE E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.

CELSO CAPATO, Prefeito do Município de Holambra, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal Rural e do Meio Ambiente, órgão consultivo ligado a Casa da Agricultura, segundo o que dispõe a vigente Lei Orgânica de Holambra.

Artigo 2º - São atribuições deste Conselho, entre outros:

I - propor diretrizes para estabelecimento da política de desenvolvimento rural;

II - propor ações que garantam a melhoria das condições do homem do campo;

III - propor plano de construção e conservação de estradas vicinais e serviços de transporte coletivo rural;

IV - incentivar a ação conjunta de Cooperativas, Associações e Sindicatos de Classe;

V - propor ações relativas à produção agrícola e assistência técnica;

VI - propor programa de abastecimento alimentar, de produção e distribuição de alimentos básicos e da horticultura, bem como a criação de canais alternativos de comercialização;

VII - participar da organização de armazém comunitário, de serviço municipal de máquinas agrícolas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

VIII - fazer propostas para a elaboração do Plano Diretor Rural, previsto no artigo 157, da Lei Orgânica de Holambra;

IX - propor ações nas áreas agrícola e agrária, para garantir as diretrizes e metas do Plano de Reforma Agrária, em nível municipal;

X - propor medidas para fiscalização do transporte de trabalhadores rurais e garantia de legislação pertinente;

XI - propor ações relativas à preservação dos mananciais e da mata ciliar, da área rural;

XII - propor programas de proteção à saúde do trabalhador rural, especialmente com relação à proteção contra contaminação por defensivos agrícolas, em consonância com o Conselho Municipal de Saúde e outras atividades correlatas;

XIII - estabelecer a política de defesa do meio ambiente;

XIV - elaborar o planejamento e o zoneamento ambiental, juntamente com os demais Conselhos envolvidos e os Departamentos respectivos;

XV - determinar providências para a efetiva proteção ecológica;

XVI - analisar, aprovar ou vetar projetos públicos ou privados que impliquem em impacto ambiental;

XVII - colaborar para o cumprimento do disposto no artigo 169 e seguintes, da Lei Orgânica Municipal;

XVIII - estabelecer um programa de recuperação de mata ciliar - urbana e rural;

XIX - elaborar e implantar um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais;

XX - propor sanções administrativas aos que tiverem condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente, bem como os valores das multas aplicáveis;

XXI - estabelecer programas de monitoragem para os que utilizam recursos ambientais;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

XXII - fazer propostas para a elaboração de um Plano Plurianual de Saneamento, para a utilização racional da água, do solo e do ar;

XXIII - propor ações de combate à poluição, visando obter um meio-ambiente ecologicamente equilibrado;

XXIV - apresentar minutas de projetos de Lei relativos ao meio-ambiente

Artigo 3º - Este Conselho será formado por representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Casa da Agricultura;

II - Produtores rurais de no máximo 03;

III - Trabalhadores rurais de no máximo 03;

IV - Sindicato rural ou entidade de classe;

V - Dois representantes da sociedade civil;

VI - Um representante do Departamento de Saúde;

VII - Cooperativa Agropecuária Holambra;

VIII - Um representante da Polícia Florestal;

IX - Um curador do Meio Ambiente; e

X - Um Engenheiro Agronomo.

XI - Um representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Holambra (AEAAH);

XII - Um curador do Meio-Ambiente.

§ 1º - As entidades/órgãos serão oficiados para que indiquem seus representantes.

§ 2º - Os membros deste Conselho não serão remunerados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 4º - O Prefeito baixará uma portaria nomeando os membros deste Conselho, indicados por suas respectivas entidades, órgãos ou classe, até sessenta dias após a afixação desta Lei.

Artigo 5º - A Casa da Agricultura será a responsável pela implantação da política de desenvolvimento rural e pela garantia de condições de infra-estrutura para o seu pleno funcionamento.

Artigo 6º - O Departamento de Obras (DO) está obrigado a comunicar ao COMRMA, todos os projetos de indústrias aprovados e todos os "habite-se" emitidos para as mesmas, ou para atividades que interfiram no meio-ambiente.

Artigo 7º - A Casa da Agricultura será responsável pela operacionalização das deliberações do COMRMA, bem como pela garantia de condições para seu pleno funcionamento, com alocação de pessoal necessário.

Artigo 8º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos de caráter regional, estadual ou de interesse à comunidade.

Artigo 9º - Dentro de sessenta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu Regimento Interno para homologação pelo Prefeito e afixação.

Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua afixação.

Artigo 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 20 de abril de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, em quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal, na mesma data.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.

Secretaria da Prefeitura Municipal, 20 de abril de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 162 de 11 de abril de 1995.

DISPOE SOBRE A INCLUSAO DO NOME DO AUTOR NA PUBLICAÇAO DA LEGISLAÇAO MUNICIPAL.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam o Poder Executivo e Legislativo, obrigados a publicar o nome do autor da proposição, junto com a Emenda à Lei Orgânica, Lei Complementar, Lei Ordinária, Decreto legislativo e Resoluções.

Artigo 2º - O espaço utilizado para caracterizar a autoria da proposta, será aquele logo abaixo da assinatura da autoridade que sancionar e promulgar.

Artigo 3º - Os vetos apostos pelo Prefeito Municipal, também deverão conter o nome do autor da proposta vetada, total ou parcialmente.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 11 de abril de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

autoria: Vereador Iran Daier Brunhani

Publicado por afixação, em quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Magsaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 11 de 04 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 161/95

DISPOE SOBRE ISENÇAO DO I.V.V.C., PARA O GAS NATURAL.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:**

Artigo 1º - Fica isento do Imposto sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos a venda a varejo do produto "Gás Natural" (GLP), previsto no artigo 117 do Código Tributário Municipal, conforme Lei Complementar nº 014 de 30 de dezembro de 1993, em seu item VI - Gás Natural.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 11 de abril de 1995

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 11 de
04 de 19 95
Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 160/95

DISPOE SOBRE A CRIAÇAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento à criança e ao adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90.

Artigo 2º - São suas atribuições, dentre outras:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução.

II - opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse;

III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços de assistência social, em caráter supletivo, aos que necessitam, bem como sobre serviços especiais como a prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de maus tratos, opressão e exploração e outros;

IV - estimular o Poder Público e as organizações, entidades e movimentos, representativos da sociedade civil, na elaboração de planos, programas, atividades, ações e serviços que tenham por direitos da criança e do adolescente;

V - deliberar sobre a conveniência da criança de entidades governamentais e não governamentais de assistência social;

VI - articular os órgãos, entidades, movimentos ou organizações de caráter governamental ou não governamental, existente no Município de Holambra que mantenham programas, atividades, ações ou serviços cujas finalidades sejam a proteção, defesa, promoção, garantias, preservação e recuperação dos direitos da criança e do adolescente, ou possam colaborar na consecução destas finalidades;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VII - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;
b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
c) colocação sócio-familiar;
d) abrigo;
e) liberdade assistida;
f) semi-liberdade;e
g) internação.

VIII - gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alocando recursos aos programas das entidades governamentais e repassando verbas às não governamentais;

IX - deliberar sobre a realização de consórcio intermunicipal de atendimento regionalizado e sobre convênios da área;

X - propor modificações nas estruturas dos departamentos e órgãos da administração, ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XI - opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde, e educação, bem como sobre o funcionamento do Conselho Tutelar, a ser criado por Lei, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

XII - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais ,esportivas e de lazer, voltadas à infância e à juventude;

XIII - proceder à inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90;

XIV - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações e demais receitas aplicando necessariamente, percentual para o incentivo ao recolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XV - dar posse aos membros deste Conselho;

XVI - solicitar as indicações para preenchimento de cargo de Conselheiro, nos casos de vacância e término de mandato;

XVII - estabelecer política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

XVIII - manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais e congêneres, ou que tenham atuação na proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIX - realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

XX - acompanhar a programação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal em relação à políticas voltadas para a criança e o adolescente.

Artigo 3º - Este Conselho é composto de cinco membros, sendo:

I - um representante do Departamento de Educação e Cultura(DEC);

II - um representante do Departamento de Promoção Social;

III - um representante do Departamento de Saúde;

IV - um representante do Departamento de Finanças;

V - um representante do Departamento Jurídico, responsável pela Assistência Judiciária;

§ 1º - Os conselheiros representantes dos Departamentos da Prefeitura, e seus respectivos suplentes, serão indicados pelos Diretores, no prazo de trinta dias da afixação desta Lei;

§ 2º - Os representantes das entidades não governamentais atuantes na assistência à criança e ao adolescente e seus respectivos suplentes, serão eleitos pelo voto dessas entidades, reuniões em Assembléia Geral, convocada por este Conselho, sendo que para o primeiro conselho, a convocação será feita pelo Departamento de Promoção Social da Prefeitura, em trinta dias após a afixação desta Lei;

§ 3º - A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada;

§ 4º - Os Conselheiros e os suplentes terão mandato de dois anos, admitindo-se a renovação apenas uma vez e por igual período;

§ 5º - A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito, através de Portaria, obedecida a origem das indicações e os demais, por este Conselho Municipal;

§ 6º - A Portaria do Prefeito, mencionada no parágrafo anterior, deverá ser afixada, no prazo de quarenta e cinco dias da afixação desta Lei.

Artigo 4º - Este Conselho, no interesse da comunidade poderá participar de outros Conselhos em âmbito Regional, Estadual ou Internacional.

Artigo 5º - Os membros deste Conselho elaborarão o Regimento Interno, no prazo de trinta dias da afixação da Portaria de nomeação e será homologado pelo Prefeito, por Decreto e afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 6º - O Departamento de Promoção Social, o de Saúde e o de Educação e Cultura (DEC) serão os responsáveis pelo fornecimento de recursos materiais e humanos para o pleno funcionamento deste Conselho.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua afixação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 11 de abril de 1995

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, em quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 11 de 04 de 19 95

Edson Aparecido Massaro
Chefe do Gabinete

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 159/95

ALTERA O ARTIGO 4º, DA LEI MUNICIPAL Nº 134/94, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 4º, da Lei Municipal nº 134/94, que CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 4º - O COMENH, será composto por quinze membros, a saber:

I - O Prefeito Municipal
II - Um representante do Departamento Municipal de Saúde;
III - Um representante do Departamento de Educação e Cultura;
IV - Um representante do Departamento de Promoção Social;
V - Um representante do Fundo Social de Solidariedade;
VI - Um representante da Polícia Civil;
VII - Um representante da Polícia Militar;
VIII - Três representantes da Cooperativa Agropecuária de Holambra;
IX - Três representantes da Comunidade Holambra;
X -Um representante da Guarda Municipal;
XI - Um representante das Associações de Bairros do Município de Holambra.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 27 de março de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente,
Secretaria da Prefeitura Municipal, 27 de março de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 158/95

INSTITUI NORMAS PARA OS CURSOS DE AGUAS PLUVIAIS, ESTRADAS MUNICIPAIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - É responsabilidade do proprietário arrendatário, parceiro ou usuário, a qualquer título, a conservação, limpeza e desobstrução dos cursos de água ou valas existentes, bem como a contenção de águas pluviais e/ou de irrigação que venham a desaguar sobre suas terras, visando impedir a erosão, o assoreamento, o represamento, a bem da manutenção e conservação das estradas e caminhos municipais.

§ 1º - A Juízo da Prefeitura, poderá ser determinado que o particular responsável pelo imóvel rural, regularize o curso das águas e das valas, com a realização de obras ou serviços necessários, bem como a conservação do solo.

§ 2º - No caso de imóveis limítrofes, a responsabilidade pela execução das obras ou serviços será partilhada entre os vizinhos, observando-se para fim especifico de conservação do solo, inexistir divisa entre as propriedades.

§ 3º - É proibido o desvio de águas pluviais e/ou de irrigação para as estradas ou caminhos municipais, obrigados que ficam, o proprietário, arrendatário, parceiro ou usuário, a encaminhá-las para alguma obra tecnicamente recomendável, visando sua manutenção e conservação, sob pena de o infrator sujeitar-se à lavratura de auto de infração e imposição de multa.

Artigo 2º - É vedado realizar serviços de aterros ou desvios de valas ou cursos de águas, impedindo o seu livre escoamento.

Parágrafo Único - Na construção de açudes, represas, barragens, tapagem ou obra de caráter temporário ou permanente, será sempre assegurado o livre escoamento das águas, no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de sua vasão original.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 3º - As construções erguidas nos imóveis servidos por rios, riachos ou córregos, bem como no fundo de vales, deverão ser ajustadas às respectivas bordas na distância fixada pela legislação.

Artigo 4º - O Sistema de Estradas e Caminhos Municipais é constituido pelas estradas e caminhos existentes e pelos planejados, todos organicamente articulados entre si.

Artigo 5º - Considera-se Estrada Municipal, o caminho mais ou menos largo, destinado ao trânsito de homens e de veículos.

Artigo 6º - São Caminhos Municipais, aqueles já existentes e os planejados, bem como os que vierem a ser abertos, constituindo frentes de glebas ou terrenos, devidamente aprovados pela Prefeitura.

Artigo 7º - O Sistema de Estradas e Caminhos Municipais, tem por finalidade assegurar o livre trânsito público nas áreas rurais do município e proporcionar facilidades de intercâmbio e de escoamento de produtos em geral.

Artigo 8º - O Sistema de Estradas e Caminhos Municipais, está planejado segundo o critério técnico para dar-lhe a forma característica de malha, adequadamente interligado ao sistema viário urbano e integrado ao sistema viário estadual.

§ 1º - As vias radiais partem da cidade de Holambra e permitem atingir os limites do Município.

§ 2º - As vias transversais fazem a interligação das vias radiais com o sistema viário estadual.

§ 3º - Os caminhos tem a missão de permitir o acesso de glebas e terrenos às estradas municipais ou estaduais.

Artigo 9º - As estradas e caminhos de servidão, constituindo frente de glebas ou de terrenos, desde que existentes há mais de 5 (cinco) anos, passam a incorporar o patrimônio do Município, sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 10 - A estrada ou caminho, aberto ao trânsito dentro do imóvel rural, deverá obedecer os requisitos técnicos à sua função no sistema de estradas e caminhos municipais, sendo que deverá ser comunicado a Prefeitura para fins de sua aceitação e oficialização.

§ 1º - A estrada ou caminho de que cuida este artigo, se constituirá em Servidão Pública, mediante documento passado em cartório com o consequente registro imobiliário.

§ 2º - Após examinado o projeto pelo órgão técnico da Prefeitura, a sua aceitação será formalizada mediante a expedição de licença para a construção, com a transferência para a municipalidade, através de escritura pública de doação, pura e simplesmente, sem qualquer indenização pela Prefeitura, da faixa de terreno técnicamente exigível para estradas ou caminhos municipais, na forma desta Lei.

Artigo 11 - É proibido a abertura para uso público de estradas ou caminhos no Município, constituindo frentes de glebas ou terrenos, sem a prévia autorização da Prefeitura.

§ 1º - O pedido de licença para abertura de estradas ou caminhos para uso público, se fará mediante requerimento, endereçado ao Prefeito Municipal, protocolado na Prefeitura, dispensado do recolhimento do preço público, instruindo-o com os seguintes documentos:

a) título de propriedade dos imóveis marginais à estrada ou caminho que se deseja abrir;
b) duas vias da planta da faixa da estrada ou caminho projetado, assinadas por profissional legalmente habilitado, na escala de 1:2000, no mínimo, contendo o levantamento planialtimétrico da estrada ou caminho projetado e dos terrenos desmembrados, com curva de nivel de metro em metro, no máximo, suas divisas e sua situação, com referência às estradas ou os caminhos de acesso existentes, indicação dos cursos de águas e demais elementos que identifiquem e caracterizem a respectiva faixa;
c) duas vias dos perfis horizontal e vertical, da estrada ou caminho projetado, assinadas por profissional legalmente habilitado, nas escalas, respectivamente de 1:1000 e de 1:100 ou maior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Após examinado o projeto pelo órgão técnico da Prefeitura, a sua aceitação será formalizada mediante a expedição de licença para a construção, com a transferência para a municipalidade, através de escritura pública de doação da faixa de terreno tecnicamente exigível para estradas ou caminhos municipais, na forma desta Lei.

§ 3º -É reservado à Prefeitura o direito de exercer a fiscalização dos serviços e obras de abertura de estrada ou caminho com projeto aprovado, na forma prescrita neste ato.

Artigo 12 - No caso de doação ao Município de faixa de de terreno, tecnicamente exigível para estrada ou caminho municipal, se fará pura e simplesmente, sem qualquer indenização por parte da Prefeitura.

Artigo 13 - As vias de circulação nas áreas rurais, se compõem:

a) de estradas vicinais asfaltadas;
b) de estradas principais;
c) de estradas secundárias;
d) de caminhos.

§ 1º - Lei Municipal, definirá a largura de cada espécie de via de circulação referida neste artigo, com fundamento em levantamento técnico do fluxo de trânsito.

§ 2º - As denominações das vias, tem por objetivo indicar os respectivos graus de importância como meio de circulação, nas áreas rurais.

Artigo 14 - Ficam proibidos de trafegarem pelas estradas, os tratores equipados com implementos de arrasto, como qualquer tipo de manobra com essas máquinas que possam vir a danificar aquelas vias de circulação.

Artigo 15 - O descumprimento da presente Lei, implicará na lavratura de auto de infração e imposição de multa pelo órgão técnico da Prefeitura sendo, facultado ao infrator apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Apresentada a defesa, sua apreciação se fará em igual prazo de 10 (dez) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Mantido o auto, a dívida será inscrita e ajuizada a competente ação para a cobrança do débito, com juros e correção.

§ 3º - A multa, dependendo do grau da infração, a juízo do órgão técnico da Prefeitura, variará de 20 a 200 Unidades Fiscais do Município.

Artigo 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 27 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 28 de março de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 159/95

ALTERA O ARTIGO 4º, DA LEI MUNICIPAL Nº 134/94, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 4º, da Lei Municipal nº 134/94, que CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 4º - O COMENH, será composto por quinze membros, a saber:

I - O Prefeito Municipal
II - Um representante do Departamento Municipal de Saúde;
III - Um representante do Departamento de Educação e Cultura;
IV - Um representante do Departamento de Promoção Social;
V - Um representante do Fundo Social de Solidariedade;
VI - Um representante da Polícia Civil;
VII - Um representante da Polícia Militar;
VIII - Três representantes da Cooperativa Agropecuária de Holambra;
IX - Três representantes da Comunidade Holambra;
X -Um representante da Guarda Municipal;
XI - Um representante das Associações de Bairros do Município de Holambra.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 27 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 27 de março de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 158/95

INSTITUI NORMAS PARA OS CURSOS DE AGUAS PLUVIAIS, ESTRADAS MUNICIPAIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - É responsabilidade do proprietário arrendatário, parceiro ou usuário, a qualquer título, a conservação, limpeza e desobstrução dos cursos de água ou valas existentes, bem como a contenção de águas pluviais e/ou de irrigação que venham a desaguar sobre suas terras, visando impedir a erosão, o assoreamento, o represamento, a bem da manutenção e conservação das estradas e caminhos municipais.

§ 1º - A Juízo da Prefeitura, poderá ser determinado que o particular responsável pelo imóvel rural, regularize o curso das águas e das valas, com a realização de obras ou serviços necessários, bem como a conservação do solo.

§ 2º - No caso de imóveis limítrofes, a responsabilidade pela execução das obras ou serviços será partilhada entre os vizinhos, observando-se para fim especifico de conservação do solo, inexistir divisa entre as propriedades.

§ 3º - É proibido o desvio de águas pluviais e/ou de irrigação para as estradas ou caminhos municipais, obrigados que ficam, o proprietário, arrendatário, parceiro ou usuário, a encaminhá-las para alguma obra tecnicamente recomendável, visando sua manutenção e conservação, sob pena de o infrator sujeitar-se à lavratura de auto de infração e imposição de multa.

Artigo 2º - É vedado realizar serviços de aterros ou desvios de valas ou cursos de águas, impedindo o seu livre escoamento.

Parágrafo Único - Na construção de açudes, represas, barragens, tapagem ou obra de caráter temporário ou permanente, será sempre assegurado o livre escoamento das águas, no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de sua vasão original.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 3º - As construções erguidas nos imóveis servidos por rios, riachos ou córregos, bem como no fundo de vales, deverão ser ajustadas às respectivas bordas na distância fixada pela legislação.

Artigo 4º - O Sistema de Estradas e Caminhos Municipais é constituído pelas estradas e caminhos existentes e pelos planejados, todos organicamente articulados entre si.

Artigo 5º - Considera-se Estrada Municipal, o caminho mais ou menos largo, destinado ao trânsito de homens e de veículos.

Artigo 6º - São Caminhos Municipais, aqueles já existentes e os planejados, bem como os que vierem a ser abertos, constituindo frentes de glebas ou terrenos, devidamente aprovados pela Prefeitura.

Artigo 7º - O Sistema de Estradas e Caminhos Municipais, tem por finalidade assegurar o livre trânsito público nas áreas rurais do município e proporcionar facilidades de intercâmbio e de escoamento de produtos em geral.

Artigo 8º - O Sistema de Estradas e Caminhos Municipais, está planejado segundo o critério técnico para dar-lhe a forma característica de malha, adequadamente interligado ao sistema viário urbano e integrado ao sistema viário estadual.

§ 1º - As vias radiais partem da cidade de Holambra e permitem atingir os limites do Município.

§ 2º - As vias transversais fazem a interligação das vias radiais com o sistema viário estadual.

§ 3º - Os caminhos tem a missão de permitir o acesso de glebas e terrenos às estradas municipais ou estaduais.

Artigo 9º - As estradas e caminhos de servidão, constituindo frente de glebas ou de terrenos, desde que existentes há mais de 5 (cinco) anos, passam a incorporar o patrimônio do Município, sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 10 - A estrada ou caminho, aberto ao trânsito dentro do imóvel rural, deverá obedecer os requisitos técnicos à sua função no sistema de estradas e caminhos municipais, sendo que deverá ser comunicado a Prefeitura para fins de sua aceitação e oficialização.

§ 1º - A estrada ou caminho de que cuida este artigo, se constituirá em Servidão Pública, mediante documento passado em cartório com o consequente registro imobiliário.

§ 2º - Após examinado o projeto pelo órgão técnico da Prefeitura, a sua aceitação será formalizada mediante a expedição de licença para a construção, com a transferência para a municipalidade, através de escritura pública de doação, pura e simplesmente, sem qualquer indenização pela Prefeitura, da faixa de terreno técnicamente exigível para estradas ou caminhos municipais, na forma desta Lei.

Artigo 11 - É proibido a abertura para uso público de estradas ou caminhos no Município, constituindo frentes de glebas ou terrenos, sem a prévia autorização da Prefeitura.

§ 1º - O pedido de licença para abertura de estradas ou caminhos para uso público, se fará mediante requerimento, endereçado ao Prefeito Municipal, protocolado na Prefeitura, dispensado do recolhimento do preço público, instruindo-o com os seguintes documentos:

a) título de propriedade dos imóveis marginais à estrada ou caminho que se deseja abrir;
b) duas vias da planta da faixa da estrada ou caminho projetado, assinadas por profissional legalmente habilitado, na escala de 1:2000, no mínimo, contendo o levantamento planialtimétrico da estrada ou caminho projetado e dos terrenos desmembrados, com curva de nível de metro em metro, no máximo, suas divisas e sua situação, com referência às estradas ou os caminhos de acesso existentes, indicação dos cursos de águas e demais elementos que identifiquem e caracterizem a respectiva faixa;
c) duas vias dos perfis horizontal e vertical, da estrada ou caminho projetado, assinadas por profissional legalmente habilitado, nas escalas, respectivamente de 1:1000 e de 1:100 ou maior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Após examinado o projeto pelo órgão técnico da Prefeitura, a sua aceitação será formalizada mediante a expedição de licença para a construção, com a transferência para a municipalidade, através de escritura pública de doação da faixa de terreno tecnicamente exigível para estradas ou caminhos municipais, na forma desta Lei.

§ 3º -É reservado à Prefeitura o direito de exercer a fiscalização dos serviços e obras de abertura de estrada ou caminho com projeto aprovado, na forma prescrita neste ato.

Artigo 12 - No caso de doação ao Município de faixa de de terreno, tecnicamente exigível para estrada ou caminho municipal, se fará pura e simplesmente, sem qualquer indenização por parte da Prefeitura.

Artigo 13 - As vias de circulação nas áreas rurais, se compõem:

a) de estradas vicinais asfaltadas;
b) de estradas principais;
c) de estradas secundárias;
d) de caminhos.

§ 1º - Lei Municipal, definirá a largura de cada espécie de via de circulação referida neste artigo, com fundamento em levantamento técnico do fluxo de trânsito.

§ 2º - As denominações das vias, tem por objetivo indicar os respectivos graus de importância como meio de circulação, nas áreas rurais.

Artigo 14 - Ficam proibidos de trafegarem pelas estradas, os tratores equipados com implementos de arrasto, como qualquer tipo de manobra com essas máquinas que possam vir a danificar aquelas vias de circulação.

Artigo 15 - O descumprimento da presente Lei, implicará na lavratura de auto de infração e imposição de multa pelo órgão técnico da Prefeitura sendo, facultado ao infrator apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Apresentada a defesa, sua apreciação se fará em igual prazo de 10 (dez) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Mantido o auto, a dívida será inscrita e ajuizada a competente ação para a cobrança do débito, com juros e correção.

§ 3º - A multa, dependendo do grau da infração, a juízo do órgão técnico da Prefeitura, variará de 20 a 200 Unidades Fiscais do Município.

Artigo 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 27 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da **Prefeitura Municipal**, 28 de março de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

LEI Nº 157/95

APROVA AS NORMAS PARA ORGANIZAÇAO E FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS LIVRES DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I

Das Feiras Livres

Seção 1º

Disposições Preliminares

Artigo 1º - As Feiras Livres destinam-se à promoção da venda, exclusivamente a varejo, por preços acessíveis, restringindo-se a atuação de intermediários àqueles matriculados, e devidamente licenciados, nas categorias de Feirante-produtor, Feirante-mercador e Feirante Cabeceira-de-feira.

Artigo 2º - As feiras livres serão criadas, transferidas, modificadas ou extintas pelo Prefeito Municipal, que baixará atos normativos referentes a locais, dias e horário de funcionamento, medidas de higiene, lotação, obrigatoriedade de uso de veículos especiais, frigomóveis ou não, meios de transporte, padrões métricos e visuais de tabuleiros, barracas e demais pertenças e outras especificações inerentes.

Seção 2º

Do Comércio Permitido

Artigo 3º - Nas feiras livres é permitido o comércio dos seguintes gêneros:

Grupo 1 - Vegetais:
01 - verduras, legumes, frutas e cereais;
02 - flores e folhagens;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Grupo 2 - Animais e derivados:
03 - aves abatidas;
04 - ovos;
05 - coelhos abatidos;
06 - pescados;

Grupo 3 - Mercearia:
07 - fiambres;
08 - laticínios
09- doces, balas e biscoitos;
10 - temperos;

Grupo 4 - Diversos:
11 - material de limpeza;
12 - ferragens, louças e alumínios;
13 - bazar e armarinhos;
14 - artefatos de couros e ou plásticos.

Artigo 4º - O comércio de que trata o Código 01 - verduras, legumes, frutas e cereais, que abrange a venda de bulbos, tubérculos, raízes alimentícias e grãos, poderá ser exercido pelos feirantes no todo ou em parte, salvo expressa determinação em contrário do órgão municipal competente.

Artigo 5º - O comércio do Grupo 02 - exceto os do Código 03, far-se-á com animais limpos e previamente eviscerados, com os requisitos necessários para a conservação dos produtos em perfeitas condições de consumo.

§ 1º - É permitido proceder-se à evisceração, limpeza e fracionamento de pescados no local das feiras livres desde que essas operações sejam executadas de conformidade com as condições de higiene necessárias.

§ 2º - As carnes, salames, salsichas e produtos similares deverão ser suspensos em ganchos de ferro polido ou estanhado, ou colocados sobre mesas e recipientes apropriados, observando-se as condições de higiene necessárias.

Artigo 6º - O leite e produtos derivados, expostos à venda, deverão ser conservados em recipientes apropriados, à prova de pó e outras impurezas, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

Artigo 7º - O comércio de gêneros do Código 12 - ferragens, louças e alumínios - compreende a venda de similares em material plástico ou outros substitutos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Seção 3º

Das Embalagens Permitidas

Artigo 8º - Os produtos comercializados em feiras livres, exceto o item 02 do grupo 1 e os itens 11, 12, 13 e 14 do grupo 4, de que trata o Artigo 4º desta Lei, serão adicionados, ressalvados os invólucros originais de produção, nos seguintes tipos de embalagem:

a) saco plástico incolor, transparente;
b) saco de papel;
c) rede de plástico;
d) rede de linha;
e) folha de plástico incolor, transparente;
f) folha de papel impermeável;
g) papel branco.

§ 1º - Para o comércio de frutas e legumes o feirante deverá apresentar uma das embalagens constantes das alíneas "a" , "b","c" e "d" deste artigo.

§ 2º - Para o comércio de produtos refrigerados ou resfriados, os feirantes utilizarão, obrigatoriamente, um dos tipos de embalagem definidos nas alíneas " a " e " e " ou " f " deste artigo, para acondicionamento direto da mercadoria, utilizando para reforço, quando for o caso, papel branco.

Seção 4º

Da Localização e Organização

Artigo 9º - As feiras livres serão localizadas em logradouros públicos, designados em atos normativos baixados pelo Prefeito, que atenderão ao interesse público e aos imperativos de tráfego na região.

Artigo 10 - A colocação de barracas, mesas, tabuleiros, balcões ou pequenos veículos nas feiras livres será feita segundo critério de prioridade dos produtos comercializados, realizando-se, quanto possível, o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadoria, na conformidade do ato normativo pertinente que venha a ser baixado.

Artigo 11 - Dentro de toda feira livre serão respeitados os postos de localização de cada feirante.

§ 1º - A localização dos pontos serão única e exclusivamente determinados pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - É vedado ao feirante permutar ou substituir seu posto de localização, salvo com feirante que atue com o mesmo tipo de mercadoria e mediante prévia e expressa autorização da autoridade credenciada para fiscalizar as feiras livres.

Artigo 12 - Os serviços de transporte, montagem e desmontagem de tabuleiros, barracas e mercadorias às feiras livres são de exclusiva responsabilidade dos feirantes.

Parágrafo Único - Depois de descarregados, os veículos ou animais de transporte deverão ser imediatamente retirados para local onde não interrompam ou perturbem o trânsito.

Seção 5º

Da Fiscalização

Artigo 13º - Todos os produtos destinados à comercialização deverão ser franqueados ao exame da autoridade fiscalizadora das feiras livres com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de abertura dos trabalhos de atendimento ao público.

Parágrafo Único - Independentemente das demais cominações previstas, serão apreendidas as mercadorias que pemanecerem nos tabuleiros após o prazo estabelecido, bem como as mercadorias, tabuleiros, barracas e demais pertences que permanecerem, ainda que desmontados, na via pública após o horário estabelecido.

Artigo 14 - As mercadorias, veículos e tudo o mais que, em virtude de infração, for apreendido nas feiras livres, serão removidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - As mercadorias perecíveis, se não reclamadas pelo feirante em 24 (vinte e quatro) horas, mediante pagamento de multa correspondente à infração ou depósito de seu valor, para fins de recurso serão doadas a hospitais públicos ou as instituições de caridade.

§ 2º - As mercadorias não perecíveis e demais bens, nas condições deste artigo, serão restituídos ao feirante mediante comprovação de propriedade e depósito de valor para fins de recurso, no prazo hábil, ou pagamento da multa correspondente até o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Os bens e mercadorias não reclamados no prazo máximo estabelecido no parágrafo anterior terão a destinação que melhor convier à Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Seção 6º

Da Limpeza e dos Cuidados Sanitários

Artigo 15 - São obrigações comuns à todos os que exercem atividades nas feiras livres manter as barracas e tabuleiros em completo estado de asseio e higiene e especialmente:

a) não vender gêneros nem tê-los expostos à venda, quando falsificados, alterados ou condenados pela saúde pública;

b) não jogar lixo na via pública ou nas imediações de suas barracas ou tabuleiros;

c) ter em suas barracas ou tabuleiros um recipiente para guarda de quaisquer detritos proveniente do seu gênero de comércio;

d) trocar qualquer mercadoria e quando não for possível a troca, fazer a restituição da importância correspondente, uma vez que a reclamação seja apresentada no transcorrer da mesma feira e fique apurada sua procedência;

e) manter o prato das balanças sempre em rigorosa limpeza, sem resíduos, jornais e restos de mercadorias;

f) ter, para venda a retalho, produtos que possam ser ingeridos sem cozimento, em pequenas vitrines para isolá-los do pó e das moscas;

g) conservar biscoitos e farinhas em latas, caixas ou pacotes fechados;

h) não colocar os gêneros em contato direto com o solo;

i) usar durante o trabalho vestuário adequado para os produtos de gêneros alimentícios em geral;

j) manter o mais rigoroso asseio individual, conservando sempre limpas as bancas, utensílios e instrumentos de trabalho, bem como a área ocupada pelas barracas e bancas.

Parágrafo Único - Os feirantes serão obrigados também a apresentar anualmente, em época estabelecida pela Prefeitura, a respectiva carteira de saúde à repartição sanitária competente para a necessária revisão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO II

Dos Feirantes

Seção 1º

Das Matrículas e Permissões

Artigo 16 - Serão concedidas matrículas para comerciar nas Feiras livres a pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes às seguintes categorias:

a) feirante-produtor - o que comercia, única e exclusivamente o produto de sua lavoura ou criação;
b) feirante-mercador - o que comercia somente com gêneros comestíveis, animais ou vegetais não industrializados;
c) feirante cabeceira-de-feira - o que comercia com os demais artigos permitidos, em situação diversa da discriminada nos itens anteriores.

Artigo 17 - A matrícula do feirante far-se-á mediante requerimento subscrito pelo interessado, que informará sua qualificação completa e indicará os artigos com que tenciona exercer o comércio.

Parágrafo Único - O requerimento de que fala o artigo será instruído com:
a) carteira de identidade ou outro documento hábil;
b) carteira de saúde;
c) comprovante de endereço.

Artigo 18 - A matrícula do feirante é pessoal e intransferível, salvo por morte do titular, por sua aposentadoria, por seu acometimento a doença infecto-contagiosa ou pela superveniência de incapacidade física ou insanidade mental irreversíveis, casos em que poderão suceder ao mesmo, pela ordem o cônjuge superstite, o herdeiro legal, o companheiro ou o empregado registrado, que o tenha servido ininterruptamente por prazo mínimo de 6 (seis) anos.

§ 1º - No caso de morte do titular, o interessado requererá a transferência da matrícula e permissões correspondentes dentro do prazo máxima de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do óbito, do qual produzirá prova hábil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - No caso de aposentadoria, o interessado requererá, com anuência do titular, a transferência da matrícula e das permissões vinculadas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da concessão do benefício.

3º - No caso de doença infecto-contagiosa ou superveniência de incapacidade física ou insanidade mental irreversíveis, o interessado requererá a transferência da matrícula e das permissões vinculadas, com a anuência do titular, quando possível, ou de seu curador, dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do laudo médico fornecido pelo Instituto Nacional da Previdência Social ou de outro órgão previdenciário competente.

4º - Os interessados nas hipóteses deste artigo, provarão a ordem de avocação e, quando for o caso a inexistência de interessados preferentes ou a renúncia dos mesmos a seu direito.

Artigo 19 - As matrículas e permissões vinculadas serão canceladas, se não houver manifestação de interessados nos casos do artigo precedente.

Artigo 20 - A permissão para o comércio nas feiras livres será concedida por promoção do interessado, através de requerimento no qual o mesmo declare quais os produtos e mercadorias com que exerce o comércio, bem como o local e dia da semana em que pretende a lotação.

Artigo 21 - As matrículas e premissões para o exercício de atividades nas feiras livres serão concedidas sempre a título precário e em números limitados, conforme ato normativo pertinente, podendo ser canceladas a critério exclusivo do órgão municipal competente.

Artigo 22 - Cada feirante somente poderá ter uma matrícula, que lhe ensejará acumular permissões em número máximo de 6 (seis), todas elas correspondentes a um único gênero de comércio, e cada uma associada a certo dia da semana e a determinada feira livre.

Artigo 23 - O feirante que tiver permissão cancelada assim declarada em decisão última da autoridade competente, por descumprimento de obrigações regulamentares, não a terá restabelecida em qualquer hipótese.

Parágrafo Único - No caso do artigo, o cancelamento da totalidade de permissões de um feirante, importará na cassação automática da sua matrícula.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 24 - A Prefeitura Municipal, a seu critério, verificando a existência da vaga, poderá sob requerimento do feirante, quer motivado por restrições resultantes da aplicação de dispositivo legal, quer por interesse próprio conceder a transferência da lotação do mesmo de uma feira livre, a que se refere determinada permissão, para outra.

Parágrafo Único - Sob promoção conjunta de feirantes cujo comércio se desenvolva com artigos da mesma natureza, poderá a Prefeitura autorizar entre ambos a permuta das respectivas lotações.

Artigo 25 - Os pedidos de transferência em decorrência de impositivos legais, salvo expressa determinação em contrário, assumem caráter prioritário se formulados nos 15 (quinze) dias seguintes à entrada em vigor das novas disposições.

Seção 2º

Da Frequência do Feirante

Artigo 26 - Os feirantes exercerão pessoalmente suas atividades nas feiras livres, sendo permitido àqueles da categoria produtor fazerem-se nelas representar por pessoa capaz, para esse fim expressamente constituida e assim indicada na respectiva permissão.

Parágrafo único - A frequência do feirante pessoa-jurídica às feiras livres será atendida por quem exerça a sua representação legal.

Artigo 27 - É permitido o afastamento temporário do feirante, que poderá fazer-se representar por pessoa capaz, expressamente constituida e assim indicada na respectiva permissão, mediante prévio comunicado ao órgão compentente, nas seguintes condições:

a) anualmente, pelo período de 30 (trinta), dias a título de férias;
b) em cada dois anos, pelo prazo de 90 (noventa) dias para o trato de interesse pessoal;
c) por motivo de gravidez, devidamente comprovada por atestado médico, pelo período de 12 (doze) semanas, prorrogável a critério médico;
d) por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado firmado por médico do INPS ou por este credenciado, pelos prazos fixados na legislação previdenciária nacional, até a concessão da aposentadoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 28 - É permitido o afastamento especial, por incapacidade física ou insanidade mental comprovada por órgão competente da Prefeitura, ao feirante que não tenha condições de aposentadoria, pelo prazo necessário à obtenção desse benefício junto à Previdência Social.

CAPITULO III

Da Administração das Feiras

Seção 1º

Da Administração e Fiscalização

Artigo 29 - A Administração e fiscalização das feiras livres serão regidas por normas a serem determinadas pelo Executivo Municipal.

Seção 2º

Das Taxas

Artigo 30 - Os feirantes pagarão por sua matrícula como tais, pela expedição de conseqüentes permissões para uso de área de domínio público e pela respectiva revalidação anual as correspondentes taxas.

Parágrafo Único - O não pagamento da taxa de revalidação de permissão nas épocas aprazadas importará a suspensão automática da permissão, o que será levantado a qualquer tempo, mediante o pagamento devido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o qual a suspensão será covertida em cancelamento.

Artigo 31 - As taxas devidas pelos feirantes são as estabelecidas em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único - Aos produtores do Município, que comercializarem seus produtos nas feiras livres da cidade de Holambra, ficam isentos de impostos e taxas municipais.

Seção 3º

Das Infrações e Penalidades

Artigo 32 - Sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, a matrícula dos feirantes será cassada quando constatada qualquer das seguintes infrações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

a) venda de mercadorias deterioradas, falsificadas, adulteradas ou condenadas pela Saúde Pública;
b) fraude nas pesagens, medidas ou balanças;
c) desacato aos agentes de fiscalização;
d) agressão física ou mental;
e) permissão do exercício de atividades a pessoas não devidamente credenciadas;
f) atitude atentatória à moral e aos bons costumes;
g) venda de bebidas alcólicas;
h) reincidência em infrações punidas com pena de suspensão de permissão;
i) as negociações de pontos nas feiras livres.

§ 1º - As matrículas cassadas importarão a cassação das correspondentes permissões, e não serão restabelecidas.

§ 2º - A falta cometida por empregado ou auxiliar credenciado não se comunicará à pessoa do feirante quando este, presente na feira livre, ou dela ausente por motivo justificado, comprovar a dispensa do infrator.

Artigo 33 - A pena de cassação, a critério da autoridade competente, poderá ser transformada em pena de suspensão das permissões do feirante infrator por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Artigo 34 - Serão punidas com pena de suspensão de permissão:

a) pelo prazo de 6 (seis) meses, a ausência injustificada do feirante, no curso de um ano do calendário, aos serviços de cada feira livre por 5 (cinco) vezes consecutivas ou 15 (quinze) vezes alternadas, bem como as infrações do Grupo 1, código 01, do Artigo 35, deste Regulamento;
b) pelo prazo de 3 (três) meses, a revenda de mercadorias adquiridas em feiras livres;
c) pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, a reincidência em infrações a que se comine pena pecuniária do Grupo 4, discriminadas no Artigo 35 deste Regulamento.

Artigo 35 - São infrações puniveis com pena pecuniária, previstas no Código Tributário Municipal:

Grupo 1:
01 - não comparecer, injustificadamente,no curso de um ano do calendário, a seis feiras livres consecutivas ou a quinze feiras livres alternadas;
02 - trabalhar no local de feiras livres em dias nos quais as mesmas não funcionem;
03 - deixar de cumprir os preceitos sanitários ou de higiene relativos ao tipo de comércio;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

04 - dificultar ou ludibriar de qualquer forma a fiscalização;
05 - faltar com os deveres de urbanidade, quer com o público, quer com outras pessoas presentes às feiras livres;
06 - danificar paredes, passeios, árvores, ou outros bens públicos ou privados;
07 - descurar das atitudes de empregado;
08 - reincidir em infração do Grupo 2.

Grupo 2:
09 - funcionar em feira livre desprovido de competente permissão;
10 - vender mercadorias não permitidas;
11 - comerciar antes ou após os horários permitidos;
12 - não manter a balança rigorosamente aferida;
13 - utilizar veículo inerente ao gênero de comércio sem as mínimas condições necessárias;
14 - utilizar materiais outros que não os permitidos para embalagens;
15 - obstruir a via pública;
16 - eviscerar, limpar e fracionar pescados em desconformidade com as normas pertinentes.

Grupo 3:
17 - sonegar a troca de mercadoria, ou quando esta não for possível, a devolução da correspondente importância recebida, quando sobre a mesma for oposta reclamação procedente, apresentada no mesmo dia de feira;
18 - colocar os gêneros alimentícios em contato direto com o solo;
19 - funcionar fora do setor de localização;
20 - exceder a metragem estabelecida para o respectivo comércio;
21 - não manter, nas barracas ou tabuleiros, e na altura conveniente, medidas e balanças, estas identificadas com o número da respectiva matrícula, ou deixar nos pratos pesos, papéis ou restos de mercadorias;
22 - não manter a limpeza do local ocupado;
23 - não colocar cobertura no tabuleiro, quando necessário, ou nas barracas, ou mantê-las em más condições de conservação ou fora dos padrões estabelecidos;
24 - não desocupar a barraca ou tabuleiro no horário determinado, sem prejuízo da apreensão da mercadoria, de que trata o Artigo 13, § 2º desta Lei;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

25 - utilizar veículo inerente ao gênero de comércio sem a necessária vistoria de padrão;
26 - apresentar veículo inerente ao gênero de comércio, de balcão, toldo, ou outros pertences em mau estado de conservação ou limpeza.
27 - utilizar balança em desconformidade com o modelo aprovado;

Grupo 4:
28 - não possuir documentos;
29 - não manter a documentação no lugar apropriado, até a desocupação dos tabuleiros;
30 - não cumprir o horário regular de início e de encerramento dos trabalhos de comercialização;
31 - não manter em uso recipiente para o recolhimento de refugos ou detritos;
32 - não usar uniforme ou utilizá-lo de forma incompleta ou em más condições de limpeza ou conservação;
33 - não mostrar asseio ou utilizar trajes inconvenientes;
34 - apregoar ou produzir ruídos evitáveis.

§ 1º - Nas reincidências em infrações dos Grupos 1, 2, 3 e 4 a pena terá seu valor dobrado.

Seção 4º

Dos Recursos

Artigo 36 - A todo feirante a quem seja imputado o cometimento de infração é asseegurado o direito de recurso à Prefeitura Municipal, observando-se os seguintes prazos:
1) Dentro de 10 (dez) dias, relativamente às infrações dos Grupos 01(um) a 2 (dois).
2) Dentro de 5 (cinco) dias, relativamente às infrações dos grupos 3 (três) e 4 (quatro).

Artigo 37 - Das decisões que importem cassação de matrícula e cancelamento ou suspensão de permissão, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Prefeito Municipal com efeitos devolutivo e suspensivo.

Artigo 38 - O prazo para interposição de recursos contar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente àquele em que o feirante foi notificado da autuação.
§ 1º - Recaindo o último dia do prazo em sábado, domingo ou feriado, prorrogar-se-á o mesmo para o dia útil imediatamente posterior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Inocorrendo expediente regular na Prefeitura em dia no qual recaia o termo final do prazo de recurso, aplicar-se-á a regra do parágrafo precedente, mesmo repetidamente, até o dia em que a regularidade da jornada for retomada.

Artigo 39 - O recebimento de todo e qualquer recurso para protocolo e ulterior encaminhamento à autoridade destinatária dependerá da comprovação, que nele se fará anexa, do depósito, no mesmo prazo e para os mesmos fins da pena pecuniária imposta.

Parágrafo Único - Declarada a procedência do recurso de infração, o depósito do valor da pena pecuniária será restituído ao recorrente integralmente, ou com o redução do valor da pena pecuniária correspondente infração para a qual o ato originário haja sido desqualificado, se for o caso.

CAPITULO IV

Disposições Finais

Artigo 40 - As mercadorias que, terminadas as vendas forem abandonadas no recinto das feiras, serão recolhidas pela Prefeitura e levadas a leilão, sem que assista ao proprietário direito à indenização.

Parágrafo Único - A importância resultante do leilão de que trata o presente artigo, será devidamente escriturada e recolhida aos cofres municipais.

Artigo 41 - Na disciplina interna das feiras ter-se-á em vista manter a ordem e a higiene, assegurar o seu aprovisionamento e proteger os produtores e consumidores contra as manobras prejudiciais aos seus interesses.

Artigo 42 - Não é permitido o trânsito de veículos no recinto das Feiras Livres.

Artigo 43 - O feirante cumprirá a presente Lei e fará com que a mesma seja cumprida por todo e qualquer auxiliar que tenha, respondendo pelos atos desses além dos seus próprios.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 44 - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento e complemento das disposições da presente Lei.

Artigo 45 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,

CELSO CAPUTO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 155/95

DISPOE SOBRE RETIRADA DE RESIDUOS POR LIMPEZA DE QUINTAIS OU JARDINS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica disciplinado o recolhimento pela Prefeitura dos resíduos especiais, provenientes de limpeza de quintais e jardins, localizados na zona urbana, a saber:

a) as retiradas nas 5ª feiras e 6ª feiras, serão normais, sem cobrança de tarifa;
b) nos demais dias da semana a retirada será cobrada pela tarifa de 2,26 (dois virgula vinte e seis) UFMH, por retirada, não importando a quantidade.

Parágrafo Único - Para que ocorra o recolhimento previsto neste artigo, os resíduos deverão ser colocados na frente do imóvel no dia anterior.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 09 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do art.74, da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 08 de 05 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 157/95

APROVA AS NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS LIVRES DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I

Das Feiras Livres

Seção 1º

Disposições Preliminares

Artigo 1º - As Feiras Livres destinam-se à promoção da venda, exclusivamente a varejo, por preços acessíveis, restringindo-se a atuação de intermediários àqueles matriculados, e devidamente licenciados, nas categorias de Feirante-produtor, Feirante-mercador e Feirante Cabeceira-de-feira.

Artigo 2º - As feiras livres serão criadas, transferidas, modificadas ou extintas pelo Prefeito Municipal, que baixará atos normativos referentes a locais, dias e horário de funcionamento, medidas de higiene, lotação, obrigatoriedade de uso de veículos especiais, frigomóveis ou não, meios de transporte, padrões métricos e visuais de tabuleiros, barracas e demais pertences e outras especificações inerentes.

Seção 2º

Do Comércio Permitido

Artigo 3º - Nas feiras livres é permitido o comércio dos seguintes gêneros:

Grupo 1 - Vegetais:
01 - verduras, legumes, frutas e cereais;
02 - flores e folhagens;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Grupo 2 - Animais e derivados:
03 - aves abatidas;
04 - ovos;
05 - coelhos abatidos;
06 - pescados;

Grupo 3 - Mercearia:
07 - fiambres;
08 - laticínios
09- doces, balas e biscoitos;
10 - temperos;

Grupo 4 - Diversos:
11 - material de limpeza;
12 - ferragens, louças e alumínios;
13 - bazar e armarinhos;
14 - artefatos de couros e ou plásticos.

Artigo 4º - O comércio de que trata o Código 01 - verduras, legumes, frutas e cereais, que abrange a venda de bulbos, tubérculos, raízes alimentícias e grãos, poderá ser exercido pelos feirantes no todo ou em parte, salvo expressa determinação em contrário do órgão municipal competente.

Artigo 5º - O comércio do Grupo 02 - exceto os do Código 03, far-se-á com animais limpos e previamente eviscerados, com os requisitos necessários para a conservação dos produtos em perfeitas condições de consumo.

§ 1º - É permitido proceder-se à evisceração, limpeza e fracionamento de pescados no local das feiras livres desde que essas operações sejam executadas de conformidade com as condições de higiene necessárias.

§ 2º - As carnes, salames, salsichas e produtos similares deverão ser suspensos em ganchos de ferro polido ou estanhado, ou colocados sobre mesas e recipientes apropriados, observando-se as condições de higiene necessárias.

Artigo 6º - O leite e produtos derivados, expostos à venda, deverão ser conservados em recipientes apropriados, à prova de pó e outras impurezas, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

Artigo 7º - O comércio de gêneros do Código 12 - ferragens, louças e alumínios - compreende a venda de similares em material plástico ou outros substitutos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Seção 3º

Das Embalagens Permitidas

Artigo 8º - Os produtos comercializados em feiras livres, exceto o item 02 do grupo 1 e os itens 11, 12, 13 e 14 do grupo 4, de que trata o Artigo 4º desta Lei, serão adicionados, ressalvados os invólucros originais de produção, nos seguintes tipos de embalagem:

a) saco plástico incolor, transparente;
b) saco de papel;
c) rede de plástico;
d) rede de linha;
e) folha de plástico incolor, transparente;
f) folha de papel impermeável;
g) papel branco.

§ 1º - Para o comércio de frutas e legumes o feirante deverá apresentar uma das embalagens constantes das alíneas "a" , "b","c" e "d" deste artigo.

§ 2º - Para o comércio de produtos refrigerados ou resfriados, os feirantes utilizarão, obrigatoriamente, um dos tipos de embalagem definidos nas alíneas " a " e " e " ou " f " deste artigo, para acondicionamento direto da mercadoria, utilizando para reforço, quando for o caso, papel branco.

Seção 4º

Da Localização e Organização

Artigo 9º - As feiras livres serão localizadas em logradouros públicos, designados em atos normativos baixados pelo Prefeito, que atenderão ao interesse público e aos imperativos de tráfego na região.

Artigo 10 - A colocação de barracas, mesas, tabuleiros, balcões ou pequenos veiculos nas feiras livres será feita segundo critério de prioridade dos produtos comercializados, realizando-se, quanto possível, o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadoria, na conformidade do ato normativo pertinente que venha a ser baixado.

Artigo 11 - Dentro de toda feira livre serão respeitados os postos de localização de cada feirante.

§ 1º - A localização dos pontos serão única e exclusivamente determinados pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - É vedado ao feirante permutar ou substituir seu posto de localização, salvo com feirante que atue com o mesmo tipo de mercadoria e mediante prévia e expressa autorização da autoridade credenciada para fiscalizar as feiras livres.

Artigo 12 - Os serviços de transporte, montagem e desmontagem de tabuleiros, barracas e mercadorias às feiras livres são de exclusiva responsabilidade dos feirantes.

Parágrafo Único - Depois de descarregados, os veículos ou animais de transporte deverão ser imediatamente retirados para local onde não interrompam ou perturbem o trânsito.

Seção 5º

Da Fiscalização

Artigo 13º - Todos os produtos destinados à comercialização deverão ser franqueados ao exame da autoridade fiscalizadora das feiras livres com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de abertura dos trabalhos de atendimento ao público.

Parágrafo Único - Independentemente das demais cominações previstas, serão apreendidas as mercadorias que pemanecerem nos tabuleiros após o prazo estabelecido, bem como as mercadorias, tabuleiros, barracas e demais pertences que permanecerem, ainda que desmontados, na via pública após o horário estabelecido.

Artigo 14 - As mercadorias, veículos e tudo o mais que, em virtude de infração, for apreendido nas feiras livres, serão removidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - As mercadorias perecíveis, se não reclamadas pelo feirante em 24 (vinte e quatro) horas, mediante pagamento de multa correspondente à infração ou depósito de seu valor, para fins de recurso serão doadas a hospitais públicos ou as instituições de caridade.

§ 2º - As mercadorias não pereciveis e demais bens, nas condições deste artigo, serão restituidos ao feirante mediante comprovação de propriedade e depósito de valor para fins de recurso, no prazo hábil, ou pagamento da multa correspondente até o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Os bens e mercadorias não reclamados no prazo máximo estabelecido no parágrafo anterior terão a destinação que melhor convier à Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Seção 6º

Da Limpeza e dos Cuidados Sanitários

Artigo 15 - São obrigações comuns à todos os que exercem atividades nas feiras livres manter as barracas e tabuleiros em completo estado de asseio e higiene e especialmente:

a) não vender gêneros nem tê-los expostos à venda, quando falsificados, alterados ou condenados pela saúde pública;

b) não jogar lixo na via pública ou nas imediações de suas barracas ou tabuleiros;

c) ter em suas barracas ou tabuleiros um recipiente para guarda de quaisquer detritos proveniente do seu gênero de comércio;

d) trocar qualquer mercadoria e quando não for possível a troca, fazer a restituição da importância correspondente, uma vez que a reclamação seja apresentada no transcorrer da mesma feira e fique apurada sua procedência;

e) manter o prato das balanças sempre em rigorosa limpeza, sem resíduos, jornais e restos de mercadorias;

f) ter, para venda a retalho, produtos que possam ser ingeridos sem cozimento, em pequenas vitrines para isolá-los do pó e das moscas;

g) conservar biscoitos e farinhas em latas, caixas ou pacotes fechados;

h) não colocar os gêneros em contato direto com o solo;

i) usar durante o trabalho vestuário adequado para os produtos de gêneros alimentícios em geral;

j) manter o mais rigoroso asseio individual, conservando sempre limpas as bancas, utensílios e instrumentos de trabalho, bem como a área ocupada pelas barracas e bancas.

Parágrafo Único - Os feirantes serão obrigados também a apresentar anualmente, em época estabelecida pela Prefeitura, a respectiva carteira de saúde à repartição sanitária competente para a necessária revisão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO II

Dos Feirantes

Seção 1º

Das Matrículas e Permissões

Artigo 16 - Serão concedidas matriculas para comerciar nas Feiras livres a pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes às seguintes categorias:

a) feirante-produtor - o que comercia, única e exclusivamente o produto de sua lavoura ou criação;
b) feirante-mercador - o que comercia somente com gêneros comestíveis, animais ou vegetais não industrializados;
c) feirante cabeceira-de-feira - o que comercia com os demais artigos permitidos, em situação diversa da discriminada nos itens anteriores.

Artigo 17 - A matrícula do feirante far-se-á mediante requerimento subscrito pelo interessado, que informará sua qualificação completa e indicará os artigos com que tenciona exercer o comércio.

Parágrafo Único - O requerimento de que fala o artigo será instruído com:
a) carteira de identidade ou outro documento hábil;
b) carteira de saúde;
c) comprovante de endereço.

Artigo 18 - A matrícula do feirante é pessoal e intransferível, salvo por morte do titular, por sua aposentadoria, por seu acometimento a doença infecto-contagiosa ou pela superveniência de incapacidade física ou insanidade mental irreversíveis, casos em que poderão suceder ao mesmo, pela ordem o cônjuge superstite, o herdeiro legal, o companheiro ou o empregado registrado, que o tenha servido ininterruptamente por prazo mínimo de 6 (seis) anos.

§ 1º - No caso de morte do titular, o interessado requererá a transferência da matrícula e permissões correspondentes dentro do prazo máxima de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do óbito, do qual produzirá prova hábil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - No caso de aposentadoria, o interessado requererá, com anuência do titular, a transferência da matrícula e das permissões vinculadas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da concessão do benefício.

3º - No caso de doença infecto-contagiosa ou superveniência de incapacidade física ou insanidade mental irreversíveis, o interessado requererá a transferência da matrícula e das permissões vinculadas, com a anuência do titular, quando possível, ou de seu curador, dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do laudo médico fornecido pelo Instituto Nacional da Previdência Social ou de outro órgão previdenciário competente.

4º - Os interessados nas hipóteses deste artigo, provarão a ordem de avocação e, quando for o caso a inexistência de interessados preferentes ou a renúncia dos mesmos a seu direito.

Artigo 19 - As matrículas e permissões vinculadas serão canceladas, se não houver manifestação de interessados nos casos do artigo precedente.

Artigo 20 - A permissão para o comércio nas feiras livres será concedida por promoção do interessado, através de requerimento no qual o mesmo declare quais os produtos e mercadorias com que exerce o comércio, bem como o local e dia da semana em que pretende a lotação.

Artigo 21 - As matrículas e premissões para o exercício de atividades nas feiras livres serão concedidas sempre a título precário e em números limitados, conforme ato normativo pertinente, podendo ser canceladas a critério exclusivo do órgão municipal competente.

Artigo 22 - Cada feirante somente poderá ter uma matrícula, que lhe ensejará acumular permissões em número máximo de 6 (seis), todas elas correspondentes a um único gênero de comércio, e cada uma associada a certo dia da semana e a determinada feira livre.

Artigo 23 - O feirante que tiver permissão cancelada assim declarada em decisão última da autoridade competente, por descumprimento de obrigações regulamentares, não a terá restabelecida em qualquer hipótese.

Parágrafo Único - No caso do artigo, o cancelamento da totalidade de permissões de um feirante, importará na cassação automática da sua matrícula.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Artigo 24 - A Prefeitura Municipal, a seu critério, verificando a existência da vaga, poderá sob requerimento do feirante, quer motivado por restrições resultantes da aplicação de dispositivo legal, quer por interesse próprio conceder a transferência da lotação do mesmo de uma feira livre, a que se refere determinada permissão, para outra.

Parágrafo Único - Sob promoção conjunta de feirantes cujo comércio se desenvolva com artigos da mesma natureza, poderá a Prefeitura autorizar entre ambos a permuta das respectivas lotações.

Artigo 25 - Os pedidos de transferência em decorrência de impositivos legais, salvo expressa determinação em contrário, assumem caráter prioritário se formulados nos 15 (quinze) dias seguintes à entrada em vigor das novas disposições.

Seção 2º

Da Frequência do Feirante

Artigo 26 - Os feirantes exercerão pessoalmente suas atividades nas feiras livres, sendo permitido àqueles da categoria produtor fazerem-se nelas representar por pessoa capaz, para esse fim expressamente constituida e assim indicada na respectiva permissão.

Parágrafo único - A frequência do feirante pessoa-jurídica às feiras livres será atendida por quem exerça a sua representação legal.

Artigo 27 - É permitido o afastamento temporário do feirante, que poderá fazer-se representar por pessoa capaz, expressamente constituida e assim indicada na respectiva permissão, mediante prévio comunicado ao órgão compentente, nas seguintes condições:

a) anualmente, pelo período de 30 (trinta), dias a título de férias;
b) em cada dois anos, pelo prazo de 90 (noventa) dias para o trato de interesse pessoal;
c) por motivo de gravidez, devidamente comprovada por atestado médico, pelo período de 12 (doze) semanas, prorrogável a critério médico;
d) por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado firmado por médico do INPS ou por este credenciado, pelos prazos fixados na legislação previdenciária nacional, até a concessão da aposentadoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 28 - É permitido o afastamento especial, por incapacidade física ou insanidade mental comprovada por órgão competente da Prefeitura, ao feirante que não tenha condições de aposentadoria, pelo prazo necessário à obtenção desse benefício junto à Previdência Social.

CAPITULO III

Da Administração das Feiras

Seção 1º

Da Administração e Fiscalização

Artigo 29 - A Administração e fiscalização das feiras livres serão regidas por normas a serem determinadas pelo Executivo Municipal.

Seção 2º

Das Taxas

Artigo 30 - Os feirantes pagarão por sua matrícula como tais, pela expedição de consequentes permissões para uso de área de domínio público e pela respectiva revalidação anual as correspondentes taxas.

Parágrafo Único - O não pagamento da taxa de revalidação de permissão nas épocas aprazadas importará a suspensão automática da permissão, o que será levantado a qualquer tempo, mediante o pagamento devido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o qual a suspensão será covertida em cancelamento.

Artigo 31 - As taxas devidas pelos feirantes são as estabelecidas em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único - Aos produtores do Município, que comercializarem seus produtos nas feiras livres da cidade de Holambra, ficam isentos de impostos e taxas municipais.

Seção 3º

Das Infrações e Penalidades

Artigo 32 - Sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, a matrícula dos feirantes será cassada quando constatada qualquer das seguintes infrações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

a) venda de mercadorias deterioradas, falsificadas, adulteradas ou condenadas pela Saúde Pública;
b) fraude nas pesagens, medidas ou balanças;
c) desacato aos agentes de fiscalização;
d) agressão física ou mental;
e) permissão do exercício de atividades a pessoas não devidamente credenciadas;
f) atitude atentatória à moral e aos bons costumes;
g) venda de bebidas alcólicas;
h) reincidência em infrações punidas com pena de suspensão de permissão;
i) as negociações de pontos nas feiras livres.

§ 1º - As matrículas cassadas importarão a cassação das correspondentes permissões, e não serão restabelecidas.

§ 2º - A falta cometida por empregado ou auxiliar credenciado não se comunicará à pessoa do feirante quando este, presente na feira livre, ou dela ausente por motivo justificado, comprovar a dispensa do infrator.

Artigo 33 - A pena de cassação, a critério da autoridade competente, poderá ser transformada em pena de suspensão das permissões do feirante infrator por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Artigo 34 - Serão punidas com pena de suspensão de permissão:

a) pelo prazo de 6 (seis) meses, a ausência injustificada do feirante, no curso de um ano do calendário, aos serviços de cada feira livre por 5 (cinco) vezes consecutivas ou 15 (quinze) vezes alternadas, bem como as infrações do Grupo 1, código 01, do Artigo 35, deste Regulamento;
b) pelo prazo de 3 (três) meses, a revenda de mercadorias adquiridas em feiras livres;
c) pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, a reincidência em infrações a que se comine pena pecuniária do Grupo 4, discriminadas no Artigo 35 deste Regulamento.

Artigo 35 - São infrações puníveis com pena pecuniária, previstas no Código Tributário Municipal:

Grupo 1:
01 - não comparecer, injustificadamente,no curso de um ano do calendário, a seis feiras livres consecutivas ou a quinze feiras livres alternadas;
02 - trabalhar no local de feiras livres em dias nos quais as mesmas não funcionem;
03 - deixar de cumprir os preceitos sanitários ou de higiene relativos ao tipo de comércio;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

04 - dificultar ou ludibriar de qualquer forma a fiscalização;
05 - faltar com os deveres de urbanidade, quer com o público, quer com outras pessoas presentes às feiras livres;
06 - danificar paredes, passeios, árvores, ou outros bens públicos ou privados;
07 - descurar das atitudes de empregado;
08 - reincidir em infração do Grupo 2.

Grupo 2:
09 - funcionar em feira livre desprovido de competente permissão;
10 - vender mercadorias não permitidas;
11 - comerciar antes ou após os horários permitidos;
12 - não manter a balança rigorosamente aferida;
13 - utilizar veículo inerente ao gênero de comércio sem as mínimas condições necessárias;
14 - utilizar materiais outros que não os permitidos para embalagens;
15 - obstruir a via pública;
16 - eviscerar, limpar e fracionar pescados em desconformidade com as normas pertinentes.

Grupo 3:
17 - sonegar a troca de mercadoria, ou quando esta não for possível, a devolução da correspondente importância recebida, quando sobre a mesma for oposta reclamação procedente, apresentada no mesmo dia de feira;
18 - colocar os gêneros alimentícios em contato direto com o solo;
19 - funcionar fora do setor de localização;
20 - exceder a metragem estabelecida para o respectivo comércio;
21 - não manter, nas barracas ou tabuleiros, e na altura conveniente, medidas e balanças, estas identificadas com o número da respectiva matrícula, ou deixar nos pratos pesos, papéis ou restos de mercadorias;
22 - não manter a limpeza do local ocupado;
23 - não colocar cobertura no tabuleiro, quando necessário, ou nas barracas, ou mantê-las em más condições de conservação ou fora dos padrões estabelecidos;
24 - não desocupar a barraca ou tabuleiro no horário determinado, sem prejuízo da apreensão da mercadoria, de que trata o Artigo 13, § 2º desta Lei;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

25 - utilizar veículo inerente ao gênero de comércio sem a necessária vistoria de padrão;
26 - apresentar veículo inerente ao gênero de comércio, de balcão, toldo, ou outros pertences em mau estado de conservação ou limpeza.
27 - utilizar balança em desconformidade com o modelo aprovado;

Grupo 4:
28 - não possuir documentos;
29 - não manter a documentação no lugar apropriado, até a desocupação dos tabuleiros;
30 - não cumprir o horário regular de início e de encerramento dos trabalhos de comercialização;
31 - não manter em uso recipiente para o recolhimento de refugos ou detritos;
32 - não usar uniforme ou utilizá-lo de forma incompleta ou em más condições de limpeza ou conservação;
33 - não mostrar asseio ou utilizar trajes inconvenientes;
34 - apregoar ou produzir ruídos evitáveis.

§ 1º - Nas reincidências em infrações dos Grupos 1, 2, 3 e 4 a pena terá seu valor dobrado.

Seção 4º

Dos Recursos

Artigo 36 - A todo feirante a quem seja imputado o cometimento de infração é asseegurado o direito de recurso à Prefeitura Municipal, observando-se os seguintes prazos:
1) Dentro de 10 (dez) dias, relativamente às infrações dos Grupos 01(um) a 2 (dois).
2) Dentro de 5 (cinco) dias, relativamente às infrações dos grupos 3 (três) e 4 (quatro).

Artigo 37 - Das decisões que importem cassação de matrícula e cancelamento ou suspensão de permissão, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Prefeito Municipal com efeitos devolutivo e suspensivo.

Artigo 38 - O prazo para interposição de recursos contar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente àquele em que o feirante foi notificado da autuação.
§ 1º - Recaindo o último dia do prazo em sábado, domingo ou feriado, prorrogar-se-á o mesmo para o dia útil imediatamente posterior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Inocorrendo expediente regular na Prefeitura em dia no qual recaia o termo final do prazo de recurso, aplicar-se-á a regra do parágrafo precedente, mesmo repetidamente, até o dia em que a regularidade da jornada for retomada.

Artigo 39 - O recebimento de todo e qualquer recurso para protocolo e ulterior encaminhamento à autoridade destinatária dependerá da comprovação, que nele se fará anexa, do depósito, no mesmo prazo e para os mesmos fins da pena pecuniária imposta.

Parágrafo Único - Declarada a procedência do recurso de infração, o depósito do valor da pena pecuniária será restituído ao recorrente integralmente, ou com o redução do valor da pena pecuniária correspondente infração para a qual o ato originário haja sido desqualificado, se for o caso.

CAPITULO IV

Disposições Finais

Artigo 40 - As mercadorias que, terminadas as vendas forem abandonadas no recinto das feiras, serão recolhidas pela Prefeitura e levadas a leilão, sem que assista ao proprietário direito à indenização.

Parágrafo Único - A importância resultante do leilão de que trata o presente artigo, será devidamente escriturada e recolhida aos cofres municipais.

Artigo 41 - Na disciplina interna das feiras ter-se-á em vista manter a ordem e a higiene, assegurar o seu aprovisionamento e proteger os produtores e consumidores contra as manobras prejudiciais aos seus interesses.

Artigo 42 - Não é permitido o trânsito de veículos no recinto das Feiras Livres.

Artigo 43 - O feirante cumprirá a presente Lei e fará com que a mesma seja cumprida por todo e qualquer auxiliar que tenha, respondendo pelos atos desses além dos seus próprios.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 44 - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento e complemento das disposições da presente Lei.

Artigo 45 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 156/95

AUTORIZA O EXECUTIVO A INCENTIVAR O ESPORTE ATRAVÉS DE FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - A partir desta data, a Prefeitura Municipal a título de incentivo, passa a beneficiar atletas e equipes esportivas, através de doação de materiais esportivos e contratação de Pessoal e Serviços para a realização de campeonatos, provas e outras competições.

Artigo 2º - Os atletas e equipes esportivas, para se beneficiarem desta Lei, deverão se cadastrar obrigatoriamente junto ao Departamento ou Coordenadoria de Esportes da Prefeitura Municipal.

Parágrafo 1º - É condição para cadastramento, que os atletas e as equipes esportivas, comprovem no mínimo 6 (seis) meses de atividades ininterruptas.

Parágrafo 2º - Os esportistas terão um prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, para realizarem o devido cadastramento.

Parágrafo 3º - Após este prazo, somente depois de 01 (um) ano, serão abertas novas inscrições para cadastramento.

Artigo 3º - Os atletas e equipes cadastradas, solicitarão os materiais esportivos, mediante requerimento protocolado junto a Liga Holambrense de Esportes Amadores.

Parágrafo 1º - A Liga Holambrense de Esportes Amadores, será criada por Lei Municipal.

Parágrafo 2º - **V E T A D O.**

Artigo 4º - Os materiais esportivos solicitados, serão analisados e adquiridos pela Prefeitura Municipal, e serão repassados aos esportistas, através de Termo de Doação.

Parágrafo Único - A compra dos materiais referidos neste artigo, seguirão as normas de licitações vigentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 5º - As despesas que serão geradas pela compra dos materiais e a contratação de Pessoal e Serviços, correrão por conta de Dotação Orçamentária.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 156/95

AUTORIZA O EXECUTIVO A INCENTIVAR O ESPORTE ATRAVÉS DE FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - A partir desta data, a Prefeitura Municipal a título de incentivo, passa a beneficiar atletas e equipes esportivas, através de doação de materiais esportivos e contratação de Pessoal e Serviços para a realização de campeonatos, provas e outras competições.

Artigo 2º - Os atletas e equipes esportivas, para se beneficiarem desta Lei, deverão se cadastrar obrigatoriamente junto ao Departamento ou Coordenadoria de Esportes da Prefeitura Municipal.

Parágrafo 1º - É condição para cadastramento, que os atletas e as equipes esportivas, comprovem no mínimo 6 (seis) meses de atividades ininterruptas.

Parágrafo 2º - Os esportistas terão um prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, para realizarem o devido cadastramento.

Parágrafo 3º - Após este prazo, somente depois de 01 (um) ano, serão abertas novas inscrições para cadastramento.

Artigo 3º - Os atletas e equipes cadastradas, solicitarão os materiais esportivos, mediante requerimento protocolado junto a Liga Holambrense de Esportes Amadores.

Parágrafo 1º - A Liga Holambrense de Esportes Amadores, será criada por Lei Municipal.

Parágrafo 2º - **V E T A D O.**

Artigo 4º - Os materiais esportivos solicitados, serão analisados e adquiridos pela Prefeitura Municipal, e serão repassados aos esportistas, através de Termo de Doação.

Parágrafo Único - A compra dos materiais referidos neste artigo, seguirão as normas de licitações vigentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 5º - As despesas que serão geradas pela compra dos materiais e a contratação de Pessoal e Serviços, correrão por conta de Dotação Orçamentária.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 155/95

DISPOE SOBRE RETIRADA DE RESIDUOS POR LIMPEZA DE QUINTAIS OU JARDINS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica disciplinado o recolhimento pela Prefeitura dos resíduos especiais, provenientes de limpeza de quintais e jardins, localizados na zona urbana, a saber:

a) as retiradas nas 5ª feiras e 6ª feiras, serão normais, sem cobrança de tarifa;
b) nos demais dias da semana a retirada será cobrada pela tarifa de 2,26 (dois virgula vinte e seis) UFMH, por retirada, não importando a quantidade.

Parágrafo Único - Para que ocorra o recolhimento previsto neste artigo, os resíduos deverão ser colocados na frente do imóvel no dia anterior.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 09 de março de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do art.74, da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 08 de 05 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R : Campo de Pouso s/n.o - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 154/95

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE LIMPEZA DE TERRENOS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os proprietários de imóveis localizados na zona urbana do município são obrigados a manter seus terrenos sempre limpos e roçados.

Artigo 2º - O Poder Executivo providenciará a notificação dos proprietários que não cumprirem a obrigação prevista no artigo 1º, para que o façam no prazo de 7 (sete) dias.

Artigo 3º - Se o proprietário não cumprir a notificação referida no artigo 2º, o Poder Executivo providenciará a roçada e a limpeza, cobrando pelos serviços o fixado no item 03, tabela única do Decreto Municipal nº 029, de 30 de dezembro de 1993. (anexa).

Parágrafo Único - Ocorrendo que a Prefeitura [illegible] que limpar o mesmo terreno pela segunda vez no mesmo ano, [illegible], será cobrado em dobro sobre o cobrado na [illegible] limpeza, e ocorrendo a 3ª limpeza, será cobrado o dobro da 2ª limpeza e assim sucessivamente.

Artigo 4º - Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 08 de março de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 71, da Lei Orgânica do Município.

Edson Aparecido Cesaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente,
Secretaria da Prefeitura Municipal, 08 de 03 de 19 95

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 150/95

AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO COM A SRª TANIA MARA PESSAGNO, PARA DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação amigável do imóvel pertencente a Tania Mara Pessagno, localizada no Município de Holambra, na Fazenda Dona Amélia, matriculada sob o nº 14751 no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira, SP, conforme se insere do Anexo I(Memorial Descritivo) que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - O Município fica autorizado a pagar pela desapropriação de 30.000 metros quadrados à proprietária o valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo 50%(cinquenta por cento) na assinatura do contrato, após a publicação da Lei e o restante, após 30 (trinta) dias do pagamento da primeira parcela.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Fazem parte integrante desta Lei, o Memorial Descritivo e o Laudo de Avaliação.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 14.751 | FICHA 01

Pedreira, 01 de dezembro de 19 92

Oficial,

Distrito SANTO A.DEPOSSE/JAGUARIUNA | Urbano ( ) CPM

Município SANTO A. DE POSSE/JAGUARIUNA | Rural (x) INCRA 624.152.003.069/6

Localização SP-340 - FAZENDA DONA AMÉLIA

DENOMINAÇÃO: AREA REMANESCENTE DA GLEBA 2.1.1.

IMOVEL:- AREA RURAL, com 4.368.917,30 m2 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito, novecentos e dezessete metros e trinta centímetros quadrados), que assim se descreve: "tem início no ponto "H", situado junto da Rodovia SP-340 e divisa da Gleba "H". daí segue pela cerca da Rodovia SP-340 no sentido de quem vai a Aguas da Prata (lado esquerdo), com distância de 473,92 metros até encontrar a estrada para a sede do imóvel; daí deflete à esquerda seguindo pela estrada seguindo pela estrada de quem vai à sede, com distância de 241,00 metros até encontrar o canto formado pelas divisas; daí à direita seguindo com rumo de 16º 30' NW e distância de 670,00 metros, dividindo nestes dois trechos com o quinhão nº 01 da Cia. Comercial Café SP/Paraná, até outro canto; daí à esquerda com rumo 88º 30' SW e distância de 3.136,00 metros dividindo ainda com o quinhão nº 01 da Cia. Comercial Café SP/Paraná até encontrar uma cerca de arame; daí à esquerda seguindo com rumo de 04º 30' SE confrontando com a Fazenda Holambra, com distância de 724,81 metros até encontrar o ponto 25-C; daí deflete à esquerda e segue com rumo de 49º 26' 14" SE confrontando com a Gleba "D", com distância de 1.288,67 metros até o ponto "8"; daí deflete à esquerda e segue com rumo de 82º 28' NE confrontando com a Gleba 2.1.5, com distância de 1.296,62 metros até encontrar o ponto 7; daí deflete à esquerda e segue por linha divisória confrontando com a Gleba "H", com a distância de 819,56 metros até encontrar o ponto I, daí deflete à direita e segue com rumo de 79º 21' SE confrontando com a Gleba "H", com distância de 401,947 metros até encontrar o ponto H, início desta descrição", devidamente cadastrado no INCRA sob nº 624.152.003.069/6, área total 933,5, módulo fiscal 12,0, número de módulos fiscais 47,91 e fração mínima de parcelamento 2,0.

PROPRIETARIOS:- 1) TANIA MARA PESSAGNO, RG. n. 10.714.064/SP., CPF(MF) n. 024.964.428/23, brasileira, separada judicialmente, do lar, residente e domiciliada na Fazenda Dona Amélia, Km. 33, Rodovia Campinas/Mogi Mirim,

(CONTINUA NO VERSO)

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - PEDREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 14.751 | FICHA 02

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE PEDREIRA — ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 01 de dezembro de 19 92.-

Original

DIVISÃO AMIGÁVEL: Por Escritura Pública de Divisão Amigável, lavrada em 27 de novembro de 1.992, às fls. 047/050, do Cartório de Notas de Jaguariúna, desta Comarca, o imóvel, avaliado em Cr$ 1.324.595.899,00 (hum bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros), foi atribuido com exclusividade a condômina TÂNIA MARA PESSAGNO, já qualificada.-

O OFICIAL (FLAUZILINO ARAUJO DOS SANTOS).-

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE PEDREIRA -- ESTADO DE SÃO PAULO

C E R T I D Ã O

CERTIFICO e dou fé, que a presente cópia reprográfica é autêntica da FICHA a que se refere a MATRICULA No. 14.751, Livro 2 — Registro Geral, e o imóvel a que alude tem sua situação, com referência à alienações e constituições de ônus reais, integralmente refletidas na presente reprodução, extraída nos termos do artigo 19, § 1o da Lei n.o 6 015/73, inexistindo qualquer registro de citação de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o mesmo imóvel, o qual passou a pertencer a esta circunscrição imobiliária, a partir da instalação deste cartório, em 16/04/1984.

PEDREIRA 01 do dezembro - de 19 92.-

FLAUZILINO ARAUJO DOS SANTOS
OFICIAL

Os Selos estaduais e T.A.S.J. foram pagos por verba, conforme guias arquivadas em cartório

D. e Selos: Cr$ 10.000,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORL

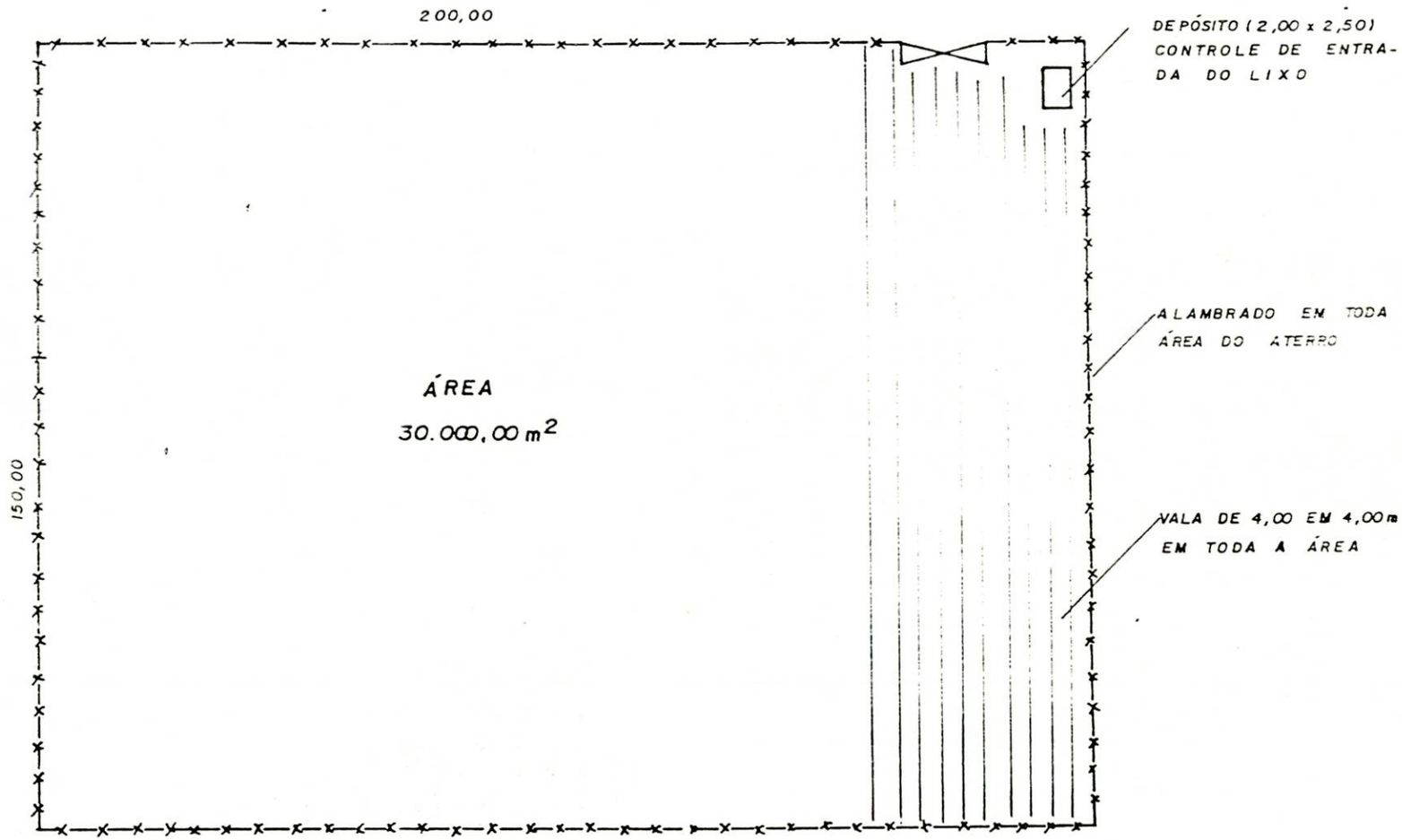
1º TRASLADO LIVRO 170 FOLHAS 175

D=07

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- TANIA MARA PESSAGNO

S A I B A M quantos este instrumento virem que aos NOVE (09) dias do mês de SETEMBRO do ano de mil novecentos e noventa e quatro (1994), nesta Cidade e Comarca de Mogi Mirim, deste Estado, em meu Cartório, perante mim, tabelião, compareceu como outorgante, TANIA MARA PESSAGNO, brasileira, separada judicialmente, do lar, RG 10.714.064-SSP/SP - CIC/MF 024. 964.428-23, domiciliada e residente no município de Santo Antonio de Posse-SP, na Fazenda Dona Amélia, Km 133 da Rodovia SP-340, ora de passagem por esta cidade; a presente identificada por mim tabelião, conforme documentos acima e a mim exibidos, do que dou fé.- E, por ela outorgante, me foi dito que, por este instrumento e melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador, APARECIDO HERALDO DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, maior e capaz, comerciante, RG 11.524.633-SSP/SP - CIC/MF 964.747. 428-87, domiciliado e residente na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Coriolino Martins Dias Filho, nº 270, Bairro do Retiro; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para gerir e administrar o imóvel de propriedade da outorgante, constituído de uma gleba de terras designada GLEBA 2.1.1., situada parte no município de Jaguariúna e parte no município de Santo Antonio de Posse, Comarca de Pedreira-SP, com área total de 4.010.339,19m2, localizada com frente para a Rodovia SP 340, objeto da matrícula 16.152, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira-SP, onde se encontra melhor descrita e caracterizada; podendo dito procurador, tratar de todos os assuntos pertinentes à gerência e administração do referido imóvel, representando-a nas repartições públicas em geral, autarquias, companhias concessionárias de serviços públicos, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Receita Federal e orgãos congeneres, neses locais tudo requerendo, alegando, informando, declarando, pagando ou pleiteando o que preciso for; atender disposições legais e pertinentes quanto à funcionalidade do imóvel, seus acessórios, benfeitorias, maquinários, animais, mesmo os de tração, plantio, colheita e sua comercialização, onde for preciso; pagar e receber quantias; contratar e despedir funcionários, firmando e rescindindo os respectivos contratos de trabalho; representando-a nos locais devidos e perante Sindicatos Rurais, em todos os seus múltiplos e gerais aspectos; contratrar advogado para o fôro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propondo as ações cabíveis e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até seu final, podendo desistir, transigir e confessar, com a conferência dos poderes contidos na cláusula "AD-JUDICIA" e "ET-EXTRA"; receber tudo quanto por qualquer título seja devido a ora outorgante, passando recibos e dando quitação; firmar os instrumentos necessários à eventuais levantamentos geodésicos para desdobro de área, promovendo seus registros e averbações junto aos registros imobiliários competentes, municipalidades e demais locais o repartições necessárias; poderá, ainda, vender, prometer vender, hipotecar, dar em anti-crese ou penhor, no todo ou em parte, o referido imóvel, transmitindo precária ou definitivamente a posse, domínio, ação e demais direitos, descrever o imóvel ou partes que venham a ser

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



CROQUI DA ÁREA DO ATERRO SANITÁRIO

ESC. 1.1125

PREFEITURA MUNICIPAL DE HRA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Nº 01/95 - ETCAMP

ATESTADO DE REGULARIDADE FLORESTAL

Interessado: Prefeitura Municipal de Holambra.

Município: Holambra, SP.

Processo SMA Nº 69.794/94

Atesto que o local requerido pela Prefeitura Municipal de Holambra, para abertura de valas, para construção de aterro sanitário, está de acordo com o que estabelece a legislação florestal.

Condiciona-se este atestado à autorização de corte de árvores isoladas (25 árvores) e a assinatura de / Termo de Compromisso de Reposição Florestal, firmado entre a Prefeitura Municipal de Holambra e o DEPRN - ETCAMP para plantio de 250 árvores de espécies nativas da região, no local do aterro sanitário.

Este atestado só terá validade com a planta do aterro sanitário devidamente assinada pelo signatário.

Campinas, 10 de Janeiro de 1995

Eng. Agr. MARCIA CALAMARI
CREA [illegible] - RG 9.001.850
Supervisora Regional - D.P.R.N.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP

PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible] PRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(Estância Turística)

C.G.C. 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

MEMORIAL DESCRITIVO

Projeto: LEVANTAMENTO PLANIMETRICO PARA DESAPROPRIAÇAO

Local: Fazenda Dona Amélia - Holambra - SP

Proprietário: TANIA MARA PESSAGNA

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Uma gleba de terras "encravada", cujas medidas iniciam no ponto 01; daí segue com azimute 228º 03´ 18" e distância de 97,50 metros até o ponto 02; daí deflete à direita e segue com azimute 267º 51´ 39" e distância de 78,10 metros até o ponto 03; daí deflete à direita e segue com azimute 318º 03´ 18" e distância 150,00 metros, até o ponto 04; daí deflete à direita e segue com azimute 48º 03´ 18" e distância de 157,50 metros, até o ponto 05; daí deflete à direita e segue com azimute 138º 03´ 18" e distância de 200,00 metros até o ponto 01, inicial, confrontando na sua totalidade com o remanescente da gleba, de propriedade de Tania Mara Pessagno. Totalizando uma área de 30.000,00 m2, que será servida por uma estrada interna, que circundará a mata existente, conforme projeto anexo.

ANTONIO APARECIDO CATOIA
ENGENHEIRO AGRIMENSOR
CREA - 0601435177

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 150/95

AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO COM A SRª TANIA MARA PESSAGNO, PARA DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação amigável do imóvel pertencente a Tania Mara Pessagno, localizada no Município de Holambra, na Fazenda Dona Amélia, matriculada sob o nº 14751 no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira, SP, conforme se insere do Anexo I(Memorial Descritivo) que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - O Município fica autorizado a pagar pela desapropriação de 30.000 metros quadrados à proprietária o valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo 50%(cinquenta por cento) na assinatura do contrato, após a publicação da Lei e o restante, após 30 (trinta) dias do pagamento da primeira parcela.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Fazem parte integrante desta Lei, o Memorial Descritivo e o Laudo de Avaliação.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente,
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de
01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 14.751 | FICHA 01

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 01 de dezembro de 19 92

Oficial,

Distrito SANTO A.DEPOSSE/JAGUARIUNA | Urbano ( ) CPM

Município SANTO A. DE POSSE/JAGUARIUNA | Rural (x) INCRA 624.152.003.069/6

Localização SP-340 - FAZENDA DONA AMÉLIA

DENOMINAÇÃO: AREA REMANESCENTE DA GLEBA 2.1.1.

IMOVEL:- AREA RURAL, com 4.368.917,30 m2 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito, novecentos e dezessete metros e trinta centímetros quadrados), que assim se descreve: "tem início no ponto "H", situado junto da Rodovia SP-340 e divisa da Gleba "H". daí segue pela cerca da Rodovia SP-340 no sentido de quem vai a Aguas da Prata (lado esquerdo), com distância de 473,92 metros até encontrar a estrada para a sede do imóvel; daí deflete à esquerda seguindo pela estrada seguindo pela estrada de quem vai à sede, com distância de 241,00 metros até encontrar o canto formado pelas divisas; daí à direita seguindo com rumo de 16º 30' NW e distância de 670,00 metros, dividindo nestes dois trechos com o quinhão nº 01 da Cia. Comercial Café SP/Paraná, até outro canto; daí à esquerda com rumo 88º 36' SW e distância de 3.136,00 metros dividindo ainda com o quinhão nº 01 da Cia. Comercial Café SP/Paraná até encontrar uma cerca de arame; daí à esquerda seguindo com rumo de 04º 30' SE confrontando com a Fazenda Holambra, com distância de 724,81 metros até encontrar o ponto 25-C; daí deflete à esquerda e segue com rumo de 49º 26' 14" SE confrontando com a Gleba "D", com distância de 1.280,67 metros até o ponto "8"; daí deflete à esquerda e segue com rumo de 82º 28' NE confrontando com a Gleba 2.1.5, com distância de 1.296,62 metros até encontrar o ponto 7; daí deflete à esquerda e segue por linha divisória confrontando com a Gleba "H", com a distância de 819,56 metros até encontrar o ponto I, daí deflete à direita e segue com rumo de 79º 21' SE confrontando com a Gleba "H", com distância de 401,947 metros até encontrar o ponto H, início desta descrição", devidamente cadastrado no INCRA sob nº 624.152.003.069/6, área total 933,5, módulo fiscal 12,0, número de módulos fiscais 47,91 e fração mínima de parcelamento 2,0.

PROPRIETARIOS:- 1) TANIA MARA PESSAGNO, RG. n. 10.714.064/SP., CPF(MF) n. 024.964.428/23, brasileira, separada judicialmente, do lar, residente e domiciliada na Fazenda Dona Amélia, Km. 33, Rodovia Campinas/Mogi Mirim,

(CONTINUA NO VERSO)

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - PEDREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE PEDREIRA — ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 14.751 — FICHA 02

Pedreira, 01 de dezembro de 19 92.-

Oficial

DIVISÃO AMIGÁVEL: Por Escritura Pública de Divisão Amigável, lavrada em 27 de novembro de 1.992, às fls. 047/050, do Cartório de Notas de Jaguariúna, desta Comarca, o imóvel, avaliado em Cr$ 1.324.595.899,00 (hum bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros), foi atribuido com exclusividade a condômina TÂNIA MARA PESSAGNO, já qualificada.-

O OFICIAL (FLAUZILINO ARAUJO DOS SANTOS).-

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE PEDREIRA -- ESTADO DE SÃO PAULO

C E R T I D Ã O

CERTIFICO e dou fé, que a presente cópia reprográfica é autêntica da FICHA a que se refere a MATRICULA No. 14.751, Livro 2 — Registro Geral, e o imóvel a que alude tem sua situação, com referência à alienações e constituições de ônus reais, integralmente reproduzidas na presente reprodução, extraída nos termos do artigo 19, § 1o da Lei n.o 6 015/73, inexistindo qualquer registro de citação de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o mesmo imóvel, o qual passou a pertencer a esta circunscrição imobiliária, a partir da instalação deste cartório, em 16/04/1984.

PEDREIRA 01 do dezembro de 19 92.-

FLAUZILINO ARAUJO DOS SANTOS
OFICIAL

Os Selos estaduais e T.A.S.J. foram pagos por verba, conforme guias arquivadas em cartório

D. e Selos: Cr$ 10.000,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

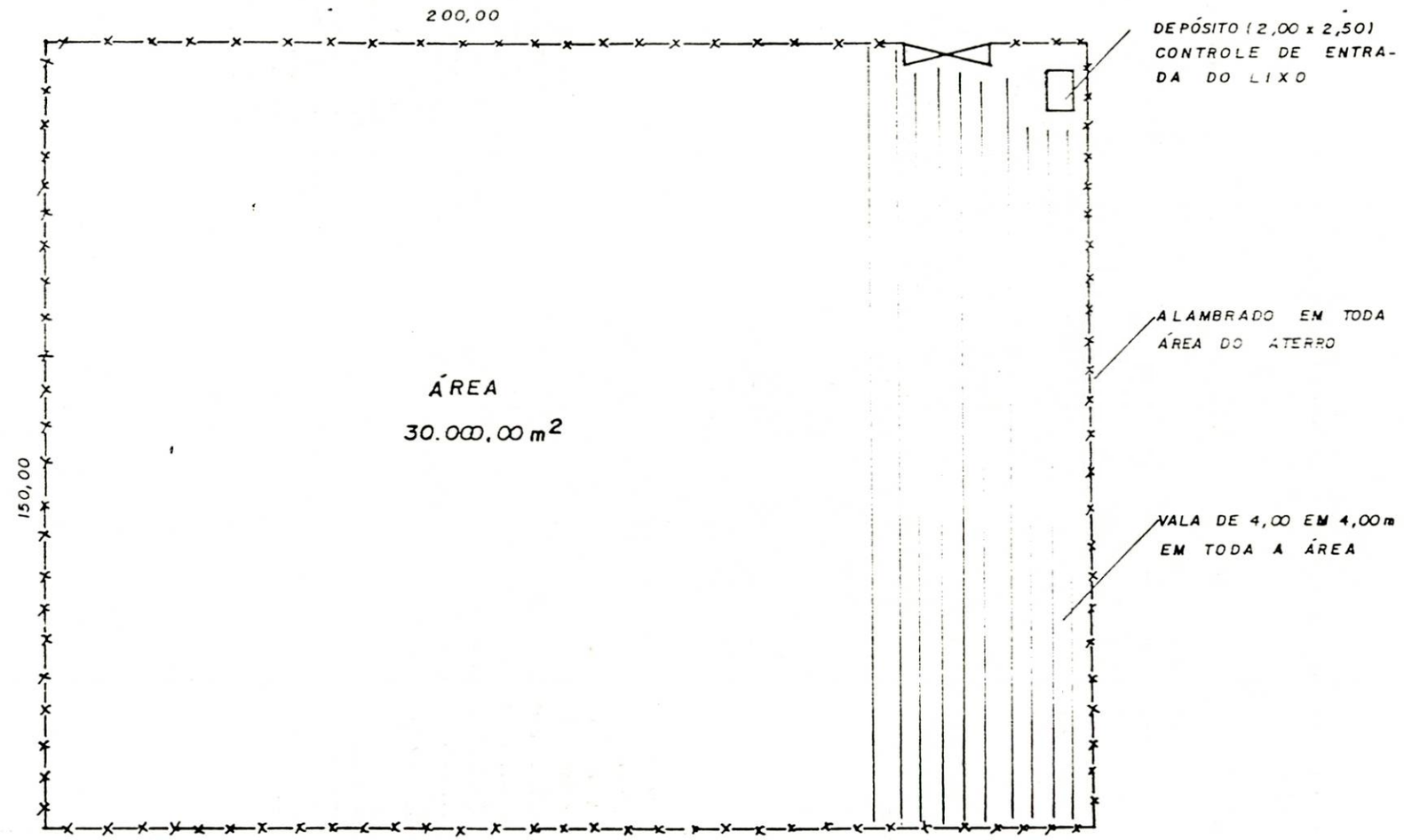
1º TRASLADO LIVRO 170 FOLHAS 175

D=07

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- TANIA MARA PESSAGNO

S A I B A M quantos este instrumento virem que aos NOVE (09) dias do mês de SETEMBRO do ano de mil novecentos e noventa e quatro (1994), nesta Cidade e Comarca de Mogi Mirim, deste Estado, em meu Cartório, perante mim, tabelião, compareceu como outorgante, TANIA MARA PESSAGNO, brasileira, separada judicialmente, do lar, RG 10.714.064-SSP/SP - CIC/MF 024. 964.428-23, domiciliada e residente no município de Santo Antonio de Posse-SP, na Fazenda Dona Amélia, Km 133 da Rodovia SP-340, ora de passagem por esta cidade; a presente identificada por mim tabelião, conforme documentos acima e a mim exibidos, do que dou fé.- E, por ela outorgante, me foi dito que, por este instrumento e melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador, APARECIDO HERALDO DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, maior e capaz, comerciante, RG 11.524.633-SSP/SP - CIC/MF 964.747. 428-87, domiciliado e residente na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Coriolino Martins Dias Filho, nº 270, Bairro do Retiro; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para gerir e administrar o imóvel de propriedade da outorgante, constituído de uma gleba de terras designada GLEBA 2.1.1., situada parte no município de Jaguariúna e parte no município de Santo Antonio de Posse, Comarca de Pedreira-SP, com área total de 4.010.339,19m2, localizada com frente para a Rodovia SP 340, objeto da matrícula 16.152, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira-SP, onde se encontra melhor descrita e caracterizada; podendo dito procurador, tratar de todos os assuntos pertinentes à gerência e administração do referido imóvel, representando-a nas repartições públicas em geral, autarquias, companhias concessionárias de serviços públicos, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Receita Federal e orgãos congeneres, neses locais tudo requerendo, alegando, informando, declarando, pagando ou pleiteando o que preciso for; atender disposições legais e pertinentes quanto à funcionalidade do imóvel, seus acessórios, benfeitorias, maquinários, animais, mesmo os de tração, plantio, colheita e sua comercialização, onde for preciso; pagar e receber quantias; contratar e despedir funcionários, firmando e rescindindo os respectivos contratos de trabalho; representando-a nos locais devidos e perante Sindicatos Rurais, em todos os seus múltiplos e gerais aspectos; contratrar advogado para o fôro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propondo as ações cabíveis e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até seu final, podendo desistir, transigir e confessar, com a conferência dos poderes contidos na cláusula "AD-JUDICIA" e "ET-EXTRA"; receber tudo quanto por qualquer título seja devido a ora outorgante, passando recibos e dando quitação; firmar os instrumentos necessários à eventuais levantamentos geodésicos para desdobro de área, promovendo seus registros e averbações junto aos registros imobiliários competentes, municipalidades e demais locais e repartições necessárias; poderá, ainda, vender, prometer vender, hipotecar, dar em anti-crese ou penhor, no todo ou em parte, o referido imóvel, transmitindo precária ou definitivamente a posse, domínio, ação e demais direitos, descrever o imóvel ou partes que venham a ser

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA



CROQUI DA ÁREA DO ATERRO SANITÁRIO

ESC. 1.1125

PREFEITURA MUNICIPAL DE HRA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Nº 01/95 - ETCAMP

ATESTADO DE REGULARIDADE FLORESTAL

Interessado: Prefeitura Municipal de Holambra.

Município: Holambra, SP.

Processo SMA Nº 69.794/94

Atesto que o local requerido pela Prefeitura Municipal de Holambra, para abertura de valas, para construção de aterro sanitário, está de acordo com o que estabelece a legislação florestal.

Condiciona-se este atestado à autorização de corte de árvores isoladas (25 árvores) e a assinatura de / Termo de Compromisso de Reposição Florestal, firmado entre a Prefeitura Municipal de Holambra e o DEPRN - ETCAMP para plantio de 250 árvores de espécies nativas da região, no local do aterro sanitário.

Este atestado só terá validade com a planta do aterro sanitário devidamente assinada pelo signatário.

Campinas, 10 de Janeiro de 1995

Eng. Agr. MARCIA CALAMARI
CREA [illegible] - RG 9.601.850
Supervisora Regional - D.P.R.N.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP

PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible]

Prefeitura Municipal de Holambra

(Unidade dos Ideais)

C.G.C. 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de Sao Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

MEMORIAL DESCRITIVO

Projeto: **LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO PARA DESAPROPRIAÇÃO**

Local: Fazenda Dona Amélia - Holambra - SP

Proprietário: TANIA MARA PESSAGNA

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA**

Uma gleba de terras "encravada", cujas medidas iniciam no ponto 01; daí segue com azimute 228º 03´ 18" e distância de 97,50 metros até o ponto 02; daí deflete à direita e segue com azimute 267º 51´ 39" e distância de 78,10 metros até o ponto 03; daí deflete à direita e segue com azimute 318º 03´ 18" e distância 150,00 metros, até o ponto 04; daí deflete à direita e segue com azimute 48º 03´ 18" e distância de 157,50 metros, até o ponto 05; daí deflete à direita e segue com azimute 138º 03´ 18" e distância de 200,00 metros até o ponto 01, inicial, confrontando na sua totalidade com o remanescente da gleba, de propriedade de Tania Mara Pessagno. Totalizando uma área de **30.000,00 m2**, que será servida por uma estrada interna, que circundará a mata existente, conforme projeto anexo.

ANTONIO APARECIDO CATOIA
ENGENHEIRO AGRIMENSOR
CREA - 0601435177

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 149/95

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei, cria o Conselho Municipal de Educação - CME, segundo preceitua o artigo 209 da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 2º - É de competência do Conselho Municipal de Educação - CME:

I - estabelecer uma política educacional municipal;

II - elaborar, juntamente com o DEC, o Plano Municipal de Educação e encaminhá-lo para apreciação legislativa, conforme determina o artigo 216 da Lei Orgânica Municipal.

III - fiscalizar o cumprimento do Plano Municipal de Educação.

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento do Sistema de Ensino Municipal;

V - emitir parecer sobre leis que modifiquem o Plano Municipal de Educação, antes de sua aprovação, em cumprimento ao artigo 217 § 1º da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Educação-CME, será composto de 7 (sete) membros, a saber:

I - O Diretor Municipal de Educação, que será o Presidente;

II - 01 representante do Departamento Municipal de Educação;

III - 01 representante das escolas Estaduais;

IV - 01 representante das escolas Municipais;

V - 01 representante das Associações de Pais e Mestres;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VI - 01 representante dos alunos;

VII - 01 representante dos Professores.

Parágrafo 1º - Será nomeado igual número de suplentes.

Parágrafo 2º Os membros referidos nos incisos II a VII, serão indicados por seus pares.

Parágrafo 3º - O Conselho Municipal de Educação será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 4º - As funções de membro do Conselho Municipal de Educação, não serão remuneradas, sendo seu exercício, considerado como serviços relevantes prestados a população.

Artigo 5º - O DEC, será responsável pela viabilização das decisões deste Conselho, que serão expressas em Deliberações e também garantirá condições de infraestrutura ao seu pleno funcionamento.

Artigo 6º - A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação, serão disciplinados no Regimento Interno aprovado pelo seu Plenário.

Parágrafo Único - No prazo de 60 dias após a nomeação deverá ser apresentado o Regimento Interno, homologado por Decreto, pelo Prefeito Municipal.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 149/95

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei, cria o Conselho Municipal de Educação - CME, segundo preceitua o artigo 209 da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 2º - É de competência do Conselho Municipal de Educação - CME:

I - estabelecer uma política educacional municipal;

II - elaborar, juntamente com o DEC, o Plano Municipal de Educação e encaminhá-lo para apreciação legislativa, conforme determina o artigo 216 da Lei Orgânica Municipal.

III - fiscalizar o cumprimento do Plano Municipal de Educação.

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento do Sistema de Ensino Municipal;

V - emitir parecer sobre leis que modifiquem o Plano Municipal de Educação, antes de sua aprovação, em cumprimento ao artigo 217 § 1º da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Educação-CME, será composto de 7 (sete) membros, a saber:

I - O Diretor Municipal de Educação, que será o Presidente;

II - 01 representante do Departamento Municipal de Educação;

III - 01 representante das escolas Estaduais;

IV - 01 representante das escolas Municipais;

V - 01 representante das Associações de Pais e Mestres;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VI - 01 representante dos alunos;

VII - 01 representante dos Professores.

Parágrafo 1º - Será nomeado igual número de suplentes.

Parágrafo 2º Os membros referidos nos incisos II a VII, serão indicados por seus pares.

Parágrafo 3º - O Conselho Municipal de Educação será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 4º - As funções de membro do Conselho Municipal de Educação, não serão remuneradas, sendo seu exercício, considerado como serviços relevantes prestados a população.

Artigo 5º - O DEC, será responsável pela viabilização das decisões deste Conselho, que serão expressas em Deliberações e também garantirá condições de infraestrutura ao seu pleno funcionamento.

Artigo 6º - A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação, serão disciplinados no Regimento Interno aprovado pelo seu Plenário.

Parágrafo Único - No prazo de 60 dias após a nomeação deverá ser apresentado o Regimento Interno, homologado por Decreto, pelo Prefeito Municipal.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.

Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 148/95

CRIA O CEMITÉRIO MUNICIPAL, RECEBE DOAÇÃO E MANTEM DIREITO ADQUIRIDO.

A Câmara Municipal aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Cemitério Municipal de Holambra no local do já existente.

Artigo 2º - Fica o Município, autorizado a receber em doação da Cooperativa Agropecuária Holambra, o imóvel onde está localizado o cemitério já existente, recebendo também em doação, os direitos sobre a Administração do Cemitério da Paróquia do Divino Espírito Santo.

Parágrafo Único - O imóvel referido neste artigo, é descrito da seguinte forma:

lotes 1 e 2 11.169 m2 ou 1,12 ha (compreendendo uma praça e a primeira etapa do cemitério).
Divisas: Inicia-se no marco nº 1 cravado à margem de uma estrada de 10 metros de largura; daí segue com rumo de 01º 41' 47" NE e percorrendo 73 metros até o marco nº 2, onde confronta à esquerda com a referida estrada e à frente com lote 4 de propriedade da Paróquia local; daí segue com rumo 88º 18' 13" SE e distância de 91 metros até o marco nº 3 onde encontramos 2 linhas divisórias à saber: lote 4 e lote 3 de propriedade da Paróquia local; daí segue com mesmo rumo e distância de 62 metros até o marco nº 4, cravado na confluência de 2 lotes à saber: o lote nº 3 da citada Paróquia e terras da Cooperativa Agropecuária Holambra; daí segue à direita com rumo de 01º 41' 47" SW perfazendo uma distância de 73 metros até o marco nº 5, tendo ainda, como confrontante à sua esquerda e à frente terras da Cooperativa Agropecuária Holambra; daí segue-se a direita com rumo de 88º 18' 13" NW e distância de 92 metros até o marco nº 6 cravado na confluência de 3 linhas divisórias à saber: terras da Cooperativa Agropecuária Holambra, terras do Clube Hípico e as terras em epígrafe, lote 1; daí segue com mesmo rumo e distância de 61 metros até o marco nº 1 onde findaram e tiveram início estas divisas e confrontações.

Artigo 3º - Fica garantido o direito de uso dos terrenos já adquiridos, conforme relação constante do anexo I, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta no prazo de 30(trinta)dias da publicação, obedecidos as seguintes condições, especialmente:

I - será mantido o padrão dos túmulos existentes;
II - será vedada a construção de túmulos de alvenaria, granito, mármore e outros materiais;
III - será permitida somente a colocação de vasos de flores com medidas pré-estabelecidas;
IV - será livre o sepultamento de todas as pessoas residentes no município, sem distinção de raça, cor ou credo.

Artigo 5º - Os preços dos terrenos e serviços serão regulamentados por Decreto, assinado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de janeiro de 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de
01 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria



REGULAMENTO DO CEMITÉRIO DA PARÓQUIA DE DIVINO ESPIRITO SANTO DE HOLAMBRA.

X1- O Cemitério pertence à Igreja de Divino Espirito Santo de Holambra.

X2- A comissão da Igreja administrará o cemitério.

X3- A comissão da Igreja indica um administrador, que executa a administração direta do cemitério.

4- O administrador colabora com a comissão da Igreja e assiste às reuniões relacionadas com o cemitério.

5- A manutenção do cemitério e outras despesas serão pagas pelas vendas de lugares sem fins lucrativos.

6- Os preços dos lugares serão estipulados e revistos, se for necessário. Atualmente está sendo cobrada a quantia de dois salários mínimos por enterro.

7- As pessoas serão enterradas successivamente em túmulos simples ou duplos.
Quadra A é para túmulos duplos (um em cima do outro), quadra E para túmulos simples e quadra O para crianças.
A administração reserva lugar ou para o esposo ou para a esposa.

8- É proibida a colocação de pedras sepulcrais ou plantas. É permitido colocar um vaso de plantas de medidas pre estabelecidas.

9- Enfeites de flores e vasos serão retirados do túmulo 2 semanas depois do enterro.

10- Todas as pessoas sem destinção, que morem ou moravam na Paróquia do Divino Espirito Santo, podem ser enterradas no cemitério de Holambra pagando as despesas estipuladas pela comissão da Igreja.
No caso de a família não poder pagar as despesas previstas do enterro, será feito um trato entre a família e a comissão da Igreja.

11- As medidas de túmulo são de 3,00 por 1,75 m. para adultos e de 1,50 por 1,00 m. para crianças.

12- A comissão de Igreja é responsável pela manutenção e limpeza dos túmulos.

Cova simples Cr$ 900,00 - 1949 a 1955 [illegible]
" Dupla Cr$ 1100,00 - 1965 a 1.1.71
criança 1/3 [illegible] - [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

FAZENDA HOLAMBRA
P. O. da Holambra
13.100 - Campinas - S.P.
Fone - 60-1233

Holambra, 21 de Janeiro 1980

Ilmo. Sr. Prefeito de Artur Nogueira

A paroquia do Divino Espirito Santo, ruluada na Cooperativa Agro-pecuaria Holambra tem a intenção de instalar um cemitério público, em caso de qualquer espécie para a prefeitura de Artur Nogueira, em frente a Igreja numa area, doada pela Cooperativa.

O mesmo será feito conforme a Lei Municipal em vigor (nº 727 de 10 de Fevereiro de 1969)

A paroquia do Divino Espirito Santo gostaria de receber a autorização do Ilmo. Sr. Prefeito para tal instalação.

Anexamos a este pedido uma planta e um memorial descritivo.

Fazendo o nosso próprio cemitério esperamos resolver os problemas que surgem cada vez quando alguém morre na fazenda. Visitar depois os túmulos dos falecidos também é muito problemático por causa da distância. Mais ainda, instalando o nosso cemitério, a nossa gente sentirá que a imigração teve sucesso total; não só [illegible]

Esperamos [illegible] logo uma resposta positiva e agradecemos antecipadamente pela sempre valiosa colaboração, que nunca faltou a nossa [illegible]

atenciosamente

Padre Miguel Schuurmans
Vigário da paroquia

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA «HOLAMBRA»

Reg. no M. A. N. do Ministério da Agricultura, sob o nº 1.000 — Reg. no D. N. C. da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio sob o nº 504

GRANJAS HOLANDÊSAS REUNIDAS

Sede: FAZENDA RIBEIRÃO
ESTRADA CAMPINAS - MOGI MIRIM - KM. 141
TEL. (0192) 60-1154 - JAGUARIÚNA

Depósito:
Av. José Cesar de Oliveira, 85
Telefones: 200-5048 - 201-0048 - SÃO PAULO

Depósito:
Rua Antonio Lobo, 10 - Tels. 31-4000 e 2-1521
Caixa Postal do Correio Holambra - Campinas

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

IMÓVEL - Localizado na Fazenda Ribeirão
SITUAÇÃO - Município de Artur Nogueira - Comarca de Mogi Mirim Estado de São Paulo
ÁREA - dos lotes à e 2 - 11.169 m² ou 1,12 ha (compreendendo uma praça e a primeira etapa do cemitério).
PROPRIEDADE - Paróquia do Divino Espírito Santo.

CONFRONTAÇÕES -

Inicia-se no marco nº 1 cravado à margem de uma estrada de 10 metros de largura; daí segue com rumo de 01º 41' 47" NE e perfazendo 73 metros até o marco nº 2, onde confronta à esquerda com a referida estrada e à frente com lote 4 de propriedade da Paróquia local; daí segue com rumo 88º 18' 13" SE e distância de 91 metros até o marco nº 3 onde encontramos 2 linhas divisórias à saber: lote 4 e lote 3 de propriedade da Paróquia local; daí segue com mesmo rumo e distância de 62 metros até o marco nº 4, cravado na confluência de 2 lotes à saber: o lote nº 3 da citada Paróquia e terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra; daí segue à direita com rumo de 01º 41' 47" SW perfazendo uma distância de 73 metros até o marco nº 5, tendo ainda, como confrontante à sua esquerda e à frente terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra; daí segue-se à direita com rumo de 88º 18' 13" NW e distância de 92 metros até o marco nº 6, cravado na confluência de 3 linhas divisórias à saber: terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra, terras do Clube Hípico e as terras em epígrafe, lote 1; daí segue com mesmo rumo e distância de 61 metros até o marco nº 1 onde findaram e tiveram início estas divisas e confrontações.

Obs.: a) O presente memorial não descreve os lotes 3 e 4 (pertencentes à Paróquia, por serem reservados para posteridade tendo os dois área total de 11.031,00 m²).

b) O edifício público mais próximo localiza-se a 77,50 metros do cemitério.

Jaguariúna, 19 de Janeiro de 1980

PREFEITURA MUNICIPAL DE

Prefeitura Municipal de Holambra

(Estância Turística)

C.G.C 67.172.437/0001-03
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1521 / 60-1522

RELAÇÃO DE COVAS OCUPADAS E SEMI OCUPADAS

Quadro "A"	OCUP.	S/OCUP.
01- Charles J.J.Hogeonboom	*	-
02- Henricus J.G. Krebs	*	-
03- Tehodorus Swart	-	*
04- Johannes Bakker	-	*
05- Alphonsus Sletjes	*	-
06- Bernardus J.Scholtes	*	-
07- Nicolaas J.Beckers	*	-
08- Wilhelmus Miltenburg	-	*
09- Gijsbertus v/d.Heijden	*	-
10- Paul A.Jakobsen	-	*
11- Gerardus A.Eijsink	-	*
12- Erich Benedik	*	-
13- Kees Stapelbroek	*	-
14- Wijbrand Kramer	-	*
15- Henricus J.van Schaik	-	*
16- Theodotus J.Kl.Gunnewiek	-	*
17- Johannes G.Wigman	-	*
18- Cyril Janssen	-	*
19- Jozef M.Zoutzelino	*	-
20- Elisabeth Twijsel-Brinker	-	*
21- Anna M.Teunisse v/d.Groes	-	*
22- Petrus Janssen	*	-
23- Hendrigkus J.M.de Bruin	-	*
24- Antonius J.Krabbenborg	-	*
25- Jacob J.de Wit	*	-
26- Luiz de Lima	*	-
27- Bernardus J. Hulshof	*	-
28- Cornelis M.Bakker	-	*
29- Johannes J.M. Arts	-	*
30- Eduard E.H.Graat	-	*
31- Raul H.de Bruin	-	*
32- Maria E.A. van Vliet	-	*
33- Johannes H. Kl Gunnewiek	-	*
34- Elizabete D. Barbosa	-	*
35- Jose E.Povoa	-	*
36- Wilhelmus R. Eltink	*	-
37- Jose C.Marques	-	*
38- Geertruida Groot van Leeuwen	-	*
39- Mia Oberje Bruins	-	*
40- Jan H. van Wieringen	-	*
41- Cecilia M.C. Schreuers-Jeuken	-	*
42- Antonio Julietti	-	*
43- Petronella M. Pennings v.Lieshout	-	*
44- Adrianus C.M. Somers	-	*
45- Hendricus A.Ruhe	-	*
46- Valdir C.Balazina	-	*
47- Thomas G.W. van Leeuwen	-	*
48- Helena J.Hendrikx-Walravens	-	*
49- Gilberto H.van Kampen	-	*
50- Georgine H.Nagel-Zimmermann	-	*

Prefeitura Municipal de Holambra

(Estado de São Paulo)

C.G.C 67.172.453/0001-03
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

COVAS DUPLAS RESERVADAS/PAGAS	c.Identidade
01- Hans J.Aldewereld	W 494668-S
Charlotte H.Aldewereld le Roux	0011672-6
02- Catharina J.M. Plagge	W 433387-3
Cornelia M.E.Hylckama Vlieg	W 433388-1
03- Charles D.Chadel	W 451882-S
Monique D.Chadel	W 451883-Q
04- Johannes Th.A.B.Litjens	W 250682-1
Margaretha M.v/dWerf-Litjens	W 237991-J
05- Wilhelmus A.B. Welle	W 242851-H

QUADRO "E" - COVAS SIMPLES OCUPADAS

01- Maria van Hal van Haren
02- Alberto v.Haren, Johan v.Haren, Johanna v.haren
03- Geraldo F.Wagenmaker
04- Noboe F.Maeda, Mitsuo Maeda
05- Alexandre A. Frade
06- Jose C.de Carvalho
07- Theodorus J.Kloet
08- Carlo F.H.Siepman
09- Pe.Godfried Sijen
10- Helena T.P.Boonen-peeters
11- Gertruida M. Bakker
12- Pe. Miguel A.J. Schuurmans
13- Gildo Gregorio
14- Emma Kloet-Staakman
15- Anna M.Schreurs
16- Antonio D.Filippini
17- Fabio Frade dos Reis

COVAS SIMPLES RESERVADAS/PAGAS	c.Identidade
01- Eveline C.Titaley v/d.Griendt	W 448598-X
02- Cornelis J.J. Kager	W 153730-P
03- Anna Lodder van Mill	W 125120-N

QUADRO "O" - COVAS PARA CRIANÇAS
01- Rosemeire do Carmo Batista
02- Diego v/d Geest
03- Marcel van Rooyen

Paróquia do Divino Espírito Santo

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS

CGC 44.600.900/0064-00

Holambra, 26 de dezembro de 1994.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A Paróquia do Divino Espírito Santo, vem por meio desta, manifestar interesse em doar à Prefeitura Municipal de Holambra, os lotes 01 e 02 com 11.169 m2 ou 1,12 ha, localizados na Fazenda Ribeirão, onde se localiza o Cemitério, hoje de propriedade desta paróquia.

A doação será feita sem ônus ao Município cabendo a este a obrigação da colocação em Lei Municipal, das normas de funcionamento adotadas hoje por esta paróquia e sobre os direitos adquiridos em Túmulos já ocupados e pagos e pagos a serem ocupados.

Informamos ainda que os lotes acima descritos encontram-se com escritura pública em nome da Cooperativa Agropecuária Holambra, a qual através desta comunicamos a doação e autorizamos a lavratura de escritura pública em nome desta Prefeitura.

Aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO
N.o de Ordem 532
Fls. n.o 14 Livro n.o 1
Data de entrada 27 de
12 de 1994

EXMO.SR.
CELSO CAPATO
MD.Prefeito Municipal de Holambra
Holambra - SP

C/C COOPERATIVA AGROPECUÁRIA HOLAMBRA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

AUTOGRAFO Nº064/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº016/95

DISPOE SOBRE O REGIME JURIDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a sequinte Lei Complementar:

Artigo 1º - O Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Holambra, é o constante do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Holambra, aprovado pela Lei Municipal respectiva.

Parágrafo Único - As eventuais omissões da Lei Complementar nº01/93, serão reguladas no que couber pela Legislação Federal.

Artigo 2º - Os atuais servidores registrados pela C.L.T., passarão a ser regidos pelo regime Estatutário.

Artigo 3º - Os servidores ocupantes de cargos em comissão e os contratados em caráter excepcional, gozarão dos mesmo direitos sociais que regem o estatutário, com exceção da estabilidade do emprego.

Artigo 4º - Os candidatos aprovados em concurso público já realizado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentro do prazo de validade do concurso, poderão ingressar no Serviço Público Municipal, sob o regime estatutário de que trata esta Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1995.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 21 de setembro de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER CUSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

CGC 67.172.312/0001-53

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74, da Lei Orgânica Municipal.

LUCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCANTARA
Chefe de Expediente e Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

CGC 67.172.312/0001-53

AUTOGRAFO Nº060/95
PROJETO DE LEI Nº048/95

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVENIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, termos aditivos, de retificação e ratificação, com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, para a execução de serviços de Engenharia, Fiscalização, Policiamento e Controle de Tráfego e Trânsito nas vias terrestres municipais.

Artigo 2º - O produto da arrecadação das multas previstas na legislação de trânsito por infrações relacionadas na Lei Nacional nº5.108 de 21/09/66, será totalmente aplicado na execução das cláusulas do convênio.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 11 de setembro de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74, da Lei Orgânica Municipal.

LUCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCANTARA
Chefe de Expediente e Secretaria

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

AUTOGRAFO Nº063/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº019/95

INCLUI ITEM NO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica criado no artigo 95 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 014 de 30 de dezembro de 1993, o item XI com a seguinte redação:

Artigo 95 - São isentos do imposto sobre serviços de qualquer natureza:

XI - Por 05 (cinco) anos, a contar de sua inscrição, a instalação de trem turístico e outros equipamentos, destinados a atender ao desejo das crianças e se constituir em um meio de atrair um maior número de turistas para o município.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra aos 16 de setembro de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74, da Lei Orgânica Municipal.

LUCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCANTARA
Chefe de Expediente e Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

AUTOGRAFO Nº061/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº015/95

CRIA O FUNDO DE PREVIDENCIA E BENEFICIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica criado o Fundo Especial denominado "FUNDO DE PREVIDENCIA E BENEFICIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA", para custeio dos benefícios de aposentadoria e pensão, bem como da gratificação natalina e do salário família dos servidores aposentados e pensionistas da Administração Pública Municipal direta, suas autarquias e fundações públicas, respeitadas as carências de Lei.

§ 1º - O Fundo da Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra, criado por esta Lei, será vinculado ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal e terá vigência ilimitada.

§ 2º - O Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra, poderá utilizar-se de bens móveis e imóveis assim como de servidores cedidos preferencialmente pela Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Constituirão receitas do Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra:

I- A contribuição mensal dos servidores ativos e inativos da Administração Pública Municipal direta, de suas autarquias, e fundações públicas no valor correspondente a :

5% no 1º ano de sua implantação
6% no 2º ano de sua implantação
7% no 3º ano de sua implantação
8% no 4º ano de sua implantação
9% no 5º ano de sua implantação, calculados sobre as remunerações percebidas;

II- A contribuição mensal dos Orgãos da Administração Pública Municipal direta, de suas autarquias e fundações públicas no valor de:

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

5% no 1º ano de sua implantação
6% no 2º ano de sua implantação
7% no 3º ano de sua implantação
8% no 4º ano de sua implantação
9% mo 5º ano de sua implantação, sobre as remunerações de seus servidores em atividade.

III- Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras:

IV- Os resultados da assinatura de convênios com entidades de direito público ou privado;

V- As compensações financeiras de que trata o Artigo 202, parágrafo 2º da Constituição Federal;

VI- Transferências recebidas da União, Estados, Municípios ou de outras entidades de direito público ou privado;

VII- Doações, auxílios, subvenções legados e outras receitas a ele destinados.

§ 1º - As receitas do Fundo serão depositadas em conta corrente a ser aberta e mantida em agência do estabelecimento oficial de crédito localizado no Município de Holambra.

§ 2º - As contribuições previstas nos incisos I e II deste artigo, deverão ser creditadas pelos Orgãos e Entidades na conta do Fundo até o dia 10 (dez) do mês subseqüente não sendo este dia útil, no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º - As contribuições de que trata os incisos I e II deste artigo, devidas e não recolhidas ou repassadas até o prazo estipulado no parágrafo anterior, deverão ser atualizadas monetariamente de acordo com o índice Oficial Federal, calculadas desde o dia em que as mesmas deveriam ter sido recolhidas ou repassadas até o dia anterior ao do recolhimento ou repasse e acrescidas de juros moratórios na razão de 1 (um por cento) ao mês, além de multas previstas no C.T.M. (Código Tributário Municipal).

Artigo 3º - Constituem passivos do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Holambra, os valores destinados à cobertura dos benefícios e vantagens concedidas e a conceder, bem como a manutenção e operação das aposentadorias, pensões, gratificações natalinas, salários-família dos servidores aposentados e pensionistas da Administração Municipal direta e suas autarquias e fundações públicas, ressalvado as hipóteses estabelecidas no artigo 13 e incisos I,II,III, e encargos com afastamento para tratamento de saúde à partir do 16º dia.

Artigo 4º - O orçamento do Fundo de Previdência e

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra, criado por esta Lei, integrará o Orçamento Geral do Município em obediência aos princípios de Unidade e Universidade, observando-se na sua elaboração e execução os padrões e normas aplicáveis ao Poder Público Municipal.

Artigo 5º - A escrituração das contas do Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra, será feita pelo Setor de Finanças e Contabilidade.

Artigo 6º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Artigo 7º - Os balancetes e demonstrativos do Fundo serão assinados, obrigatoriamente pelo Contador do Município e pelo Tesoureiro, e o demonstrativo será publicado mensalmente.

Artigo 8º - Os saldos positivos do Fundo apurados em balanço serão transferidos para o exercício seguinte a seu próprio crédito.

Artigo 9º - O Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra, será regido por um Conselho de Administração composto por 05 (cinco) membros com a seguinte composição:

I- Pelo Chefe de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Holambra;

II- Pelo Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Holambra;

III- Pelo Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Holambra;

IV- Por 1 (um) Servidor do Departamento Financeiro;

V- Por 1 (um) Servidor que seja representante eleito dos servidores da ativa e os aposentados da Prefeitura Municipal de Holambra, devendo o indicado ser servidor estável.

§ 1º - As indicações de que trata os incisos IV e V deste artigo, far-se-ão dentro dos 10 (dez) dias seguintes da entrada em vigor da presente Lei, cujas nomeações e posses far-se-ão conjuntamente com os membros referidos nos incisos I a III do Mesmo artigo, por ato de Executivo.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração do Fundo cujo Presidente será o Chefe de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, terão mandato até 31 de dezembro de 1996, sendo que os futuros terão mandato de 02 (dois) anos permitida a recondução por uma única vez, com exceção dos referidos nos incisos

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

I a III que serão permanentes enquanto permanecerem ao quadro.

§ 3º - O Presidente do conselho de Administração será sempre o Presidente do Fundo de Previdência e Benefícios dos servidores Públicos do Município de Holambra.

§ 4º - O Conselho de Administração do Fundo reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 15 (quinze) dias se houver requerimento nesse sentido, aprovado pela maioria dos Conselheiros.

§ 5º - Poderá ser convocada reunião extraordinária, por seu Presidente, ou a requerimento de um terço de seus membros, conforme dispuser o Regimento Interno do fundo ora instituído.

Artigo 10 - O conselho reunir-se-á com a maioria de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Parágrafo Único - As reuniões do Conselho serão secretariadas por um dos seus membros, indicado pelo Presidente.

Artigo 11 - O exercício da função de Conselheiro é gratuita e se constitui em serviço público relevante.

Artigo 12 - Compete ao Conselho de Administração:

I- Emitir normas a serem seguidas pelo Presidente;
II- Declarar a perda da quantidade de pensionista, quando for o caso;
III- Zelar pela verificação e acompanhamento dos casos de invalidez e interdição;
IV- Promover a avaliação técnica do Fundo, quando as necessidades assim recomendarem;
V- Verificar junto aos órgãos e ou entidades, a documentação relacionada aos benefícios e ou vantagens custeadas por esta Lei;
VI- Fiscalizar a arrecadação, os recolhimentos e ou repasse das contribuições de que trata os incisos I e II do artigo 2º desta Lei;
VII- Efetuar o pagamento de que trata o artigo 3º desta Lei até o quinto dia útil do mês subseqüente;
VIII- Elaborar seu Regimento Interno que deverá ser homologado por Decreto do Executivo;
IX- Compete ainda ao Conselho, respeitado o disposto no Artigo 3º, destinar obrigatoriamente, o saldo das receitas de que trata o artigo 2º em aplicação financeira em estabelecimento oficial de crédito localizado no município de Holambra, ressalvadas as hipóteses estabelecidas no artigo 13 e seus incisos I, II e III.

8

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - Os cheques à conta do Fundo serão obrigatoriamente assinados pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Tesoureiro do Município.

Artigo 13 - No intuito de alicerçar seu patrimônio, após estudos e viabilidade, o Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra, poderá:

I- Aplicar parte de seus saldos em atividades industriais no Município de 20% (vinte por cento) visando o seu desenvolvimento;

II- Financiar a construção de casa própria aos servidores municipais que não possuem outro imóvel;

III- Dar outras destinações aos seus saldos, visando obrigatoriamente as diretrizes estabelecidas no caput deste artigo.

Parágrafo Único- Os enunciados estabelecidos neste artigo e seus incisos, bem como a forma, o gerenciamento, as prioridades, serão regulamentadas por Lei Ordinária.

Artigo 14 -Nenhum benefício ou vantagem custeada por esta Lei, poderá ter o seu valor superior ao subsídio e verba de representação do Prefeito.

Artigo 15 - As aposentadorias e as pensões concedidas deverão ter como base o que dispuser o Estatuto.

Artigo 16 - Ficam os órgãos de pessoal dos respectivos Poderes, das autarquias e fundações públicas municipais, autorizadas a processarem os pedidos de aposentadorias e pensões de seus servidores, bem como elaborar inicial e atualização mesmo em decorrência de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou pensão e de quaisquer novos benefícios e vantagens que vierem a ser concedidos aos servidores em atividade.

§ 1º - Os pedidos de aposentadoria e pensões com os respectivos cálculos, bem como a atualização e a concessão de novos benefícios a vantagens de que trata este artigo, acompanhado quando for o caso da certidão comprobatória do tempo de serviço fornecida pelos órgãos competentes, serão remetidas obrigatoriamente pelos respectivos órgãos e entidades ao Conselho de Administração do Fundo no prazo de 5 (cinco) dias, que os deferirá ou não, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º - Em caso de indeferimento do pedido caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias da notificação do mesmo dirigido à Junta de Recursos, cujos membros serão indicados pelo Conselho, dentre servidores dos respectivos Poderes, órgãos e entidades públicas, respeitada na sua composição número ímpar, a serem nomeados por ato do Executivo.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 3º - Deferido o pedido, o Conselho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas remeterá aos Orgãos e Entidades a que for vinculado o servidor, o respectivo processo, para elaboração do ato competente.

§ 4º - Elaborado o ato de que trata o parágrafo anterior, o órgão ou entidade devolverá o processo com cópia daquele ao Conselho, em igual prazo, para fins do cumprimento nele previsto.

Artigo 17 - As contribuições de que tratam os incisos I e II do artigo 2º desta Lei, serão devidas a partir da entrada em vigor da Lei que instituir o Regime Jurídico dos Servidores da Administração Pública Municipal direta, suas autarquias, empresas e fundações públicas, cessando automaticamente as obrigações para com o INSS e FGTS.

Artigo 18 - A presente Lei, quando houver necessidade será regulamentada por Decreto do Executivo.

Artigo 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para a Constituição do Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores públicos do Município de Holambra, sob a dotação abaixo:

2.4-15824922.30-3259	Outras transferências a Pessoas (Adm. Pessoal Material e Bens)	R$45.000,00
	TOTAL:-	R$45.000,00

Artigo 20 - O crédito autorizado pelo artigo anterior será coberto com anulação das seguintes dotações:

6.2-13764471.33-4110	Perfuração de Poços Artesianos (saneamento)	R$20.000,00
7.5-10585751.47-4120	Equipamento e Material Permanente (Ruas e Logradouros Públicos)	R$25.000,00
	TOTAL:-	R$45.000,00

Artigo 21 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1995.

Artigo 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 16 de setembro de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74, da Lei Orgânica Municipal.

LUCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCANTARA
Chefe de Expediente e Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

AUTOGRAFO Nº062/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95

DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei Complementar:

TITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei disciplina os direitos, deveres e responsabilidades a que se submetem os funcionários da Prefeitura, Câmara, autarquias e fundações públicas do Município de Holambra.

Artigo 2º - Para os efeitos deste Estatuto, considera-se:

I - funcionário público: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão;

II - cargo público: conjunto de atribuições e responsabilidades acometidas a um funcionário, instituído nos quadros do funcionalismo, criado por lei ou resolução com denominação própria e atribuições específicas;

III - vencimento: retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao funcionário público, pelo exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;

IV - remuneração: remuneração pecuniária básica acrescida da quantia referente às vantagens pecuniárias a que o funcionário tem direito;

V - classe: agrupamento de cargos públicos da mesma denominação e idêntica referência de vencimento e mesmas atribuições;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VI - carreira: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e idêntica habilitação profissional, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade das atribuições, para progressão privativa dos titulares dos cargos que a integram;

VII - quadro: o conjunto de cargos integrantes das estruturas dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e das fundações públicas.

Artigo 3º - Aos cargos públicos corresponderão referências numéricas seguidas de números em algarismos romanos indicadores de graus.

§ 1º - Referência é o número indicativo da posição de cargo na escala básica de vencimentos.

§ 2º - Grau é o número em algarismos romanos indicativo da posição do cargo na escala básica de vencimentos.

§ 3º - O conjunto de referência e grau constitui o padrão de vencimentos.

TITULO II
DO PROVIMENTO, DO EXERCICIO E DA VACANCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPITULO I
DOS CARGOS PÚBLICOS

Artigo 4º - Os cargos públicos são isolados ou de carreira.

§ 1º - Os cargos de carreira são sempre de provimento efetivo.

§ 2º - Os cargos isolados são de provimento efetivo ou em comissão, conforme dispuser a lei.

Artigo 5º - As atribuições dos titulares dos cargos públicos serão estabelecidas em decreto regulamentar, ou na Lei criadora do cargo.

Parágrafo Único - É vedado atribuir ao funcionário público encargos ou serviços diversos daqueles relativos ao seu cargo, exceto quando se tratar de funções de chefia ou direção, de designações especiais e dos casos de readaptação.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO II
DO PROVIMENTO

Artigo 6º - Provimento é o ato administrativo através do qual se preenche um cargo público, com a designação do seu titular.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente de autarquia ou de fundação pública.

Artigo 7º - Os cargos públicos serão acessíveis a todos os que preencham, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter sido previamente habilitado em concurso, ressalvado o preenchimento de cargo de livre provimento em comissão;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

V - gozar de boa saúde, física e mental, comprovada em exame médico, ressalvados os direitos dos deficientes físicos;

VI - possuir habilitação profissional para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, quando for o caso;

VII - atender às condições especiais prescritas em lei para provimento do cargo.

Artigo 8º - Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;
II - reintegração;
III - reversão;
IV - aproveitamento;
V - transferência;
VI - acesso.
VII- readaptação

CAPITULO III
DA NOMEAÇÃO

Artigo 9º - Nomeação é o ato administrativo pelo qual o cargo público é atribuído a uma pessoa.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Unico - As nomeações serão feitas:

I - livremente, em comissão, a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de cargo de confiança;

II - vinculadamente, em caráter efetivo, quando se tratar de cargo cujo preenchimento depende de aprovação em concurso.

Artigo 10 - A nomeação em caráter efetivo obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação em concurso cujo prazo de validade esteja em vigor.

CAPITULO IV
DO ESTAGIO PROBATORIO

Artigo 11 - Estágio probatório é o período de 2 (dois) anos de exercício do funcionário a partir de sua nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional: -

I - assiduidade;
II - disciplina;
III - eficiência;
IV - aptidão de dedicação ao serviço;
V - cumprimento dos deveres e obrigações funcionais.
VI - capacidade de iniciativa
VII - produtividade
VIII- responsabilidade

§ 1º - O órgão de pessoal manterá cadastro dos funcionários em estágio probatório.

§ 2º - Cinco meses antes do fim do estágio probatório, o órgão de pessoal solicitará informações sobre o funcionário ao seu chefe direto, que deverá prestá-las no prazo de dez dias.

§ 3º - Caso as informações sejam contrárias à confirmação do funcionário no cargo, ser-lhe-á concedido o prazo de dez dias para que apresente defesa, e instaurado processo administrativo para a apuração do fato.

§ 4º - Se, após a defesa, for aconselhada a exoneração do funcionário, o processo será remetido à autoridade competente para a decisão final.

§ 5º - A confirmação do funcionário no cargo não dependerá de novo ato.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 6º - A apuração dos requisitos de que trata este artigo deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário, se for o caso, possa ser feita antes de findo o prazo do estágio.

§ 7º - Enquanto em estágio probatório, o funcionário não poderá ser designado para exercer cargo diverso daquele para o qual foi nomeado.

Artigo 12 - O funcionário nomeado em virtude de concurso público adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

Parágrafo Unico - A estabilidade assegura ao funcionário a garantia de permanência no serviço público.

Artigo 13 - O funcionário estável somente perderá o cargo: -

I - em virtude de decisão judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

CAPITULO V
DO CONCURSO

Artigo 14 - O concurso Público reger-se-á por edital, que conterá, basicamente, o seguinte:-

I - indicação do tipo de concurso: de provas ou de provas e títulos;

II - indicação das condições necessárias ao preenchimento do cargo, de acordo com as exigências legais, tais como:

a) diplomas necessários ao desempenho das atribuições do cargo;
b) experiência profissional relacionada com a área de atuação;
c) capacidade física para o desempenho das atribuições do cargo;
d) idade mínima ou máxima a ser fixada de acordo com a natureza das atribuições do cargo, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

III - indicação do tipo e do conteúdo das provas e das categorias de títulos;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

IV - indicação da forma de julgamento das provas e dos títulos;

V - indicação dos critérios de habilitação e classificação;

VI - indicação do prazo de validade do certame.

Parágrafo Único - As normas gerais para a realização dos concursos estabelecidas na Lei Orgânica do Município, art.107 e incisos.

Artigo 15 - O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a pedido do titular do setor interessado, autorizada ou não pelo chefe do Executivo ou Legislativo.

Artigo 16 - O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado dentro do prazo de seis meses, contados da data de encerramento das inscrições.

Artigo 17 - As provas e a titulação serão julgadas por uma comissão de no mínimo três membros, profissionalmente habilitados e designados pela autoridade competente.

Artigo 18 - A lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

CAPITULO VI
DA REINTEGRAÇÃO

Artigo 19 - Reintegração é o reingresso do funcionário estável no serviço público municipal em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 20 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado.

§ 1º - Se o cargo houver sido transformado, o funcionário será reintegrado no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto, será reintegrado em cargo de vencimento e atribuições equivalentes, sempre respeitada sua habilitação profissional.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 21 - Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Artigo 22 - Transitada em julgado a decisão judicial que determinar a reintegração, o órgão incumbido da defesa do Município representará imediatamente à autoridade competente para que seja expedido o ato de reintegração no prazo máximo de trinta dias.

CAPITULO VII
DA REVERSÃO

Artigo 23 - Reversão é o retorno à atividade do funcionário por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á em cargo de idêntica denominação, atribuições e vencimentos aos daquele ocupado por ocasião da aposentadoria ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o funcionário exercerá cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 24 - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade.

CAPITULO VIII
DO APROVEITAMENTO

Artigo 25 - Aproveitamento é o retorno, a cargo público, de funcionário colocado em disponibilidade.

Artigo 26 - O aproveitamento daquele que foi posto em disponibilidade é direito do funcionário e dever da administração que o conduzirá, quando houver vaga, a cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 27 - O funcionário em disponibilidade que, em inspeção médica oficial, for considerado incapaz para o desempenho de suas atribuições será aposentado no cargo que anteriormente ocupava, sempre ressalvada a possibilidade de readaptação.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO IX
DA TRANSFERENCIA

Artigo 28 - Transferência é a passagem do funcionário de um cargo para outro cargo da mesma denominação, atribuições e vencimentos, pertencente, porém, a órgão de lotação diferente.

Parágrafo Único - A transferência poderá ser feita a pedido do funcionário, atendida sempre a conveniência do serviço.

Artigo 29 - Não poderá ser transferido "ex ofício" funcionário investido em mandato eletivo nos poderes Executivo ou Legislativo.

Artigo 30 - A transferência por permuta processar-se-á a pedido escrito de ambos os interessados.

Artigo 31 - A permuta entre funcionários da Prefeitura, da Câmara, das autarquias e das fundações públicas do Município somente poderá ser efetuada a pedido dos interessados e mediante consentimento das autoridades a que estejam subordinadas.

CAPITULO X
DO ACESSO

Artigo 32 - Acesso é a passagem do funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo para outro da classe imediatamente superior àquele em que se encontra, dentro da respectiva carreira.

Parágrafo Único - O acesso dependerá de êxito do funcionário em processo seletivo interno, em que se apurará sua aptidão para desempenho de atribuições mais complexas e que justificam sua ascensão funcional.

Artigo 33 - O funcionário somente poderá concorrer à seleção interna, a que se refere o artigo anterior, se:-

I - satisfizer os requisitos necessários ao preenchimento do cargo público de classe superior;

II - contar com mais de dois anos de efetivo exercício no seu cargo.

Artigo 34 - Havendo empate no processo seletivo interno, terá preferência sucessivamente o funcionário público que:-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

I - contar com mais tempo de serviço no seu cargo;

II - contar com mais tempo de serviço público municipal;

III - tiver maior número de filhos.

Artigo 35 - O direito a pertencer a carreira, nos casos em que isso seja possível, é direito indisponível do funcionário público.

CAPITULO XI
DA PROMOÇÃO

Artigo 36 - Promoção é a passagem do funcionário estável de um determinado grau para o imediatamente superior, da mesma classe, dentro da respectiva carreira.

Artigo 37 - A promoção obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Artigo 38 - Havendo fusão de classes para os efeitos deste artigo será considerado o exercício na classe anterior.

Artigo 39 - O merecimento é adquirido na classe.

§ 1º - Não poderá ser promovido por merecimento o funcionário que, na classe em promoção, tiver sofrido quaisquer das penalidades previstas nesta lei.

§ 2º - O merecimento apurar-se-á em pontos, avaliados em escala de zero a 100 para cada um dos seguintes fatores:

I - eficiência;

II - dedicação ao serviço;

III - disciplina;

IV - pontualidade;

V - iniciativa.

§ 3º - Só serão considerados, para efeito de promoção por merecimento, os funcionários que obtiverem o mínimo de 350 pontos, na soma dos fatores enumerados neste artigo.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 4º - Quando ocorrer empate na apuração do merecimento dos funcionários, serão levados em consideração, sucessivamente, para efeito de desempate, os seguintes elementos:

I - títulos e comprovantes de conclusão ou freqüência em cursos, seminários ou simpósios, desde que relacionados com a função exercida;

II - assiduidade;

III - maior tempo de serviço público;

IV - maior tempo de serviço público municipal;

V - número de dependentes.

Artigo 40 - A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe.

§ 1º - Será contado em dias o tempo de efetivo exercício na classe para sua apuração.

§ 2º - O funcionário reintegrado em seu cargo fará jus às promoções cabíveis por antiguidade, como se não tivesse interrompido o exercício.

§ 3º - Quando ocorrer empate na apuração da antiguidade, terão preferência os funcionários que apresentarem os seguintes requisitos, pela ordem:

I - maior tempo de serviço público municipal;

II - maior tempo de serviço público;

III - maior número de dependentes;

IV - maior idade.

Artigo 41 - As promoções poderão ser realizadas anualmente.

Parágrafo Unico - A promoção deverá ser instaurada e concluída no primeiro semestre do ano e seus efeitos pecuniários vigerão a partir do primeiro dia do mês de julho.

Artigo 42 - Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção a que tinha direito.

Artigo 43 - O órgão competente organizará as listas de

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

promoção para cada classe, que deverão conter os nomes dos funcionários classificados.

Artigo 44 - Não poderá ser promovido o funcionário nos seguintes casos:

I - quando não tenha o interstício de 730 dias de efetivo e ininterrupto exercício na classe;

II - enquanto em estágio probatório;

III - se estiver suspenso disciplinarmente, em virtude de decisão administrativa.

Artigo 45 - Ao funcionário afastado para tratar de interesse particular, somente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

Artigo 46 - O funcionário suspenso preventivamente poderá ser promovido, mas a promoção será tomada sem efeito se sobrevier a procedência da penalidade aplicada.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o funcionário perceberá o vencimento correspondente ao novo grau e somente após ter sido tornada sem efeito a penalidade aplicada, caso em que a promoção surtirá seus efeitos, de conformidade com o disposto no artigo 41, parágrafo único.

Artigo 47 - O período em que o funcionário estiver suspenso não será computado para efeito de promoção e a aplicação dessa penalidade interrompe o curso do interstício mínimo previsto no artigo 44, inciso I.

Artigo 48 - Só por antiguidade poderá ser promovido o funcionário em exercício de mandato eletivo.

Artigo 49 - Os direitos e vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da data prevista no parágrafo único do artigo 41.

Artigo 50 - Será anulada a promoção feita indevidamente e, assim ocorrendo, será promovido quem de direito.

§ 1º - O funcionário indevidamente promovido não ficará obrigado à restituição do que a mais houver percebido, salvo se comprovado dolo ou má-fé de sua parte.

§ 2º - O funcionário a quem cabia a promoção será então promovido, fazendo jus às diferenças de vencimento a que tiver direito, desde a data prevista no parágrafo único, do artigo 41.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 51 - é facultado ao funcionário provocar a abertura do competente processo de promoção, quando não for instaurado no prazo previsto nesta lei (artigo 41, parágrafo único).

Artigo 52 - Compete ao órgão de pessoal processar a promoção, respeitadas as disposições desta lei.

CAPITULO XII
DA READAPTAÇÃO

Artigo 53 - Readaptação é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptado será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Artigo 54 - A readaptação não acarretará aumento ou diminuição de vencimentos.

Artigo 55 - é vedada a readaptação para cargo de provimento em comissão.

CAPITULO XIII
DA POSSE

Artigo 56 - Posse é o ato através do qual o poder público expressamente, outorga e o funcionário, expressamente, aceita as atribuições e os deveres inerentes ao cargo público, adquirindo, assim, a sua titularidade.

Parágrafo Único - São competentes para dar posse:-

I - o Prefeito, aos Secretários Municipais e agentes políticos a estes equiparados, e aos dirigentes de autarquias e fundações públicas;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

II - o responsável pelo órgão de pessoal, nos demais casos.

Artigo 57 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Único - Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para exercício do cargo.

Artigo 58 - A posse verificar-se-á mediante a assinatura do funcionário e da autoridade competente, de termo lavrado em livro próprio, do qual constará obrigatoriamente o compromisso do funcionário de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes desta lei.

§ 1º - A posse poderá ser efetivada por procuração outorgada com poderes especiais;

§ 2º - No ato da posse, o funcionário declarará se exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública remunerada, na administração direta ou em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou, ainda, em fundação pública.

§ 3º - Os ocupantes de cargos de direção e/ou chefia farão, no ato da posse, declaração de bens.

§ 4º - A não observância dos requisitos exigidos para preenchimento do cargo implicará a nulidade do ato de nomeação e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Artigo 59 -A posse somente ocorrerá nos casos de provimento de cargo por nomeação e acesso.

Artigo 60 - A posse deverá se verificar no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo poderá, a critério da autoridade nomeante, ser prorrogado por trinta dias, desde que assim o requeira, fundamentadamente, o interessado.

§ 2º - A contagem do prazo a que se refere este artigo poderá ser suspensa até o máximo de cento e vinte dias, a partir da data em que o funcionário demonstrar que está impossibilitado de tomar posse por motivo de doença apurada em inspeção médica.

§ 3º - O prazo previsto neste artigo, para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às Forças Armadas, será contado a partir da data de desincorporação.

Artigo 61 - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

se a posse não se der no prazo previsto no art. 42 e seus parágrafos.

CAPITULO XIV
DO EXERCICIO

Artigo 62 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições e deveres do cargo.

Parágrafo Unico - O inicio, a interrupção, o reinicio e a cessação do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Artigo 63 - O chefe imediato do funcionário é a autoridade competente para autorizar-lhe o exercício.

Artigo 64 - O exercício do cargo deverá, obrigatoriamente, ter inicio no prazo de trinta dias, contados:-

I - da data da posse;

II - da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração, reversão e aproveitamento.

Artigo 65 - O funcionário que não entrar em exercício, dentro do prazo previsto será exonerado do cargo.

Artigo 66 - O afastamento do funcionário para participação em congressos, certames desportivos, culturais ou científicos, poderá ser autorizado pelo Chefe do Executivo, na forma estabelecida em decreto.

Artigo 67 - Nenhum funcionário poderá ter exercício fora do Município, em missão de estudos ou de outra natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação da autoridade competente.

§ 1º - Ressalvados os casos de absoluta conveniência, a juízo da autoridade competente, nenhum funcionário poderá permanecer por mais de dois anos em missão fora do Município, nem vir a exercer outra, se não depois de decorridos quatro anos de efetivo exercício no Município, contados da data do regresso.

§ 2º - Independerá de autorização o afastamento do funcionário para exercer função eletiva.

Artigo 68 - O funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou indiciado por crime inafiançável, terá o exercício suspenso até a decisão final transitada em julgado.

Parágrafo Único - Durante a suspensão, o funcionário

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

perceberá apenas 2/3 (dois terços) da remuneração e terá direito às diferenças, corrigidas monetariamente, se for absolvido.

CAPITULO XV
DA FIANÇA

Artigo 69 - O funcionário investido em cargo cujo provimento, por disposição legal, dependa de fiança, não poderá entrar em exercício sem cumprir essa exigência.

Parágrafo Único - O valor da fiança será estabelecida na lei criadora do cargo.

Artigo 70 - A fiança poderá ser prestada:-

I - em dinheiro;

II - em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidos por institutos oficiais ou campanhas legalmente autorizadas;

III - em títulos de dívida pública da União, do Estado ou do Município.

§ 1º - é vedado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

§ 2º - O valor da fiança, corrigido monetariamente, será devolvido ao funcionário, após a tomada de contas efetivadas pela autoridade competente.

§ 3º - O responsável por alcance ou desvio não ficará isento da responsabilidade administrativa ou criminal que couber, ainda que o valor da fiança seja superior ao prejuízo verificado.

CAPITULO XVI
DA REMOÇÃO

Artigo 71 - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma unidade para outra, dentro do mesmo órgão de lotação, a pedido do funcionário interessado.

Artigo 72 - A remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados, com a concordância das respectivas chefias, atendida a conveniência administrativa.

Artigo 73 - O funcionário removido deverá assumir de imediato o exercício na unidade para a qual foi deslocado, salvo quando em férias, licença ou desempenho de cargo em comissão, hipóteses em que deverá se apresentar no primeiro dia útil após o término de impedimento.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO XVIII
DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 74 - Haverá substituição remunerada no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo público efetivo ou em comissão.

Artigo 75 - A substituição recairá sempre em funcionário público titular de cargo de provimento efetivo, que possua habilitação para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo do substituído.

Parágrafo Único - Quando a substituição for de cargo pertencente a carreira, a designação deverá recair sobre um de seus integrantes, dando-se preferência ao próximo imediato da carreira.

Artigo 76 - A substituição será automática quando prevista em lei e dependerá de ato da autoridade competente quando for efetivada para a conveniência administrativa.

§ 1º - A autoridade competente para nomear será competente para formalizar, por ato próprio, a substituição.

§ 2º - O substituto desempenhará as atribuições de cargo enquanto perdurar o impedimento do titular.

Artigo 77 - O substituto, durante todo o tempo da substituição, terá direito a perceber o vencimento e as vantagens pecuniárias inerentes ao cargo do substituído, sem prejuízo das vantagens pessoais a que tiver direito, podendo optar pelo vencimento do cargo de que é ocupante em caráter efetivo.

Parágrafo Único -Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições; a substituição automática será gratuita se inferior, inclusive, a cinco dias úteis.

Artigo 78 - Os tesoureiros, caixas e outros funcionários que tenham valores sob guarda, em caso de impedimento, poderão ser substituídos por funcionários que indicarem, de sua confiança.

Parágrafo Único - Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 79 - A substituição não gerará direito do substituto em incorporar, aos seus vencimentos, a diferença entre a sua remuneração e a do substituído.

CAPITULO XVIII
DA VACANCIA

Artigo 80 - Dar-se-á vacância, quando o cargo público ficar destituído de titular, em decorrência de:-

I - exoneração;

II - demissão;

III - acesso;

IV - transferência;

V - readaptação;

VI - aposentadoria;

VII - falecimento;

§ 1º - Dar-se-á exoneração:-

I - a pedido do funcionário;

II - a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de ocupante de cargo de provimento em comissão;

III - se o funcionário não entrar em exercício no prazo legal;

IV - quando o funcionário, durante o estágio probatório, não demonstrar que reúne as condições necessárias ao bom desempenho das atribuições do cargo.

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta lei.

TITULO III
DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I
DO TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 81 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Artigo 82 - Será considerado de efetivo exercício o período de afastamento, em virtude de :-

I - férias;
II - casamento, até oito dias consecutivos;
III - luto, até dois dias consecutivos, a critério da chefia, por falecimento de cunhados, genros e noras, com apresentação de Atestado de Óbito;
IV - luto, até oito dias consecutivos, por falecimento de cônjuge, pais, filhos, irmãos, sogros e descendentes; padrasto, madrasta, com apresentação de Atestado de Óbito;
V - exercício de outro cargo municipal, de provimento em comissão;
VI - convocações para obrigações decorrentes do serviço militar;
VII - prestação de serviços no júri e outros obrigatórios por lei;
VIII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal, ou no Distrito Federal;
IX - licença-prêmio;
X - licença à funcionária gestante ou licença adoção;
XI - licença compulsória;
XII - licença paternidade;
XIII - licença a funcionário acidentado em serviço para tratamento de saúde, ou acometido de doença profissional ou moléstia grave;
XIV - missão ou estudo de interesse do Município, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado pela autoridade competente;
XV - faltas abonadas, nos termos deste Estatuto;
XVI - participação em delegação esportiva oficial, devidamente autorizada pela autoridade competente;
XVII - um dia por doação de sangue;

XVIII - serviço para desempenho da Presidência do Sindicato dos Funcionários Públicos.

§ 1º - É vedada a contagem em dobro do tempo de serviço prestado simultaneamente em dois cargos, ou funções públicas, junto à administração direta ou indireta.

§ 2º - No caso do inciso VIII, o tempo de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO II
DAS FÉRIAS

Artigo 83 - O funcionário terá direito, anualmente, ao gozo de trinta dias consecutivos de férias, de acordo com a escala organizada pelo órgão competente.

§ 1º - Somente depois do primeiro ano de exercício no cargo público, o funcionário adquirirá direito a férias;

§ 2º - O gozo das férias será remunerada com um terço a mais do que o vencimento normal, que poderá ser pago antecipadamente.

§ 3º - durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se em exercício estivesse.

§ 4º - As faltas ao serviço, somente poderão ser levadas à conta de férias, mediante exposição de motivos justificadas de chefia imediata.

Artigo 84 - Em casos excepcionais, a critério da administração e a pedido do funcionário, as férias poderão ser gozadas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior à dez dias.

Artigo 85 - é proibida a acumulação de mais de dois períodos de férias.

§ 1º - Por absoluta necessidade de serviço, as férias do funcionário poderão ser indeferidas pela administração pelo prazo máximo de dois anos consecutivos.

§ 2º - Em caso de acumulação de férias, poderá o funcionário gozá-las ininterruptamente.

§ 3º - Somente serão consideradas como não gozadas, por absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar, mediante decisão escrita da autoridade competente, exarada em processo administrativo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondam.

Artigo 86 - Salvo comprovada necessidade de serviço o funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Artigo 87 - é facultado ao funcionário público converter um terço do período das férias em abono pecuniário, desde que

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

o requeira no momento de sua solicitação, que deverá ser efetivada trinta dias antes do inicio de sua fruição.

CAPITULO III
DAS LICENÇAS

SEÇAO I
DISPOSIÇOES GERAIS

Artigo 88 - Serão concedidas:-

I - licença para tratamento de saúde;
II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
III - licença a funcionária gestante;
IV - licença adoção;
V - licença paternidade;
VI - licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho;
VII - licença para prestar serviço militar;
VIII - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro de funcionário ou militar;
IX - licença compulsória;
X - licença prêmio;
XI - licença para tratar de interesses particulares;
XII - licença especial.

Parágrafo Unico - O ocupante de cargo de provimento em comissão não terá direito à licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 89 - A licença que depender de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou no atestado proveniente do órgão oficial competente.

Artigo 90 - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente, o exercício das atribuições do cargo.

Artigo 91 - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá se dedicar a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e ser promovida a sua responsabilidade.

Artigo 92 - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido do interessado, desde que fundada em novo exame médico oficial.

Parágrafo Unico - O pedido deverá ser apresentado pelo menos três dias antes de findar o prazo da licença, se indeferido, será considerado como de licença, o período

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Artigo 93 - As licenças concedidas dentro de trinta dias, contados do término da anterior, serão consideradas como prorrogação.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, somente serão levados em consideração as licenças da mesma natureza.

Artigo 94 - O funcionário não poderá permanecer em licença, por prazo superior a quatro anos.

Artigo 95 - O funcionário em gozo de licença deverá comunicar, sempre que possível, ao chefe da repartição o local onde possa ser encontrado.

INCISO I
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Artigo 96 - Ao funcionário impossibilitado de exercer o cargo por motivo de saúde será concedida licença pelo órgão oficial competente, a pedido do interessado ou de ofício.

Parágrafo Único - Em ambos os casos, é indispensável o exame médico que poderá ser realizado, quando necessário, na residência do funcionário.

Artigo 97 - O exame para a concessão da licença para tratamento de saúde será feito por médico oficial ou oficialmente credenciado ou, ainda, por órgão oficial do Município.

§ 1º - O atestado ou laudo passado por médico ou junta médica particular só produzirá efeitos após a homologação pelo serviço de saúde do Município.

§ 2º - As licenças superiores a sessenta dias dependerão de exame do funcionário por junta médica oficial do serviço de saúde do Município.

Artigo 98 - Será punido disciplinarmente, com suspensão de trinta dias, o funcionário que recusar a se submeter a exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

Artigo 99 - Considerado apto, em exame médico, o funcionário reassumirá o exercício do cargo, sob pena de serem considerados como faltas injustificadas os dias de ausência.

Parágrafo Único - No curso da licença poderá o funcionário requerer exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 100 - A licença do funcionário acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, síndrome da imunodeficiência adquirida e outras admitidas na legislação previdenciária nacional, será concedida, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Artigo 101 - Será integral a remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, ou acometido dos males previstos no artigo anterior.

INCISO II
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

Artigo 102 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença de ascendente, descendente de 1º grau, cônjuge não separado legalmente, companheiro ou companheira, padrasto ou madrasta, enteado e filhos adotivos, mediante comprovação médica.

§ 1º - A licença somente será concedida se o funcionário provar que sua assistência pessoal e permanente é indispensável, não podendo ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º - Provar-se-á a doença mediante exame médico.

§ 3º - A licença de que trata este artigo não poderá ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será concedida, com remuneração integral, até um mês, e, após, com os seguintes descontos:-

I - de um terço, quando exercer um mês e prolongar-se até três meses;

II - de dois terços, quando exercer três e prolongar-se até seis meses;

III - sem remuneração, a partir do sétimo mês ao vigésimo quarto mês.

INCISO III
DA LICENÇA A FUNCIONARIA GESTANTE

Artigo 103 - A funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença de cento e vinte dias, sem prejuízo de sua remuneração.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 1º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º - Ocorrido e comprovado o parto, sem que tenha sido requerida a licença, a funcionária entrará, automaticamente, em licença pelo prazo previsto neste artigo.

§ 3º - Após o término da licença e até que a criança complete seis meses de idade, a funcionária terá direito a dois descansos especiais de meia hora cada, para amamentação.

Artigo 104 - No caso de aborto legal, será concedido licença para tratamento de saúde, na forma prevista neste Estatuto.

INCISO IV
DA LICENÇA ADOÇAO

Artigo 105 - A funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.

Parágrafo Único - No caso de adoção ou guarda judicial de criança de 1 a 7 anos de idade, o prazo de que trata este artigo será de quarenta dias.

INCISO V
DA LICENÇA PATERNIDADE

Artigo 106 - Ao funcionário será concedida licença paternidade de cinco dias consecutivos contados da data do nascimento de seu filho, sem prejuízo de sua remuneração.

Artigo 107 - Em caso de natimorto registrado, contar-se-á o prazo de oito dias conforme o previsto no art. 81, inciso IV.

INCISO VI
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA PROFISSIONAL OU EM DECORRENCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Artigo 108 - O funcionário, acometido de doença profissional ou acidentado em serviço, terá direito a licença para tratamento de saúde com remuneração integral.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 1º - Acidente é o dano físico ou mental sofrido pelo funcionário e que relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições de seu cargo.

§ 2º - Considera-se também acidente:-

I - o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada injustamente pelo funcionário, no exercício de suas atribuições ou em razão delas;

II - o dano sofrido no percurso entre a residência e o trabalho.

Artigo 109 - Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço, devendo o laudo médico estabelecer o nexo de causalidade entre a doença e os fatos que a determinam.

Artigo 110 - Verificada em caso de acidente, a incapacidade total para qualquer função pública ao funcionário será concedida, desde logo, aposentadoria com proventos integrais.

§ 1º - No caso de incapacidade parcial e permanente, ao funcionário será assegurada a readaptação.

§ 2º - A comprovação de acidente deverá ser feita no prazo de dez dias, a contar do acidente ou constatação da doença, por junta médica oficial do Município.

INCISO VII
DA LICENÇA PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Artigo 111 - Ao funcionário convocado para o serviço militar ou outros encargos de defesa nacional, será concedida licença com remuneração integral.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Da remuneração será descontada a importância que o funcionário perceber, a qualidade, a qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º - O funcionário desincorporado reassumirá o exercício das atribuições de seu cargo dentro do prazo de trinta dias, contados da data da desincorporação, sendo-lhe garantido o direito de perceber sua remuneração integral, durante este período.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 4º - A licença de que trata este artigo será também concedida ao funcionário que houver feito curso de formação de oficiais da reserva das Forças Armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se-lhe o disposto no § 2º deste artigo.

INCISO VIII
DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CONJUGE OU COMPANHEIRO DE FUNCIONARIO OU MILITAR

Artigo 112 - O funcionário casado ou companheiro de funcionário público civil ou militar, terão direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro forem designados para prestar serviços fora do Município.

Parágrafo Único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar a nova designação do cônjuge ou companheiro.

INCISO IX
DA LICENÇA COMPULSORIA

Artigo 113 - O funcionário que for considerado, a juízo da autoridade sanitária competente, suspeito de ser portador de doença transmissível será afastado do serviço público.

§ 1º - resultando positiva a suspeita, o funcionário será licenciado para tratamento de saúde, incluídos na licença os dias em que esteve afastado.

§ 2º - Não sendo procedente a suspeita, o funcionário deverá reassumir imediatamente o seu cargo, considerando-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período de afastamento.

INCISO X
DA LICENÇA PREMIO

Artigo 114 - Após cada quinquênio de ininterrupto exercício, o servidor fará jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º - A licença prêmio, com as vantagens do cargo em comissão, somente será concedida ao funcionário que o venha exercendo, no período aquisitivo, por mais de dois anos.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 115 - Não terá direito à licença prêmio o funcionário que, dentro do período aquisitivo, houver:-

I - sofrida pena de suspensão;

II - por motivo de doença em pessoa da família, se afastado por mais de 120 dias;

III - para trato de interesses particulares;

IV - por motivo de afastamento do cônjuge, quando o funcionário ou militar, por mais de 90 dias.

Parágrafo Único - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.

Artigo 116 - A licença prêmio somente será concedido pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara, ou pelos diretores de autarquias e fundações públicas.

Artigo 117 - A licença prêmio poderá, a pedido do funcionário, ser gozada integral ou parceladamente, até dois períodos não inferiores a 30 dias, atendido o interesse da administração.

Artigo 118 - A autoridade competente, tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, decidirá dentro dos três meses do requerimento da licença prêmio, quanto à data de seu inicio e a sua concessão, por inteiro ou parceladamente.

Artigo 119 - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença prêmio.

Artigo 120 - A concessão de licença prêmio dependerá de novo ato, quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro dos trinta dias seguintes da publicação, daquele que a deferiu.

Artigo 121 - Ao funcionário que completar cinco anos de ininterrupto e efetivo exercício poderá, a critério da administração, ser concedido o direito de receber, em dinheiro, a metade da licença prêmio a que fizer jus, se assim o requerer no prazo de até trinta dias antes do inicio da fruição da licença.

Parágrafo único - O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

INCISO XI
DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Artigo 122 - O funcionário estável terá, a critério da autoridade competente, direito a licença para tratar de interesses particulares, sem vencimento e por período não superior a dois anos.

§ 1º - A licença será indeferida quando o afastamento do funcionário for inconveniente ao serviço público, mediante justificativa circunstanciada da autoridade competente.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença.

Artigo 123 - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de completar dois anos de efetivo exercício no cargo.

Artigo 124 - A autoridade que houver concedido a licença poderá determinar o retorno do funcionário licenciado, sempre que o exigir o interesse público.

Artigo 125 - O funcionário poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício das atribuições do cargo, cessando, assim, os efeitos da licença.

Artigo 126 - O funcionário não obterá nova licença para tratar de interesses particulares, antes de decorridos dois anos do término da anterior.

INCISO XII
DA LICENÇA ESPECIAL

Artigo 127 - O funcionário designado para missão, estudo ou competição esportiva oficial, em outro Município, ou no exterior, terá direito a licença especial.

§ 1º - Existindo relevante interesse municipal, devidamente justificado e comprovado, a licença será concedida, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

§ 2º - O inicio da licença coincidirá com a designação e seu término com a conclusão da missão, estudo ou competição, até o máximo de dois anos.

§ 3º - A prorrogação da licença somente ocorrerá, em casos especiais, a requerimento do funcionário, mediante comprovada justificativa.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 128 - O ato de conceder a licença deverá ser precedido de justificativa, que demonstre a necessidade ou o relevante interesse da missão, estudo ou competição.

CAPITULO IV
DAS FALTAS

Artigo 129 - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

Parágrafo Único - Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza ou circunstância, principalmente pela conseqüência no âmbito da família, possa constituir escusa do não comparecimento.

Artigo 130 - O funcionário que faltar ao serviço ficará obrigado a requerer, por escrito, a justificação da falta a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer a repartição, sob pena de sujeitar-se às conseqüências da ausência.

§ 1º - Não serão justificadas as faltas que excederem a doze por ano, não podendo ultrapassar a duas por mês.

§ 2º - O chefe imediato do funcionário decidirá sobre a justificação das faltas, até o máximo de doze por ano, no prazo de três dias.

§ 3º - A justificação das que excederem 12 por ano, até o limite de 24, será submetida, devidamente informada pelo chefe imediato, à decisão de seu superior, no prazo de cinco dias.

§ 4º - Para a justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 5º - Decidido o pedido de justificação de falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

Artigo 131 - As faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo a uma por mês, poderão ser abonadas, por moléstia ou por outro motivo justificado, a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o funcionário comparecer ao serviço.

§ 1º - Abonada a falta, o funcionário terá direito ao vencimento correspondente àquele dia de serviço.

§ 2º - A moléstia ser provada por atestado médico e a aceitação de outros motivos ficará a critério da chefia imediata do funcionário.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 3º - O pedido de abono deverá ser feito pelo funcionário no primeiro dia que comparecer ao serviço, em requerimento escrito ao seu chefe imediato.

CAPITULO V
DA DISPONIBILIDADE

Artigo 132 - Extinto o cargo ou declarada sua disponibilidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada integralmente até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 1º - A extinção dos cargos será efetivada através de lei, no caso de pertencerem à Prefeitura e Autarquias e fundações públicas Municipais.

§ 2º - A extinção de cargos será efetivada através de resolução, no caso de pertencerem a Câmara Municipal.

§ 3º - A declaração de desnecessidade do cargo será efetivada por Ato próprio do Prefeito, Mesa da Câmara, ou Diretor de autarquia ou fundação pública.

CAPITULO VI
DA APOSENTADORIA

Artigo 133 - O funcionário será aposentado:-

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:-

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais.

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora com proventos integrais.

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - O tempo de serviço público federal, estadual, municipal, ou prestado ao Distrito Federal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos funcionários em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função, em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 3º - O benefício da pensão por morte corresponderá a cem por cento dos vencimentos ou proventos do funcionário falecido.

§ 4º - Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca por tempo de serviço na atividade privada, rural e urbana, devendo ser comprovado por qualquer forma em direito admitidas.

Artigo 134 - A partir da apresentação dos documentos de aposentadoria, o departamento competente terá 30 (trinta) dias, para homologar a mesma, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Artigo 135 - A aposentadoria produzirá seus efeitos, a partir da publicação do ato em órgão oficial, obedecendo as seguintes carências ao Instituto de Previdência e Benefício dos servidores públicos do Município:

I - aos servidores nomeados para cargo em comissão ou efetivo, anteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 60 (sessenta) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória;

II - aos servidores nomeados para o cargo em comissão ou efetivo, posteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 120 (cento e vinte) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção, de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO VII
DA ACUMULAÇAO REMUNERADA

Artigo 136 - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:-

I - a dois cargos de professor;
II - a de uma cargo de professor com outro técnico ou científico;
III - a de juiz com um cargo de magistério;
IV - a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º - Em qualquer dos casos previstos neste artigo, a acumulação só será permitida, havendo compatibilidade de horários.

§ 2º - A proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Artigo 137 - Verificada a acumulação proibida, deverá o funcionário optar por um dos cargos, empregos ou funções exercidas, no prazo de 15 dias do conhecimento da Notificação.

Parágrafo Unico - Provado, em processo administrativo a má-fé, o funcionário perderá o cargo, sem prejuízo da restituição do que tiver recebido indevidamente.

Artigo 138 - As autoridades que tiverem conhecimento de qualquer acumulação indevida, comunicarão o fato ao Departamento de Pessoal, sob pena de responsabilidade, nos termos da lei.

CAPITULO VIII
DA ASSISTENCIA AO FUNCIONARIO

Artigo 139 - O Município poderá dar assistência ao funcionário e sua família, concedendo entre outros, os seguintes benefícios:-

I - assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - previdência social e seguros;

III - curso de aperfeiçoamento, treinamento ou especialização profissional, em matéria de interesse municipal.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

IV - assistência judiciária.

Artigo 140 - A lei determinará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste Capítulo.

Parágrafo Único - Outros benefícios poderão ser concedidos desde que instituídos por lei.

Artigo 141 - Todo funcionário será inscrito em instituição de previdência social.

Artigo 142 - O Município deverá instituir, em lei, contribuição, cobrada de seus funcionários, para o custeio, em benefício destes, de serviços de previdência e assistências sociais.

CAPITULO IX
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Artigo 143 - é assegurado ao funcionário o direito de requerer, representar, pedir consideração e recorrer, em defesa de direito de interesse legítimo.

Artigo 144 - O requerimento, representação, pedido de reconsideração e recurso serão encaminhados à autoridade competente, por intermédio da autoridade imediatamente superior ao peticionário.

§ 1º - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e somente será cabível quando contiver novos argumentos.

§ 2º - Nenhum pedido de reconsideração poderá ser renovado.

§ 3º - Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração não conhecido ou indeferido.

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, em última instância, ao Prefeito.

§ 5º - Nenhum recurso poderá ser renovado.

§ 6º - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, salvo nos casos previstos em lei.

Artigo 145 - Salvo disposição expressa em contrário, é de trinta dias o prazo para interposição de pedidos de reconsideração e recurso.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 1º - O prazo a que se refere esse artigo começará a fluir a partir da comunicação oficial da decisão a ser reconsiderada ou recorrida.

§ 2º - Os pedidos de reconsideração e recursos serão decididos dentro do período de trinta dias contados da interposição.

Artigo 146 - O direito de pleitear administrativamente prescreverá:-

I - em cinco anos, nos casos relativos a demissão, aposentadoria e disponibilidade ou que afetem interesses patrimoniais e créditos resultantes das relações funcionais com a administração.

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em Lei Municipal.

Artigo 147 - O prazo de prescrição terá seu termo inicial na data da publicação oficial do ato ou, quando este for de natureza reservada para resguardar direito do funcionário, na data da ciência do interessado.

Artigo 148 - O recurso, quando cabível, interrompe o curso da prescrição.

Parágrafo Único - Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

CAPITULO IV
DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

CAPITULO I
DO VENCIMENTO

Artigo 149 - Os vencimentos dos cargos da Prefeitura e da Câmara Municipal, autarquias e fundações públicas, deverão ser iguais, desde que suas atribuições sejam iguais ou semelhantes.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não se levará em conta as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Artigo 150 - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimento para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 151 - As vantagens pecuniárias percebidas pelos funcionários não serão computadas nem acumuladas, para concessão de vantagens ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Artigo 152 - A lei estabelecerá a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos funcionários públicos municipais, observado o disposto no artigo 153.

Artigo 153 - O limite máximo da remuneração percebida em espécie, qualquer título, pelos funcionários públicos será correspondente à remuneração percebida, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Remuneração percebida em espécie pelo Prefeito Municipal é o subsídio mais a verba de representação.

§ 2º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com o disposto neste artigo, serão imediatamente reduzidos ao limite dele decorrente, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido à irredutibilidade de vencimentos, ou percepção de excesso a qualquer título.

§ 3º - Não se considera para efeito desse artigo, as seguintes vantagens:-

I - diárias;

II - ajudas de custo;

III - gratificação de natal (13º salário);

IV - adicional de férias;

V - gratificação por tempo de serviço;

VI - salário família.

Artigo 154 - Ressalvado o disposto no § 2º do artigo anterior, os vencimentos dos funcionários públicos são irredutíveis.

Parágrafo Único - Os ocupantes de cargos efetivos, que exerçam função superior por mais de 2 anos consecutivos, terão incorporado os vencimentos e vantagens da função superior, inclusive para efeito de aposentadoria, ainda que retornem a seus cargos de origem.

Artigo 155 - O funcionário não perceberá:-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previsto neste Estatuto;

II - um terço da remuneração do dia, quando comparecer no serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o inicio do trabalho, ou se retirar até uma hora antes do seu término.

Artigo 156 - Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado à Administração Pública efetuar qualquer desconto nos vencimentos dos Servidores sem prévia e expressa autorização.

Parágrafo Único - Em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, a Administração deve descontar nos vencimentos de seus funcionários, a prestação alimentícia, nos termos e nos limites determinados pela sentença.

Artigo 157 - O horário de trabalho será fixado pela autoridade competente, de acordo com a natureza e a necessidade do serviço, cuja duração não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo aos exercentes de cargo em comissão, que permanecerão a livre disposição da autoridade nomeante.

Artigo 158 - O funcionário-estudante poderá ter sua jornada de trabalho reduzida em até uma hora, a critério da Administração.

Artigo 159 - A freqüência do funcionário será apurada:

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em ato próprio da autoridade competente, quanto aos funcionários não sujeitos a ponto.

Parágrafo Único - Para registro do ponto serão usados, de preferência, meios mecânicos.

CAPITULO II
DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

Artigo 160 - Além do vencimento, poderão ser concedidos ao funcionário as seguintes vantagens:-

I - diárias;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

II - gratificações;

III - ajudas de custo;

IV - adicionais por tempo de serviço;

V - salário família;

VI - auxílio natalidade;

VII - auxílio para diferença de caixa;

VIII - adicional noturno

SEÇÃO I
DAS DIARIAS

Artigo 161 - Ao funcionário que, por determinação da autoridade competente, se deslocar do Município temporariamente, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da Administração, serão concedidas, além do transporte, diária à título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases a serem fixadas em lei.

Parágrafo Único - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pousada fora do Município.

Artigo 162 - O funcionário que receber diárias e não se afastar do Município por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no "caput".

SEÇÃO II
DAS GRATIFICAÇÕES

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 163 - Será concedida gratificação:-

I - pela prestação de serviços extraordinários;

II - pela execução de trabalho insalubre, perigoso ou penoso;

III - pela participação em órgão de deliberação coletiva ou banca examinadora;

IV - gratificação para médicos e dentistas;

V - de natal (13º salário);

VI - de função.

SUBSEÇÃO I
DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Artigo 164 - O funcionário público ocupante de cargo de provimento efetivo, quando convocado para trabalhar em horário diverso de seu expediente, terá direito a gratificação por serviços extraordinários.

§ 1º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário com objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.

§ 2º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário a ocupante de cargo em comissão.

Artigo 165 - A gratificação será paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado, que exceda o período normal do expediente, acrescido cinqüenta por cento do valor da hora normal de trabalho.

§ 1º - Salvo os casos de convocação de emergência, devidamente justificados, o serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias.

§ 2º - Quando o serviço extraordinário for noturno, assim entendido o que for prestado no período compreendido entre vinte e duas e cinco horas, o valor será acrescido de mais vinte por cento.

§ 3º - Quando o serviço extraordinário for prestado em domingo e feriado, o funcionário receberá em dobro as horas trabalhadas.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

SUBSEÇÃO III
DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ORGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA OU BANCA EXAMINADORA

Artigo 171 - Ao funcionário público designado para participar em órgão de deliberação coletiva ou aquele que participar como membro ou auxiliar de banca ou comissão examinadora de concurso público, será concedida gratificação de 10%

Parágrafo Unico - A gratificação poderá ser paga tantas vezes quanto for o funcionário designado para o exercício do encargo a que se refere o "caput" deste artigo, nunca se incorporando aos vencimentos do funcionário.

SUBSEÇÃO IV
DA GRATIFICAÇÃO PARA MÉDICOS E DENTISTAS

Artigo 172 - Os funcionários médicos e dentistas, lotados no setor municipal de saúde, em efetivo exercício, terão uma gratificação mensal de 25% (vinte e cinco por cento), sobre a remuneração percebida.

Parágrafo único - Os funcionários referidos no "caput" deste artigo, somente terão jus a gratificação,se durante o mês trabalhado, não tiverem nenhuma falta, ainda que justificada.

SUBSEÇÃO V
DA GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALARIO)

Artigo 173 - O funcionário terá direito a uma gratificação de Natal a ser paga até o dia 20 no mês de dezembro de cada ano.

§ 1º - A gratificação prevista neste artigo corresponderá a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§ 2º - Será considerada para efeito de cálculo de gratificação natalina, a média duodecimal das horas extras efetuadas no decorrer do ano vigente.

§ 3º - O servidor poderá pleitear até o dia 31 de janeiro, se quiser, a metade de sua gratificação de natal (13º salário) para recebimento junto com suas férias.

Artigo 174 - O funcionário exonerado ou demitido perceberá o décimo terceiro salário proporcionalmente aos meses de exercício, calculado sobre a remuneração do mês da exoneração.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

39

anos contínuos de efetivo desempenho de suas atribuições no serviço público municipal, perceberá adicional por tempo de serviço, calculado à razão de cinco por cento sobre o seu vencimento, ao qual se incorporará para todos os efeitos, exceto para fim de

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

40

Artigo 186 - O valor do salário família será fixado nos termos de Lei Federal.

Artigo 187 - Todo aquele que por ação ou omissão efetuar pagamento indevido de salário família, ficará obrigado a restituir o indébito, sem prejuízos das demais cominações legais.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

41

Parágrafo Único - Considera-se responsável, para todos os efeitos, aquele que houver firmado atestados ou declarações falsas, para instrução do pedido de salário família.

SEÇÃO VI
DO AUXILIO NATALIDADE

Artigo 188 - A título de auxílio-natalidade o funcionário terá direito, por nascimento de cada filho, à importância correspondente à 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

§ 1º - Quando o pai e a mãe forem servidores municipais e viverem em comum, o auxílio-natalidade será concedido ao pai.

§ 2º - O auxílio-natalidade será pago até trinta dias contados da data da apresentação, pelo funcionário, da certidão de nascimento respectiva.

§ 3º - O benefício de que se trata o "caput" será devido também ao natimorto, desde que devidamente registrado.

SEÇÃO VII
DO AUXILIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

Artigo 189 - O auxílio para diferença de caixa, concedido aos tesoureiros ou caixas que, no exercício do cargo, paguem ou recebam em moeda corrente, é fixado em 10% (dez por cento), sobre o valor do seu vencimento.

Parágrafo Único - O auxílio só será devido enquanto o funcionário estiver efetivamente, executando serviços de pagamento ou recebimento, não se incorporando ao seu vencimento.

SEÇÃO VIII
DO ADICIONAL NOTURNO

Artigo 190 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.

TITULO V
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I
DOS DEVERES

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 191 - Serão deveres do funcionário além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo o dos que decorrem, em geral, de sua condição de servidor público:-

I - comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinários, quando convocado;

II - cumprir as determinações superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando manifestamente ilegais;

III - executar os serviços que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos que lhe for incumbido;

IV - tratar com urbanidade os colegas e o público em geral, atendendo este sem preferência pessoal;

V - providenciar para que sempre esteja atualizada, no assentamento individual, sua declaração de família, de residência e de domicílio;

VI - manter cooperação e solidariedade com relação aos companheiros de trabalho;

VII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado;

VIII - representar aos superiores sobre irregularidades de que tenha conhecimento;

IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

X - atender, com preferência a qualquer outro serviço, as requisições de documentos, papéis, informações ou providências destinadas à defesa da Fazenda Municipal;

XI - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

XIII - ser leal às instituições a que servir;

XIV - manter observância às normas legais e regulamentos;

XV - atender com presteza:

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

VII - compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuges, companheiro ou parente até o segundo grau;

IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

X - exercer comércio entre os companheiros de serviço no local de trabalho;

XI - valer-se de sua qualidade de funcionário, para obter proveito pessoal para si ou para outrem;

XII - pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições municipais, salvo quando se tratar de interesse do cônjuge ou de parentes, até segundo grau;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem prévia autorização do chefe do Executivo Municipal;

XIV - receber de terceiros qualquer vantagem, por trabalhos realizados na repartição, ou pela promessa de realizá-los;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

XVII - fazer com a Administração Direta ou Indireta contratos de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços com fins lucrativos, para si ou como representante de outrem;

XVIII - exercer ineficientemente suas funções;

XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais do serviço público para fins particulares ou ainda utilizar da sua condição de funcionário público para ratificar atos de sua vida particular;

XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

CAPITULO III
DA RESPONSABILIDADE

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 193 - O funcionário responderá civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Artigo 194 - A responsabilidade civil decorrerá de con-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Artigo 199 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes funcionais atendendo-se, sempre, a devida proporção entre o ato praticado e a pena a ser aplicada.

Artigo 200 - A advertência por escrito, nos casos de violação de proibição constante no artigo 192, incisos I a XX, é de observância de dever funcional.

Artigo 201 - A pena de multa ou repreensão será aplicada por escrito, nos casos de reincidência em infração sujeita à pena de advertência.

Artigo 202 - A pena de suspensão, que não excederá a noventa dias, será aplicada:-

I - até trinta dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - em caso de reincidência de infração sujeita à pena de repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infrações sujeitas à pena de demissão.

Artigo 203 - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Artigo 204 - A pena de demissão será aplicada nos casos de:-

I - crime contra a Administração Pública;

II - abandono do cargo ou falta de assiduidade habitual;

III - incontinência pública e embriaguez habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física, em serviço, contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

VI - aplicação irregular do dinheiro público;

VII - lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio público municipal;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 210 - Para aplicação das penalidades, são competentes:-

I - O Prefeito, a Mesa da Câmara ou o diretor de autarquia ou fundação pública, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade e suspensão por mais de trinta dias;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo
CGC 67.172.312/0001-53
TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

II - Os secretários ou chefes imediatos, nos demais casos de suspensão;

III - As autoridades administrativas, com relação aos seus subordinados, nos casos de advertência e repreensão.

CAPITULO IV
DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 211 - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a apuração imediata dos fatos e a responsabilidade, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, sendo assegurado ao funcionário o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 1º - As providências para a apuração terão inicio, a partir do conhecimento dos fatos e serão tomadas na unidade onde estes ocorreram, devendo consistir, no mínimo, de um relatório circunstanciado sobre o que se verificou.

§ 2º - A averiguação preliminar de que trata o parágrafo anterior deverá ser cometida a funcionário ou comissão de funcionários previamente designada para tal finalidade.

SEÇÃO II
DA SINDICANCIA

Artigo 212 - A sindicância é a peça preliminar e informativa do processo administrativo disciplinar, devendo ser promovida quando os fatos não estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria da infração.

Artigo 213 - A sindicância não comporta o contraditório constituindo-se em procedimento de investigação e não de punição.

Artigo 214 - A sindicância deverá ser concluída no prazo de trinta dias, que só poderá ser prorrogado por um único e igual período mediante solicitação fundamentada.

Artigo 215 - Da sindicância instaurada pela autoridade, poderá resultar:-

I - o arquivamento do processo desde que os fatos não

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 218 - O processo será realizado por comissão de três funcionários efetivos, de condição hierárquica igual ou superior à do indiciado, designada pela autoridade competente.

§ 1º - No ato de designação da comissão processante, um de seus membros será incumbido de, como presidente, dirigir os trabalhos.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo
CGC 67.172.312/0001-53
TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

§ 2º - O presidente da comissão designará um funcionário, que poderá ser um dos membros da comissão, para secretariar seus trabalhos.

Artigo 219 - A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Artigo 220 - O prazo para conclusão do processo administrativo será de sessenta dias, a contar da citação do funcionário acusado, prorrogáveis por igual período, mediante autorização de quem tenha determinado a sua instauração.

Parágrafo Único - Em caso de mais de um funcionário acusado, o prazo previsto neste artigo será em dobro.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Artigo 221 - O processo administrativo será iniciado pela citação pessoal do funcionário, tomando-se suas declarações e oferecendo-lhe oportunidade para acompanhar todas as fases do processo.

Parágrafo Único - Achando-se o funcionário ausente do lugar, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo administrativo o comprovante de registro, não sendo encontrado o funcionário ou ignorando-se o seu paradeiro, a citação se fará no prazo de quinze dias, por edital inserto por três vezes seguidas no órgão de imprensa oficial.

Artigo 222 - A autoridade processante realizará todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando necessário, a técnicos ou peritos.

Artigo 223 - As diligências, depoimentos de testemunhas e esclarecimentos técnicos ou periciais serão reduzidos a termo nos autos do processo administrativo.

Artigo 224 - Feita a citação sem que compareça o funcionário, o processo administrativo prosseguirá à sua revelia.

§ 1º - Será dispensado termo, no tocante à manifestação de técnico ou perito, se por este for elaborado laudo para ser juntado aos outros.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

§ 2º - Os depoimentos de testemunhas serão tomados em audiência, na presença do funcionário que para tanto será pessoal e regularmente intimado.

Artigo 225 - Se as irregularidades apuradas no processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará certidões das suas peças necessárias ao órgão competente, para instauração de inquérito policial.

Artigo 226 - A autoridade processante assegurará ao funcionário todos os meios adequados à ampla defesa.

§ 1º - O funcionário poderá constituir procurador para fazer sua defesa.

§ 2º - Em caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, advogado do Município que se incumba da defesa do funcionário.

Artigo 227 - Tomadas as declarações do funcionário ser-lhe-á dado prazo de cinco dias, com visto do processo, para oferecer defesa prévia e requerer provas.

Parágrafo Único - Havendo dois ou mais funcionários, o prazo será comum e de dez dias, contados a partir das declarações do último deles.

Artigo 228 - Encerrada a instauração do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao funcionário ou a seu defensor, para que, no prazo de oito dias, apresente suas razões finais de defesa.

Parágrafo Único - O prazo será comum e de quinze dias, se forem dois ou mais funcionários.

Artigo 229 - Apresentada ou não a defesa final, após o decurso do prazo, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando o relatório fundamentado, no qual proporá, a absolvição ou punição do funcionário, indicado, neste caso, a pena cabível bem como o seu embasamento legal.

Parágrafo Único - O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa final.

Artigo 230 - A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestarem os esclarecimentos que forem necessários.

Artigo 231 - Recebido o processo com o relatório, a

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

autoridade competente proferirá a decisão, em dez dias, por despacho motivado, prorrogáveis por tempo igual.

§ 1º - Se o processo não for decidido no prazo legal o indiciado, se estiver afastado, reassumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando decisão.

§ 2º - Nos casos de alcance ou malversação dos dinheiros públicos, apurados nos autos, o afastamento prolongar-se-á até a decisão final do processo.

Artigo 232 - Da decisão final será cabível revisão prevista nesta lei.

Artigo 233 - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo, desde que reconhecida a sua inocência.

Artigo 234 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para a instauração de novo processo.

Artigo 235 - Quando a infração disciplinar estiver capitulada como crime na lei penal, o processo administrativo será remetido ao Ministério Público.

SEÇÃO V
DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 236 - A revisão será recebida e processada mediante requerimento quando:-

I - a decisão for manifestadamente contrária ao dispositivo legal, ou à evidência dos outros;

II - surgirem, após a decisão, provas de inocência do punido.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de penalidade injusta.

§ 2º - A revisão poderá se verificada a qualquer tempo, não sendo vedada agravação da pena.

§ 3º - O pedido de revisão poderá ser formulado mesmo após o falecimento do punido.

Artigo 237 - O pedido de revisão será sempre dirigido a autoridade competente para instaurá-lo, que decidirá sobre o seu processamento.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Artigo 238 - Estará impedida de funcionar no processo revisional a comissão que participou do processo disciplinar primitivo.

Artigo 239 - Julgada procedente a revisão, a autoridade competente determinará a redução, o cancelamento ou a anulação da pena.

Parágrafo Único - A decisão deverá ser sempre fundamentada e publicada pelo órgão oficial do Município, ou na sua falta afixada no quadro de publicações, da sede da prefeitura e Câmara Municipal.

Artigo 240 - Aplica-se ao processo de revisão, no que couber, o previsto neste Estatuto para o processo disciplinar.

TITULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 241 - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se do vencimento, salvo expressa disposição em contrário.

Parágrafo Único - Considera-se prorrogação o prazo até o primeiro dia útil, se o término ocorrer sábado, domingo, feriado ou em dia que:-

I - não haja expediente;

II - o expediente for encerrado antes do horário normal

Artigo 242 - São isentos de qualquer pagamento os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativa, interessem ao servidor público municipal, ativo ou inativo.

Artigo 243 - Os ocupantes de empregos permanentes que já se submeteram a concurso público, serão automaticamente efetivado nos cargos, levando as vantagens advindas do tempo se serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

Artigo 244 - Os ocupantes de empregos permanentes ao se

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

submeterem a concurso público para fins de efetivação em cargos, levarão as vantagens advindas do tempo de serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

Artigo 245 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 246 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1995.

Artigo 247 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 15 de setembro de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal.

LUCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCANTARA
Chefe de Expediente e Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

AUTÓGRAFO Nº052/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/95

Institui o Código de Posturas do Município de Holambra e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal, aprovou, a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Fica instituído o Código de Posturas do Município de Holambra.

Artigo 2º - Este Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene pública, do bem-estar público, da localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como as correspondentes relações jurídicas entre o Poder Público Municipal e os munícipes.

Artigo 3º - Ao Prefeito e aos servidores públicos municipais em geral compete cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Código.

Artigo 4º - Toda pessoa física ou jurídica, sujeita às prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

Artigo 5º - Para efeito da presente lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Alvará de Funcionamento: é o documento expedido pela Prefeitura Municipal para que o estabelecimento possa atuar dentro dos limites do Município.

II - Alvará de Localização: é o documento expedido pela Prefeitura Municipal para que o estabelecimento possa situar dentro dos limites do Município.

III - Alvará de Estacionamento: é o documento pelo qual

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

é autorizada a utilização do veículo para a prestação dos serviços, bem como seu estacionamento em via pública, nos pontos previamente estabelecidos.

IV - Termo de Permissão: é o ato administrativo discricionário unilateral pelo qual a administração municipal faculta, ao particular, o desempenho de serviços de interesse coletivo ou o uso especial de bens públicos quer a título gratuito, quer remunerado, preenchidas as condições estabelecidas pela municipalidade

V - Registro de Condutor: é a inscrição do profissional no cadastro municipal como motorista.

VI - Termo de Autorização: é o documento expedido pela Prefeitura Municipal que autoriza ao requerente a execução de serviços ou obras solicitadas.

CAPÍTULO II

Da Higiene Pública e Controle Ambiental

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 6º - Compete à Prefeitura zelar pela higiene pública, visando a melhoria do ambiente e a saúde e o bem-estar da população, favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da expectativa de vida.

Artigo 7º - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas.

Artigo 8º - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único - A Prefeitura tomará as providências cabíveis no caso, quando for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada destas.

Seção II - Da Higiene das Vias Públicas

Artigo 9º - O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Artigo 10 - Os munícipes são responsáveis pela limpeza

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

do passeio e sarjeta fronteiriças à sua residência, comércio ou indústria.

§ 1º - A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º - É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Artigo 11 - É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para via pública, e bem assim despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames, propaganda política ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Artigo 12 - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Artigo 13 - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido:

I - lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;
II - lavar veículos nas vias públicas, inclusive passeios;
III - consentir no escoamento de águas servidas das residências para a rua;
IV - conduzir, sem as precauções devidas,quaisquer que possam comprometer o asseio das vias públicas;
V - queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer materiais em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
VI - aterrar vias ou logradouros com lixo ou quaisquer detritos sem a devida técnica;
VII - conduzir para a cidade, vilas ou povoados do Município, doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Artigo 14 - É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Artigo 15 - É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro urbano da cidade e povoações, de indústrias que pela natureza dos produtos,pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública, e as que sejam poluidoras tanto do ar como da água ou sonoras.

Parágrafo Único - As que puderem ter seus elementos de poluição controladas por meio de filtros, decantadores ou outros meios, poderão ser instaladas desde que mantenham em funcionamen-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

to tais equipamentos e obedeçam às normas técnicas e outras exigências da Prefeitura.

Artigo 16 - Não é permitida a instalação de estrumeiras ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado, no perímetro urbano.

Seção III - Da Higiene das Habitações e Terrenos

Artigo 17 - Os prédios urbanos ou suburbanos deverão ser caiados ou pintados de cinco em cinco anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.

§ 1º - No caso de não observância deste artigo, haverá nova cominação da pena a cada transcurso de 6 (seis) meses.

§ 2º - A Prefeitura poderá manter pintores e executar os serviços solicitados, cobrando o preço de custo, nele incluídos os encargos sociais e mais 20% de administração.

Artigo 18 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

§ 1º - É vedado o uso de fogo para a limpeza de terrenos.

§ 2º - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósitos de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.

Artigo 19 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo Único - As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

Artigo 20 - O dono do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior. Se o dono deste fizer obras de arte, para facilitar o escoamento, procederá de modo que não piore a condição natural e anterior do outro.

Artigo 21 - Se o proprietário não cumprir as obrigações fixadas nessa seção, a Prefeitura executará ou fará executar por administração o serviço, cobrando as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento), a título de administração, além da multa que couber.

Artigo 22 - O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas ou sacos plásticos, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - Não serão considerados como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, ou restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Artigo 23 - Os prédios de apartamentos e de habitação coletiva deverão ser dotados de coletora de lixo, convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivos para limpeza e lavagem.

Artigo 24 - Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgoto poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento de água banheiros e privadas em número proporcional dos seus moradores.

§ 2º - Não será permitida nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados, providos de rede de abastecimento suficiente de água e esgotos sanitários a abertura ou manutenção de cisternas e/ou fossas.

Artigo 25 - As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, e de estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos.

Parágrafo Único - Em casos especiais, a critério da Assessoria de Planejamento, as chaminés poderão ser substituídas por aparelhamento eficiente que produza idêntico efeito.

Artigo 26 - Na execução de toda e qualquer edificação, bem na reforma ou ampliação, os materiais utilizados deverão satisfazer às normas compatíveis com o seu uso na construção, atendendo ao que dispõe a ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas - em relação a cada caso.

§ 1º - Os coeficientes de segurança para os diversos materiais serão fixados pela ABNT.

§ 2º- Os materiais utilizados para paredes, portas, janelas, pisos, coberturas e forros deverão atender aos mínimos exigidos pelas normas técnicas oficiais quanto à resistência ao fogo e isolamento térmico e acústico.

Artigo 27 - Nas paredes situadas junto à divisas dos lotes não podem ser abertas janelas ou portas, e as respectivas fundações não podem invadir o subsolo do lote vizinho, sem o con-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

sentimento do proprietário deste.

Artigo 28 - Os proprietários são obrigados a conservar os edifícios e respectivas dependências em bom estado de estabilidade e higiene, a fim de não comprometer a segurança e a saúde dos seus ocupantes, dos vizinhos ou dos transeuntes.

Artigo 29 - A conservação dos materiais e da pintura das fachadas, deverá ser feita de maneira a garantir o bom aspecto do edifício e da via pública.

Artigo 30 - As reclamações de proprietário contra danos ou distúrbios ocasionados por um imóvel vizinho, somente serão consideradas na parte referente à aplicação deste Código.

Artigo 31 - Constatando o mau estado de conservação de um edifício, o seu proprietário será intimado a proceder aos serviços necessários e concedido um prazo para a sua execução.

Parágrafo Único - Da intimação constará a relação de todos os serviços a executar e os prazos concedidos.

Artigo 32 - Não sendo atendida a intimação tratada no artigo anterior, no prazo determinado, a Prefeitura interditará o edifício até que sejam executados os serviços constantes da intimação.

Parágrafo Único - Não sendo cumprida a decisão, a Prefeitura promoverá a interdição pelos meios legais.

Artigo 33 - Aos proprietários dos prédios em ruínas e desabitados, será concedido um prazo, mediante intimação, para reformá-los, colocando-os de acordo com esta Lei.

Parágrafo Único - Findo o prazo fixado na intimação, se os serviços não estiverem feitos, deverá o proprietário proceder a demolição do edifício.

Artigo 34 - Quando se constatar, em perícia técnica, que um edifício oferece risco de ruir, a repartição competente tomará as medidas:

I - interditará o edifício;

II - intimará o proprietário, a iniciar,no prazo máximo de 48 h(quarenta e oito horas), os serviços de consolidação ou de demolição.

Parágrafo Único - No caso de o proprietário não atender a intimação, a Prefeitura recorrerá aos meios legais para executar a sua decisão.

Artigo 35 - Quando constatado o perigo iminente de ruína, a Prefeitura solicitará da autoridade competente as providências para desocupação do edifício e executará os serviços necessários à sua consolidação, ou à sua demolição, se esta for necessária.

Parágrafo Único - As despesas verificadas na execução

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

das medidas previstas neste artigo, serão cobradas do proprietário.

Seção IV - Da Higiene dos Alimentos

Artigo 36 - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinada a ser ingerida pelo homem, excetuados os medicamentos.

Artigo 37 - Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo poderá determinar a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Artigo 38 - Nas quitandas, mercearias e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - o estabelecimento terá, para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações.

II - as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas um metro no mínimo das ombreiras das portas externas.

Parágrafo Único - É proibida a utilização para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes e frutas.

Artigo 39 - É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

I - aves doentes;

II - frutas que não tenham atingido o grau máximo de evolução do tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedade, apropriadas ao consumo, ou que não apresentem o grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas;

III -legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 40 - Toda água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Artigo 41 - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Artigo 42 - Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Capítulo que lhe são aplicáveis, deverão observar ainda as seguintes:

I - terem veículos aprovados e vistoriados pela Prefeitura;

II - velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

III - terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e de insetos;

IV - usarem vestuários adequados e limpos;

V - manterem-se rigorosamente asseados.

§ 1º - Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata, é proibido tocá-los com as mãos sob pena de multa sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 2º - Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais nos quais seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda.

Artigo 43 - A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios, de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

§ 1º - É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as partes das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º - A apresentação de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios poderão ser feitas em vasilhas abertas.

Seção V - Da Higiene dos Estabelecimentos

Artigo 44 - Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

I - a lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;

III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas ventiladas, não podendo ficar expostos à poeira e a insetos.

Artigo 45 - Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Artigo 46 - Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo Único - Os oficiais ou empregados usarão durante o trabalho, blusas brancas, apropriadas, rigorosamente limpas.

Artigo 47 - Os açougues e peixarias deverão atender pelo menos às seguintes condições específicas para a sua instalação e funcionamento:

I - ser dotados de torneiras e de pias apropriadas;

II - ter balcões com tampo de material impermeável e lavável;

III - ter câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade proporcional às suas necessidades.

Artigo 48 - Nos açougues só poderão entrar carnes provenientes dos matadouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas e carimbadas e conduzidas em veículos apropriados.

Artigo 49 - Os responsáveis por açougues e peixarias são obrigados a observar as seguintes prescrições de higiene:

I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene;

II - não guardar na sala de talho objetos que lhe sejam estranhos.

Artigo 50 - Novas instalações de estábulos, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres, só serão permitidas na zona rural.

Artigo 51 - Na zona urbana, as cocheiras e estábulos existentes na cidade, e vilas do Município, além da observância de outras disposições deste código, que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - possuir muros divisórios com 2,50 metros de altura

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

mínima separando-as dos terrenos limítrofes;

II - conservar a distância mínima de 10,00 metros entre a construção e a divisa do lote;

III - possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas das chuvas;

IV - possuir depósito para estrume, à prova de inseto com a capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para a zona rural;

V - possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;

VI - manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;

VII - obedecer a um recuo de pelo menos dez metros do alinhamento do logradouro.

Artigo 52 - As granjas avícolas, existentes em zonas urbanas à data da publicação deste código, poderão continuar suas atividades no estado em que se encontram ou devidamente adaptadas, desde que não causem prejuízo à saúde pública e ao bem-estar das populações.

Parágrafo Único - Para determinar ou aprovar medidas técnicas de adaptação, a Assessoria de Planejamento ouvirá, sempre que necessário, os órgãos especializados da Secretaria da Agricultura, com vistas a que as medidas sanitárias não sejam incompatíveis com a técnica avícola.

Artigo 53 - Verificada a impossibilidade de se cumprir o disposto no artigo anterior, a Assessoria de Planejamento fixará prazo para seu fechamento ou remoção, obedecendo ao seguinte critério:

I - granjas de aves de corte - prazo mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

II - granjas de produção de ovos - prazo mínimo de 6 (seis) e máximo de 30 (trinta) meses.

Artigo 54 - Os estábulos, cocheiras e estabelecimentos congêneres deverão ser removidos, no prazo máximo de um ano, quando situados em áreas urbanas e a critério da Assessoria de Planejamento quando o local se tornar núcleo de população densa.

§ 1º - Os estabelecimentos destinados a animais de tratamento em zonas urbanas poderão ser tolerados, desde que hajam sido regularmente implantados antes da vigência deste código e tomem medidas de higiene adequadas.

§ 2º - Os estabelecimentos a que se refere o parágrafo anterior deste artigo que venham a ser instalados na vigência desta lei se submeterão às suas disposições e se localizados na zona urbana, seu licenciamento se condicionará à prévia manifestação da Assessoria de Planejamento.

Artigo 55 - O piso dos estábulos, cocheiras, granjas de

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

aves de corte e estabelecimentos congêneres deve ser mais elevado que o solo exterior, revestido de camada resistente e impermeável e ter declividade mínima de 0,5% até o conduto que receba e encaminhe os resíduos líquidos para a rede de esgotos ou instalações de tratamento adequadas, sendo vedado o despejo dos resíduos na via pública.

Parágrafo Único - Poderão ser dispensados os revestimentos impermeáveis dos pisos, quando se tratar de criação de aves em gaiolas ou ripados desde que os galpões sejam convenientemente ventilados e tomadas medidas adequadas contra a proliferação de moscas, parasitas e desprendimentos de odores.

Artigo 56 - Novas instalações de estábulos, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres devem ficar à distância mínima de 50 (cinquenta) metros dos limites dos terrenos vizinhos e das faixas de domínio das estradas.

Artigo 57 - Os estábulos, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres, não beneficiados pelos sistemas públicos de água e esgoto, ficam obrigados a adotar medidas a serem aprovadas pelas autoridades municipais no que concerne à provisão suficiente de água e à disposição dos resíduos sólidos e líquidos.

Artigo 58 - Nos estabelecimentos referidos no presente capítulo, serão permitidos compartimentos habitáveis, destinados aos tratores, desde que fiquem completamente isolados.

Artigo 59 - No controle dos carrapatos a Prefeitura, com a colaboração dos órgãos especializados, adotará o seguinte procedimento;

I - exame dos indivíduos, inspeção dos hospedeiros domésticos e levantamento dos abrigos;

II - combate aos carrapatos nos hospedeiros e abrigos;

III - solicitação, conforme o caso, da colaboração de outros órgãos públicos;

IV - orientação técnica sobre as medidas de proteção individual e coletiva, vigilância e promoção de medidas educativas, juntamente conforme o caso, com outros órgãos públicos.

Artigo 60 - As empresas especializadas na manipulação ou aplicação de inseticidas e de raticidas somente poderão funcionar mediante registro no órgão sanitário competente e na Prefeitura Municipal, previamente ouvida, quanto à localização, à Assessoria de Planejamento.

Artigo 61 - Os estabelecimentos das empresas referidas no artigo anterior além de obedecer ao disposto para os estabelecimentos de trabalho, no que lhes for aplicáveis, deverão ter:

I - local independente destinado à manipulação e preparo de formulações;

II - local para armazenamento de matérias-primas e de

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

produtos preparados;

III - local para laboratório de controle;

IV - instalações sanitárias dotadas de um chuveiro para cada 10 empregados no mínimo.

Parágrafo Único - Os locais de que trata este artigo deverão ser isolados das demais dependências do estabelecimento.

Artigo 62 - Os estabelecimentos referidos neste capítulo deverão adotar medidas especiais para proteger a população contra danos ou incômodos, resultantes da manipulação dos produtos inseticidas ou raticidas.

Seção VI - Arborização de vias e logradouros públicos, preservação de bosques parques e jardins.

Artigo 63 - Compete ao Departamento de Obras e Serviços Públicos, pelo Setor de Parques e Jardins, a arborização das vias e logradouros públicos.

§ 1º - Fica facultado a todo munícipe, o plantio de árvores defronte ao prédio de sua residência, ou ao de terreno de sua propriedade, respeitadas as normas e especificações baixadas pela Assessoria de Planejamento, no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - As despesas do preparo do local para o plantio de árvore oferecida pelos munícipios, ficam a cargo da Prefeitura.

§ 3º - As árvores são consideradas bens públicos, vedada a sua utilização como apoio ou suporte de objetos e instalações de qualquer natureza.

Artigo 64 - A poda, remoção ou extração de árvores só poderá ser feita pelo Setor de Parques e Jardins, constatada a real necessidade da medida, mediante parecer técnico aprovado pelo Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos, ou pelo Prefeito Municipal.

Artigo 65 - O sacrifício ou dano de árvore por ato de particular, devidamente comprovado, acarretará ao responsável, multas de 05 (cinco) a 10 (dez) valores de referência, variáveis de acordo com o porte e a espécie danificada.

Artigo 66 - Os danos causados a plantas e equipamentos de bosques, parques e jardins, sujeitarão os responsáveis ao pagamento de indenização avaliada por técnicos indicados pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos.

Artigo 67 - Os munícipes deverão respeitar as seguintes normas e especificações com referência ao plantio de árvores defronte ao prédio de sua residência ou terreno de sua propriedade:

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

I - dimensões da cova: 0,50 m (cinquenta centímetros), de diâmetro, por 0,50 m (cinquenta centímetros) de profundidade, com bordas protetoras de 0,10 m (dez centímetros), de altura, aproximadamente, ou um quadrado de 0,60 X 0,60 m ou uma área equivalente a 0,40 m2. A borda do anel ou quadrado mais próximo da guia deverá ficar a 0,50 m (cinquenta centímetros) dela.

II - no ato da abertura da cova, a parte da terra correspondente aos primeiros 0,20 m (vinte centímetros) de escavação deverá ser separada dos 0,30 m (trinta centímetros) restantes;

III - a muda será colocada na cova com o devido cuidado, preservando seu torrão, juntamente com uma estaca de madeira, que servirá de tutora à árvore;

IV - reaterro da cova: coloca-se em primeiro lugar, a terra correspondente aos 0,20 m (vinte centímetros) mencionados no inciso II, compactando-a; completa-se a cova com o restante da terra misturada com o esterco curtido, na proporção de 2 (dois) por 1 (um);

V - compacta-se a parte aterrada e amarra-se o tronco da árvore à estaca tutora;

VI - a muda deverá ser irrigada diariamente, com uma média de 10 (dez) litros de água por dia.

Artigo 68 - Na escolha da árvore a ser plantada, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - a largura da rua e do passeio, recuo da construção por ventura existente no local;

II - existência ou não de fiação aérea;

III - existência ou não, de dutos ou tubulações subterrâneas (redes de água ou esgoto, telefone, etc.);

IV - sistema radicular não superficial, evitando-se danos futuros ao passeio;

V - árvore que dê frutos pequenos e não tóxicos;

VI - bom desenvolvimento;

VII - porte pequeno ou médio, quando adultas;

VIII - resistência a pragas e moléstias.

Artigo 69 - É vedado o uso de praças públicas e calçadas para jogos ou brincadeiras com bolas, bicicletas ou similares, excetuando-se os triciclos de pequeno porte.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às áreas de lazer a esse fim destinadas.

Artigo 70 - Os brinquedos existentes em praças públicas, destinam-se às crianças de idade até 12 (doze) anos.

Artigo 71 - A Prefeitura colaborará com o estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Artigo 72 - Para evitar a propagação de incêndios, ob-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

servar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Artigo 73 - A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de, no mínimo, sete metros de largura;

II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de doze horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Artigo 74 - A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo Único - Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Artigo 75 - A derrubada de mata natural dependerá de licença da Prefeitura, e demais Órgãos Públicos competente.

Parágrafo Único - A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública.

Artigo 76 - É expressamente proibido o corte ou danificação de árvores ou arbustos nos logradouros, jardins e parques públicos.

Seção VII - Proteção Ambiental

Artigo 77 - É dever da Prefeitura articular-se com os órgãos competentes do Estado e da União para fiscalizar ou proibir no Município as atividades que, direta ou indiretamente:

I - criem ou possam criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;
II - prejudiquem a fauna e a flora;
III - disseminem resíduos como óleo, graxa e lixo;

IV - prejudiquem a utilização dos recursos naturais para fins domésticos, agropecuário, de piscicultura, recreativo, e para outros objetivos perseguidos pela comunidade.

§ 1º - Inclui-se no conceito de meio ambiente, a água superficial ou de subsolo, o solo de propriedade pública, privada ou de uso comum, a atmosfera, a vegetação.

§ 2º - O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de projetos ou atividades que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 3º - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras particulares ou pública capazes de causar danos ao meio ambiente.

Artigo 78 - Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio ambiente serão aplicadas, além das multas previstas nesta Lei, a interdição das atividades, observada a legislação estadual e federal a respeito.

Seção VIII - Saneamento nas Zonas Rurais

Artigo 79 - As habitações rurais obedecerão às exigências mínimas estabelecidas neste código, quanto às condições sanitárias, ajustadas as características e peculiaridades deste tipo de habitação.

Artigo 80 - É proibida a construção de casas de parede de barro e piso de terra.

Parágrafo Único - As casas de parede de barro existentes, não poderão ser reconstruídas.

Artigo 81 - A construção de casas de madeira ou outros materiais combustíveis, bem como a utilização de paredes com vazios entre suas faces, estará sujeita à aprovação da autoridade municipal.

Parágrafo Único - Essas construções serão assentadas sobre bases de alvenaria ou concreto de pelo menos 50 cm acima do solo.

Artigo 82 - O abastecimento de água potável terá captação, adução e reservatório adequado a prevenir a sua contaminação.

Parágrafo Único - Quando feito por meio de poços, estes deverão ser adequadamente protegidos contra infiltrações, queda de corpos estranhos e penetração de águas superficiais e serão dotados, pelo menos, de bomba manual para a retirada da água, não se permitindo o uso de sarilhos ou outros processos que possam contaminar a água.

Artigo 83 - O destino dos dejetos será feito de modo a não contaminar o solo e as águas superficiais ou subterrâneas que sejam utilizadas para consumo.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo é exigida no mínimo, a existência da privada com fossa séptica.

§ 2º - Quando houver instalações prediais de água e esgoto, estes serão dispostos no solo, mediante poços absorventes, ou por infiltração sub-superficial ou por filtração, antes

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

de serem lançados nos corpos de águas superficiais.

§ 3º - O lançamento dos esgotos com corpos de águas superficiais dependerá de autorização dos órgãos responsáveis pela proteção dos recursos hídricos.

§ 4º - Nenhuma fossa poderá estar situada em nível mais elevado nem a menos de 30 metros de nascentes, poços ou outros mananciais que sejam utilizados para abastecimento.

Artigo 84 - Não será permitida nas proximidades das habitações rurais, a distância menos que 50 metros a permanência de lixo ou estrume.

Parágrafo Único - Sempre que razões de saúde pública o exijam, a autoridade municipal poderá estabelecer medidas especiais quanto ao afastamento ou destino desses resíduos.

Artigo 85 - A Administração Municipal, além das exigências previstas nos artigos anteriores, poderá determinar outras que julgar de interesse para o bem estar social.

Artigo 86 - O Poder Municipal, poderá estabelecer medidas especiais em conjunto com proprietários rurais, quanto ao recolhimento seguro e inofensivo à saúde pública e ao eco-sistema das embalagens e recipientes inutilizáveis dos defensivos agrícolas.

Artigo 87 - O Lixo doméstico das colônias rurais, poderá ser recolhido pelo Poder Público Municipal, através da escala horária estabelecida pela Administração Municipal.

Capítulo III

Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública

Seção I - Da Ordem e Sossego Público

Artigo 88 - Compete à Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal, expedir alvará de funcionamento de casas e locais de divertimentos públicos.

Parágrafo Único - São considerados locais e casas de divertimentos públicos: teatro, cinema, boate, dancing, cabaré, taxi-girl, music-hall, grill-room, baile público, bar dançante, bar musical, restaurante dançante, restaurante musical, buffet, clubes, café e similares.

Artigo 89 - Os clubes noturnos e outros estabelecimentos de diversão deverão ser , obrigatoriamente, localizados e instalados de maneira que a vizinhança fique defendida de ruídos ou incômodos de qualquer natureza.

Artigo 90 - Nenhum estabelecimento referido no artigo anterior, poderá ser instalado dentro de um raio de 200,00 m (duzentos metros) onde se situem: escolas, hospitais e templos

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

religiosos.

Artigo 91 - É vedado instalar clubes noturnos de diversão em prédio onde existam residências.

Artigo 92 - Nos clubes noturnos e outros estabelecimentos de diversão, é obrigatória a observância no que lhes for aplicável, dos requisitos fixados para cinemas e auditórios quanto às condições de segurança, higiene, comodidade e conforto.

Artigo 93 - Os divertimentos públicos descritos no Parágrafo Único do artigo 86 só poderão funcionar com o "Alvará de Licença para Funcionamento" expedido com validade por 1 (um) ano, obedecidas as seguintes condições:

I - possuir planta aprovada, habite-se, abertura de firma e negativa de débitos municipais;

II - apresentar no Setor Competente da Prefeitura Municipal;

a) vistoria técnica efetuada por firma ou profissional liberal habilitado, seguido de laudo técnico, dispondo sobre as condições de segurança e estabilidade da construção;

b) vistoria técnica das instalações elétricas, efetuada por firma ou profissional liberal habilitado;

c) vistoria do Corpo de Bombeiros;

d) vistoria da Engenharia Sanitária;

e) placa na entrada do estabelecimento, colocada em lugar bem visível, indicando a lotação máxima do local.

Parágrafo Único - A lotação máxima do estabelecimento será determinada pelo Setor Competente da Prefeitura Municipal, que fará vistoria no local e aplicará os dispositivos do Código do Município.

Artigo 94 - O alvará de funcionamento de circos, quermesses, parques de diversões e outros semelhantes, será fornecido ao interessado mediante vistoria técnica executada pelo Setor Competente da Prefeitura, com elaboração de laudo técnico.

Artigo 95 - Os responsáveis pelos divertimentos públicos, obrigar-se-ão:

I - manter, durante o espetáculo pessoa idônea, para receber avisos, notificações, capaz de assumir responsabilidade perante as autoridades;

II - evitar que se faça, sob qualquer pretexto, a venda de ingressos excedendo a lotação da casa.

Artigo 96 - Os estabelecimentos de diversão noturna somente poderão funcionar entre 19 (dezenove) e 5 (cinco) horas.

Artigo 97 - Os clubes, associações recreativas e simi-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

lares poderão promover reuniões dançantes para seus associados no horário compreendido entre 21 (vinte e uma) e 4 (quatro) horas, ou vesperais entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) horas.

§ 1º - Aos sábados e vésperas de feriados, o horário acima referido poderá ser prorrogado até às 5 (cinco) horas.

Artigo 98 - As seções infantis dos parques de diversões poderão, nos sábados, domingos e feriados, funcionar a partir das 10 (dez) horas.

Artigo 99 - Qualquer estabelecimento mencionado na presente Lei, terá sua licença de funcionamento cassada pela Prefeitura, quando se tornar nocivo ao decoro, ao sossego e à ordem pública.

Artigo 100 - Será considerada infração qualquer inobservância as normas desta Lei.

Artigo 101 - O responsável pela infração fica sujeito às seguintes penalidades:

I - suspensão do alvará;

II - cassação do alvará;

§ 1º - A suspensão será determinada no caso de falta grave, pelo prazo de 5(cinco) a 30(trinta) dias.

§ 2º - O alvará será cassado quando:

I - não for satisfeita qualquer exigência prevista neste código;

II - quando forem desvirtuadas as finalidades do estabelecimento.

Artigo 102 - Os proprietários de bares, restaurantes e congêneres serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Artigo 103 - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos ou evitáveis, tais como:

I - os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II - os de buzinas ou similares, clarins, tímpanos, sinos ou quaisquer outros aparelhos no perímetro urbano. Das 22 às 6 horas do dia seguinte, é terminantemente proibido o uso desses instrumentos de som;

III - a propaganda realizada com alto-falantes, bumbos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura, que, em hipótese alguma, poderá ser autorizada antes das 10 (dez) e depois das 22 horas, ressalvadas as permissões da legislação eleitoral;

IV - os produzidos por armas de fogo;

V - os de morteiros, bobas e demais fogos ruidosos, tanto no perímetro urbano como em distâncias suficientes para perturbar o sossego público da cidade e povoações;

VI - os apitos ou silvos de sereias de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 20 segundos, sendo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

totalmente proibidos das 22 às 6 horas do dia seguinte;

VII - os batuques, congadas e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

§ 1º - Excetuam-se das proibições deste artigo:

1 - os dias de comemorações especiais, quando previamente autorizadas pela Prefeitura;

2 - os tímpanos, sinetas ou sirenas dos veículos de Assistência, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço;

3 - os apitos ou similares, somente quando necessários para o alerta dos guardas policiais, ficando proibidos os de rotina nas rondas noturnas.

§ 2º - Para os ensaios de fanfarras, escolas de samba etc., a Prefeitura determinará, mediante prévia solicitação, os locais e horários para sua realização.

Artigo 104 - Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos poderão ser tocados em rebate, por ocasião de incêndios, inundações ou outras calamidades públicas, e em dias de festas de Aleluia.

Artigo 105 - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído excessivo nas proximidades de hospitais, escolas e asilos.

Artigo 106 - As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta freqüência, chispas e ruídos prejudiciais à rádio recepção.

Parágrafo Único - As máquinas e aparelhos que a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das vinte horas nos dias úteis.

Artigo 107 - Nas vias públicas, jardins e praças, é proibido:

I - fazer algazarra, pronunciar palavras obscenas ou injuriosas, praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes ou de qualquer modo perturbar o sossego, a ordem e respeito;

II - dormir sobre bancos ou em qualquer dependência pública;

III - danificar os jardins e a arborização, bem como enfeites, placas indicativas, toldos e iluminação pública;

IV - andar pelas ruas e praças sem estar decentemente vestido, de acordo com os usos e costumes;

V- pichar muros, calçadas, paredes, placas indicativas ou qualquer objeto, bem como imóvel público ou particular.

Parágrafo Único - Quando as infrações a este artigo forem praticadas no período entre 22 horas e 6 horas do dia seguinte, e no caso de desrespeito à autoridade autuante,a multa será agravada.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Seção II - Dos Divertimentos Públicos

Artigo 108 - Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Artigo 109 - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Artigo 110 - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entrada como as de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;

II - as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

VI - serão tomadas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII - haverá bebedouro automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VIII - durante os espetáculos as portas não poderão ser trancadas e deverão estar em situação de fácil e rápida abertura e livre passagem;

IX - deverão possuir material de pulverização de inseticida;

X - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação;

XI - os aparelhos dos cinemas deverão estar em perfeitas condições de uso e os filmes deverão ser revisados antes do espetáculo, a fim de evitar cortes e interrupções, mais de uma interrupção em cada sessão,por falhas provenientes da inobservância do disposto neste inciso, ocasionarão multas previstas neste Código;

XII - os proprietários ou responsáveis pelas casas de diversões, cinemas e teatros, são obrigados a manter a vigilância sobre algazarras e barulhos que perturbem o espetáculo, terão, para isso, autoridade de exigir a retirada dos recalcitrantes e, caso assim não hajam, estarão sujeitos às multas previstas no artigo 360º.Qualquer espectador, prejudicado, poderá agir de acordo com o artigo 377º deste Código.

Artigo 111 - É proibido o uso de vasilhames de vidros e latas em locais abertos ou fechados onde se reúnam mais de cem

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

pessoas, tais como: bailes, iogas, competições, festivais, comícios, desfiles, etc.

Artigo 112 - Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação do ar.

Artigo 113 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados lugares, destinados às autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização, que terão livre ingresso, exclusivamente para o fim especificado neste artigo.

Artigo 114 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados lugares destinados aos deficientes físicos.

Artigo 115 - Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§ 1º - Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Artigo 116 - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Artigo 117 - Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 500m (quinhentos metros) de hospitais, casas de saúde, maternidade, templos religiosos e estabelecimentos de ensino.

Artigo 118 - Na localização de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população.

Artigo 119 - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público, dependem para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo Único - Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Artigo 120 - Os circos de pano, parques de diversões e locais de diversões de caráter transitório poderão ser instaladas

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

no Município, desde que obedeçam às exigências seguintes:

I - sejam instalados em terreno que constituam ou não logradouros públicos, ainda que os atinjam parcialmente;

II - estejam isolados, por espaço mínimo de 5,00 m (cinco metros) de qualquer edificação;

III - não perturbem o sossego dos moradores;

IV - não existam residências num raio de 30,00 m (trinta metros).

Artigo 121 - Autorizada a localização e feita a montagem, o funcionamento ficará dependendo da vistoria para verificação da segurança das instalações.

Artigo 122 - As licenças para funcionamento das diversões tratadas neste Capítulo nunca terão vigência superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Vencida a licença de funcionamento, poderá a mesma ser renovada pelo prazo máximo de mais 30 (trinta) dias, desde que o estabelecimento, a juízo da Prefeitura, não tenha apresentado inconveniência para a vizinhança ou para a coletividade.

Artigo 123 - Os circos, parques de diversões, e estabelecimentos congêneres deverão possuir instalações sanitárias provisórias, independente para cada sexo, na proporção mínima de uma bacia sanitária e um mictório para cada 200 freqüentadores em compartimentos separados.

§ 1º - Na construção dessas instalações sanitárias poderá ser permitido o emprego de madeira e de outros materiais em placas, devendo o piso receber revestimento liso e impermeável.

§ 2º - Será obrigatória a remoção das instalações sanitárias construídas nos termos do parágrafo anterior, e o aterro de fossas por ocasião da cessação das atividades que a elas deram origem.

Artigo 124 - Os estabelecimentos previstos nesta Seção estão sujeitos a vistoria pela autoridade municipal para efeito de licenciamento.

Parágrafo Único - Constatado em vistoria que o local apresenta condições satisfatórias, será expedido pela Assessoria de Planejamento o correspondente "Alvará de Funcionamento".

Artigo 125 - Sobre as aberturas de saída das salas de espetáculo propriamente ditas é obrigatória a instalação de luz de emergência, de cor vermelha, e ligada a circuito autônomo de eletricidade.

Artigo 126 - A coleta de lixo de circos, parques de diversões e similares será feita pela Prefeitura Municipal mediante pagamento de taxa estabelecida no ato da solicitação da licença de funcionamento.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Seção III - Trânsito Público

Artigo 127 - O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Artigo 128 - É proibido embaraçar, impedir por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para obras públicas ou quando exigências policiais e o interesse público o determinarem.

§ 1º - Somente a Prefeitura poderá determinar interrupções de trânsito quando houver interesse público, considerando-se como tais também o fechamento temporário de ruas para passeio de pedestres, desfiles, procissões, passeatas, etc. e, para facilitar a fiscalização.

§ 2º - De acordo com o interesse público, determinadas ruas poderão ser interditadas a caminhões, nestes casos, a Assessoria de Planejamento indicará os horários de exceção para possibilitar as cargas e descargas necessárias à movimentação de mercadorias aos proprietários ocupantes de imóveis nela localizados.

§ 3º - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e à noite.

Artigo 129 - Compreende na proibição do artigo anterior, o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 1º - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Artigo 130 - Fica obrigatória a adoção de medidas adequadas para que o leito do passeio e do logradouro, no trecho compreendido pelas obras, seja permanentemente mantido em perfeito estado de conservação e limpeza.

Artigo 131 - Quaisquer detritos caídos das obras, ou resíduos de materiais que fixarem sobre trechos do leito do passeio e do logradouro, deverão ser imediatamente recolhidos, inclusive com a varredura dos referidos trechos, além da irrigação, a fim de impedir levantamento de pó.

Artigo 132 - O construtor responsável deverá adotar

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

medidas capazes de evitar incômodos à vizinhança, pela queda de detritos nas propriedades vizinhas ou pela produção de poeira ou ruídos excessivos.

Artigo 133 - Não será permitida a preparação de reboco ou armazenamento nos passeios e logradouros.

Artigo 134 - Em caso de acidente por falta de precauções ou de segurança, devidamente apuradas pelo órgão competente da Prefeitura, o construtor responsável sofrerá as sanções previstas em regulamentação pelo Executivo, sem prejuízo das penalidades legais.

Artigo 135 - É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

I - conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

II - atirar à via ou logradouros públicos corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Artigo 136 - A Prefeitura determinará e indicará mediante sinalização adequada, os limites de velocidade para as várias categorias de veículos nas vias públicas da cidade, vilas e povoados.

Parágrafo Único - No caso de infringência deste artigo, não sendo possível identificar o infrator, a penalidade será imposta ao proprietário do veículo.

Artigo 137 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas, ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Artigo 138 - Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Artigo 139 - É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

I - conduzir pelos passeios, volumes de grande porte;

II - conduzir ou estacionar sobre passeios, veículos de qualquer espécie;

III - patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;

IV - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

V - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins públicos;

VI - portões de entrada ou saída de veículos abrir para a calçada.

Parágrafo Único - Excetuam-se do presente artigo as cadeiras de rodas ou similares quando utilizadas por deficientes físicos.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Seção IV - Das Medidas referentes aos Animais

Artigo 140 - É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Artigo 141 - Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito da municipalidade ou outro designado pelo poder público.

Artigo 142 - O animal recolhido em virtude do disposto nessa Seção, será retirado dentro do prazo de 3 (três) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

§ 1º - Não sendo retirado o animal nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

§ 2º - Em caso de reincidência do mesmo dono e mesmo animal, a multa será triplicada.

Artigo 143 - É proibida a criação ou engorda de porcos nos perímetros urbanos da sede municipal e dos distritos.

Parágrafo Único - Aos proprietários de cevas atualmente existentes no perímetro urbano, fica marcado o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação deste Código, para a remoção dos animais.

Artigo 144 - É igualmente proibida a criação, no perímetro urbano da sede municipal e dos distritos, de qualquer outra espécie de animais ou aves que sejam prejudiciais à saúde, à higiene ou perturbem a vizinhança.

Parágrafo Único - Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 51 deste Código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Artigo 145 - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Artigo 146 - Ficam proibidos os espetáculos de feras e as exibições de cobras e quaisquer animais perigosos sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Artigo 147 - É expressamente proibido:

I - criar abelhas nos perímetros urbanos da cidade e distritos e nos demais locais de maior concentração urbana;

II - criar galinhas nos porões e no interior das habitações.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 148 - É proibido manter em viveiro doméstico, sem autorização da Prefeitura Municipal qualquer tipo de animal selvagem, mesmo a título de zoológico particular.

§ 1º - Instalações como estas, quando se desejar manter, deverão ser vistoriadas pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria da Saúde, bem como atendidas a todas as exigências destas.

§ 2º - A Prefeitura Municipal e a defesa civil deverão ter conhecimento da relação dos animais selvagens ou répteis mantidos nesses cativeiros domésticos.

§ 3º - A Prefeitura Municipal e a defesa civil deverão ser comunicadas sempre que algum desses animais escapar.

Artigo 149 - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar crueldade contra os mesmo, tais como:

I - transportar, nos veículos de tração animal,carga ou passageiros de peso superior às suas forças;
II - carregar animais com peso superior a 150 quilos;

III - montar animais que já tenham a carga permitida;
IV - fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;
V - obrigar qualquer animal a trabalhar mais de 8 (oito) horas contínuas sem descanso e mais de 6 (seis) horas, sem água e alimento apropriado;
VI - martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;
VII - castigar com rancor e excesso qualquer animal;
VIII - conduzir animais com a cabeça para baixo suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal que lhes possa ocasionar sofrimento;
IX- manter animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentos;
X - usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;
XI - praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado nesta Seção, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

Seção V - Da Extinção de Insetos Nocivos

Artigo 150 - Todo proprietário de terreno cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.
Artigo 151 - Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiros, será feita intimação ao proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 10 (dez) dias para se proceder ao seu extermínio.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 152 - Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20% pelo trabalho de administração, além da multa disposta no artigo 360.

Artigo 153 - Aos particulares, para o combate aos artrópodes e moluscos hospedeiros intermediários e artrópodes importunos, caberá também, a manutenção das condições higiênicas nas edificações que ocupem nas áreas anexas e nos terrenos de sua propriedade.

Parágrafo Único - Em casos especiais, a Prefeitura poderá tomar medidas complementares.

Seção VI - Da Ocupação das Vias Públicas

Artigo 154 - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura até a metade do passeio, podendo, em casos especiais, atingir até 2/3 (dois terços) do mesmo.

§ 1º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles afixados de forma bem visível.

§ 2º - Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

1 - construção ou reparos de muros ou grades com altura não superior a dois metros;

2 - pinturas ou pequenos reparos.

§ 3º - Não causarem danos às árvores, aparelhos de iluminação, redes telefônicas, da distribuição de energia elétrica, ou qualquer outro serviço público.

Artigo 155 - Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festivos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as seguintes condições:

I - serem aprovados pela Prefeitura, quanto à sua localização;

II - não perturbem o trânsito público;

III - não prejudiquem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo Único - Uma vez findo o prazo estabelecido no inciso IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando do responsável as despesas de remoção e dando ao material removido o destino que entender.

Artigo 156 - Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no § 1º, do artigo 126 deste Código.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 157 - Os postes telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndio e de polícia e as balanças para pesagem de veículos só poderão ser colocadas nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições na respectiva instalação.

Artigo 158 - As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas,nos logradouros, sempre em caráter precário, desde que satisfaçam as condições seguintes:

I - terem sua localização aprovada pela Prefeitura;

II - apresentarem bom aspecto quanto à sua construção e exibição publicitária;

III - não perturbarem o trânsito público;

IV - serem de fácil remoção;

V - não se situem em calçadas com largura inferior a 4,00 m (quatro metros) ou conforme artigo 156.

Artigo 159 - Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar com mesas, cadeiras ou bancos, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros e desde que previamente autorizados pela Prefeitura.

Artigo 160 - Os estabelecimentos comerciais, não poderão, sob pretexto algum, expor seus produtos, sejam eles quais forem,nas calçadas, nas fachadas dos estabelecimentos ou penduradas nos toldos.

Parágrafo Único - Excetuam-se deste artigo os materiais expostos em vitrines colocadas nas fachadas, de acordo com autorização da Assessoria de Planejamento e que tenham até 0,20 m (vinte centímetros) de profundidade.

Artigo 161 - Os toldos não poderão ter largura superior a 2/3 da largura da calçada e nem altura livre inferior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros) da parte mais alta do piso da calçada.

Artigo 162 - Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura.

§ 1º - Dependerá, ainda, de aprovação, o local escolhido para fixação dos monumentos.

§ 2º - No caso de paralização ou mau funcionamento de relógio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto, devendo ser substituído ou retirado se a paralização ou mau funcionamento perdurar por mais de um mês.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Seção VII - Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro

Artigo 163 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e de saibro depende de licença da Prefeitura, naquilo que for de sua competência, que a concederá, observados os preceitos deste Código.

Artigo 164 - A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

1 - nome e residência do proprietário do terreno;

2 - nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

3 - localização precisa da entrada do terreno;

4 - declaração do processo de exploração e da quantidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

1 - prova de propriedade do terreno;

2 - autorização para a exploração, passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;

3 - planta da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais e cursos d' água situados em toda a faixa de largura de 500 (quinhentos) metros em torno da área a ser explorada;

4 - perfil do terreno em três vias.

Artigo 165 - As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo Único - Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarreta perigo à vida ou à propriedade.

Artigo 166 - Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Artigo 167 - Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com o documento da licença anteriormente concedida.

Artigo 168 - O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 169 - Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Artigo 170 - A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

I - declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;

II - intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões;

III - içamento, antes da explosão de uma bandeira, à altura conveniente para ser vista à distância;

IV - toque por três vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sirene e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Artigo 171 - A instalação de olarias nas zonas urbanas e expansão urbana do Município deverá obedecer às seguintes prescrições:

I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações nocivas, podendo a Prefeitura exigir filtros;

II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas, o explorador será obrigado a fazer devido escoamento ou aterrar as cavidades, à medida que for retirado o barro.

Artigo 172 - A Prefeitura poderá, a qualquer tempo. determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Artigo 173 - É proibido a extração de areia em quaisquer cursos de água do Município:

I - a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

II - quando modifiquem seu leito ou margens;

III - quando possibilitem a formação de lodaçais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV - quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre leitos dos rios.

Seção VIII - Dos Anúncios e Cartazes

Artigo 174 - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas,

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º - Incluem-se ainda, na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprios de domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos.

§ 3º - Será concedida isenção da taxa correspondente quando se tratar de publicidade em painéis luminosos ou artísticos e quando se tratar de casos especiais, a critério do Prefeito, ouvida a Assessoria de Planejamento.

Artigo 175 - A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como feitas por meio de cinema ambulante, ainda que muda, está igualmente sujeita à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Artigo 176 - Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I - pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II - sejam anti-estéticos ou de alguma forma prejudiquem aos aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

III - sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

IV - obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas e respectivas bandeiras;

V - contenham incorreções de linguagem;

VI - pelo seu número ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Artigo 177 - Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

I - a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;

II - a natureza do material de confecção;

III - as dimensões;

IV - as inscrições e o texto;

V - as cores empregadas.

Artigo 178 - Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda, indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

§ 1º - Os anúncios luminosos serão colocados à altura mínima de 2,50 m do passeio.

§ 2º - Os anúncios luminosos não poderão ultrapassar a largura da calçada.

Artigo 179 - Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - Desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou reparação de anúncios e letreiros dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Artigo 180 - Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades dessa seção, poderão ser apreendidos pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista neste Código.

Artigo 181 - As faixas ou cartazes, qualquer que seja o tipo de propaganda, inclusive as eleitorais, somente poderão ser afixadas após autorização da Prefeitura.

Parágrafo 1º - A autorização referida neste artigo, será dada por prazo limitado.

Parágrafo 2º - Após o vencimento do prazo, as faixas ou cartazes deverão ser retirados pelos responsáveis pela sua afixação.

Parágrafo 3º - O descumprimento da obrigatoriedade referida no parágrafo 2º, sujeitará o infrator ao pagamento da multa prevista no artigo 363, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Seção IX - Dos Muros, Cercas e Passeios

Artigo 182 - Os terrenos não construidos em trechos de ruas já pavimentadas e com guias e sarjetas, devem obrigatoriamente, ter muros dotados de portão e passeios.

Artigo 183 - A Prefeitura, por notificação pessoal ou editais, intimará os proprietários de terrenos a murá-los e calçá-los no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e, não sendo atendida, mandará executar os serviços, por seus funcionários ou mediante concorrência administrativa, cobrando depois o custo das obras acrescidas de 20% (vinte por cento) a título de administração, além da multa que couber.

Artigo 184 - A altura mínima dos muros referidos nos artigos anteriores é de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Quando se tratar de terrenos situados nas zonas centrais, a Prefeitura especificará também o tipo de muro de fecho.

Artigo 185 - Os serviços de construção, reconstrução e conservação de passeios são obrigatórios e ficam a cargo dos proprietários dos imóveis, obedecendo às seguintes especificações:

I - poderão ser do mosaico tipo português, com desenhos padronizados pela Assessoria de Planejamento e obedecerão o mesmo padrão para o mesmo quarteirão;

II - a declividade será de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento).

§ 1º - Enquanto não houver a construção do passeio, o

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

proprietário se obriga a mantê-lo nivelado e livre para o trânsito de pedestres.

§ 2º - Será permitida a construção dos passeios de concreto, que obedecerá as seguintes normas:

1 - a espessura mínima será de 6 cm; tratando-se de entrada para veículos, a espessura mínima será 15 cm;

2 - o traço do concreto será 1:2:3 em volume;

3 - a superfície será desempenada e com declividade 3% a 5%;

4 - nos passeios, em hipótese alguma, será permitida a construção de degraus ou rampas acentuadas, mesmo que seja para entrada de veículos, ou qualquer outro tipo de obstrução ao livre trânsito de pessoas, crianças, deficientes físicos, idosos, carrinhos de bebês, etc.

Parágrafo Único - Quando a declividade do terreno não favorecer as condições ideais, exigidas nesta Lei, a questão deverá ser resolvida pela Administração Municipal que a examinará em caráter geral, levando-se em consideração um reestudo total do trecho, seja qual for o seu tamanho, até que se resolva ou ameniza a situação existente.

Artigo 186 - As saídas de água da chuva deverão ser canalizadas sob o passeio, desde o ponto anterior ao alinhamento do muro até a sarjeta.

Artigo 187 - Na construção de passeio, deverá ser reservado, para a árvore que exista ou venha a ser plantada, um anel livre, em seu redor, de 0,50 m (cinquenta centímetros), de diâmetro, com bordas protetoras de 0,10 m (dez centímetros), de altura, aproximadamente, ou um quadrado de 0,60 X 0,60 m ou uma área equivalente a 0,40 m2.

Parágrafo Único - A borda do anel ou quadrado mais próximo da guia deverá ficar a 0,50 m (cinquenta centímetros) dela.

Artigo 188 - Os passeios deverão sempre ser mantidos limpos e desobstruidos, de forma a permitir o livre trânsito de pedestres, sendo proibido o estacionamento total ou parcial de veículos automotores de qualquer espécie.

Artigo 189 - A construção de e passeios ou a sua reforma e o rebaixamento de guias e sarjetas deverão ser requeridos à Administração Municipal para sua aprovação.

Parágrafo 1º - A Administração Municipal, verificado o cumprimento das obrigações impostas no próprio requerimento lavrará "termo de autorização", se for o caso.

Parágrafo 2º - A reparação dos passeios danificados com escavações para obras de esgotos, água, luz, telefone, arborização, ou outros serviços públicos, por empresas ou órgãos públicos, será feita por estas, às suas expensas.

Artigo 190 - As reconstruções de passeio consequentes de obras de vulto, como sejam o alargamento ou substituição da pavimentação das mesmas, ficam também a cargo dos proprietários

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

dos imóveis.

Artigo 191 - As rampas dos passeios destinados a entrada de veículos, bem como o chaframento e rebaixamento de guias, observarão especificações da repartição competente e dependem de licença especial e pagamento de taxas.

Parágrafo Único - A Prefeitura não autorizará o rebaixamento das guias quando as condições das ruas não o permitirem por apresentar um prejuízo ao tráfego de pedestres.

Artigo 192 - As guias que separam o passeio do leito da rua, poderão ser rebaixadas quando coincidirem com entrada de veículos, desde que o rebaixamento não ultrapasse 3,00 m (três metros) de extensão.

§ 1º - Tratando-se de ruas em que esse limite de extensão se mostre insuficiente à finalidade a que se destina, o interessado poderá requerer o aumento que se tornar estritamente necessário.

§ 2º - Em nenhuma hipótese é permitido o rebaixamento do passeio para acompanhar o da guia, bem como a construção de rampas de acesso no leito carroçável das vias públicas.

Artigo 193 - Quando se tratar de estacionamento reservados para uso exclusivo de comércios ou indústrias, poderá, mediante aprovação da Administração Municipal, ser autorizado o rebaixamento das guias, em toda a extensão que corresponder a testada do imóvel, ainda que o mesmo se situe em esquina.

Seção X - Obras nas Vias Públicas

Artigo 194 - O serviço de pavimentação de ruas é privativo da Prefeitura, que o executará nas condições da legislação municipal vigente que regula o assunto.

Parágrafo Único - A Prefeitura, a seu critério, poderá autorizar empresas particulares especializadas no ramo, a executar serviços de pavimentação no município, desde que devidamente credenciadas e seus serviços sejam fiscalizados pela Administração Municipal.

Artigo 195 - A ninguém é permitido abrir ou levantar o calçamento, proceder a escavações ou executar obras de qualquer natureza na via pública, sem prévia licença.

Parágrafo Único - Fica sempre a cargo da Prefeitura a recomposição da via pública correndo, porém as despesas, por conta de quem deu causa ao serviço.

Artigo 196 - A abertura do calçamento ou escavações na parte central da cidade, somente poderá ser feita em horas previamente designadas pela repartição competente.

Artigo 197 - Quando as valas abertas para qualquer mister atravessarem os passeios, será colocada uma ponte provisória garantindo o trânsito.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 198 - As repartições ou empresas particulares, autorizadas a fazerem aberturas no calçamento ou escavações no leito das vias públicas, são obrigados a colocar tabuletas convenientemente dispostas e, contendo aviso de trânsito interrompido ou perigoso, assim como sinalização luminosa durante a noite.

Parágrafo Único - A execução dos serviços e a reposição das terras das valas obedecerão às determinações e especificações da repartição competente.

Artigo 199 - A abertura do calçamento ou quaisquer obras nas vias públicas quando autorizadas, deverão ser executadas de modo que não fiquem prejudicadas as obras subterrâneas ou superficiais de transmissão de energia elétrica, telefone, água, esgotos, escoamento de águas pluviais, etc.

Parágrafo Único - As empresas ou repartições cujas instalações possam ser atingidas por essas obras deverão ser notificadas, para acompanhá-las.

Seção XI - Utilização das Estradas Municipais

Artigo 200 - Ninguém poderá abrir, fechar, desviar ou modificar estradas públicas sem prévia licença da Prefeitura.

Artigo 201 - É vedado nas estradas municipais o trânsito de quaisquer veículos ou emprego de qualquer meio de transporte, que possa ocasionar dano às mesmas.

Parágrafo Único - Em casos especiais, justificada a necessidade, a Prefeitura poderá autorizar o trânsito de veículos especiais, exigindo o depósito de importâncias por ela arbitradas, para garantia dos estragos por ventura ocasionados.

Artigo 202 - A Prefeitura regulamentará o uso das estradas municipais fixando o tipo, dimensões, tonelagem e demais características dos veículos, bem como a velocidade do tráfego de acordo com as condições técnicas de capacidade das respectivas obras de arte.

Artigo 203 - Aqueles que se utilizarem das estradas municipais sem respeitarem a regulamentação tratada no artigo anterior, responderão pelos danos que causarem às mesmas, sem prejuízo das multas a que estiverem sujeitos.

Artigo 204 - As estradas municipais serão sinalizadas de acordo com a legislação federal vigente.

Parágrafo Único - Da sinalização constarão as restrições ao tráfego impostas pela regulamentação tratada no artigo 201.

Seção XII - Dos Locais de Culto

Artigo 205 - As igrejas, os templos e as casas de culto

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso, devem ser respeitados, sendo proibido pixar suas paredes e muros ou neles colocar cartazes.

Artigo 206 - Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Artigo 207 - Na construção de edifícios destinados a templos religiosos, serão respeitadas as peculiaridades arquitetônicas de cada culto, desde que fiquem asseguradas todas as medidas de proteção, segurança e conforto do público, contidas neste Código.

Artigo 208 - As igrejas, templos e casas de culto não poderão conter maior número de assistentes a qualquer de seus ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.

Seção XIII - Dos Inflamáveis e Explosivos

Artigo 209 -São considerados inflamáveis:
I - fósforo e os materiais fosforados;
II - a gasolina e demais derivados de petróleo;
III - os éteres, alcoóis, a aguardente e os óleos em geral;

IV - os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosos líquidas;
V - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de cento e trinta e cinco graus centígrados(1360C.).

Artigo 210 - Consideram-se explosivos:
I - os fogos de artifício;
II - a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
III - a pólvora e o algodão-pólvora;
IV - as espoletas e os estopins;
V - os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
VI - os cartuchos de guerra, caça e minas.

Artigo 211 -Fica proibido o armazenamento e o comércio de fogos de artifício, a menos de 500,00 m (quinhentos metros) de hospitais, de repartições públicas, postos de saúde, creches, orfanatos, postos de gasolina ou de lavagem de carros, escolas, bancos, caixas econômicas, estacionamentos para automóveis e casas de diversões.

Artigo 212 - A proibição de que trata o artigo anterior será reduzida para um raio de 500,00 m (quinhentos metros) de mercados, supermercados, hipermercados, igrejas, lojas de tintas, depósito de GLP e lojas que vendam ou armazenem materiais plásticos ou qualquer outro de fácil combustão.

Artigo 213 - As firmas que, porventura, se localizarem

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

clandestinamente em desacordo com o disposto nos artigos anteriores, terão prazo de 24 (vinte e quatro horas) dias para se mudarem, sob pena de cancelamento de suas atividades, através de medidas administrativas ou judiciais.

Artigo 214 - Se qualquer empresa, seja qual for o seu ramo de comércio, vier a comercializar com fogos de artifício em suas dependências, por responsabilidade própria ou de terceiros, será intimada a deixar de vendê-los ou armazená-los.

Parágrafo Único - Aos infratores deste artigo, serão cominadas multas de 10(dez) a 20(vinte) valores de referência, aumentadas em dobro, se não atendida a intimação dentro de 3 (três) dias, procedendo-se, a seguir o fechamento total do estabelecimento.

Artigo 215 - Entende-se como material de fácil combustão as mercadorias cujas características de inflamabilidade e ignição sejam iguais ou superiores ao índice médio, com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e especificações do Corpo de Bombeiros - PM, tais como : isopor, cera, madeiras, querosene, álcool, verniz, solvente ou diluentes voláteis, borracha, graxa, betuminosos, substâncias químicas, combustíveis, fibras naturais e sintéticas e demais produtos sólidos, líquidos ou gasosos, cujo ponto de fulgor e temperatura de ignição ultrapassem os limites de norma e exijam cautelas especiais quanto ao seu armazenamento, acondicionamento e manuseio.

Artigo 216 - A nenhum compartimento de edifício comercial ou de habitação coletiva, com mais de 1 (um) compartimento, será permitida a expedição de alvará de funcionamento para atividades comerciais ou depósitos de estabelecimento para o comércio de fogos de artifício, materiais plásticos, tintas e outros materiais de fácil combustão.

Artigo 217 - A proibição do comércio de tintas refere-se àquelas que são compostas por diluentes e solventes voláteis.

Artigo 218- Qualquer tipo de comércio instalado em compartimentos permanentes aos edifícios referidos no artigo 216 deste Código, fica obrigado, anualmente, a solicitar a renovação do alvará de funcionamento, com vistoria do Corpo de Bombeiros, obedecidas as normas fixadas nesta Lei.

Artigo 219 - Os órgãos competentes da Prefeitura Municipal tomarão as medidas necessárias para a sustação do alvará de funcionamento dos contribuintes que desrespeitarem esta Lei.

Artigo 220 - É absolutamente proibido fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura.

Artigo 221 - Os edifícios destinados à fabricação, propriamente dita, e bem assim, os paióis de explosivos deverão ob-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

servar, entre si e com relação às demais construções, o afastamento mínimo de 80 m (oitenta metros). Na área de isolamento assim obtida serão levantados merlões de terra de 2 m (dois metros) de altura, no mínimo, onde deverão ser plantadas árvores.

Artigo 222 - Os edifícios destinados à fabricação propriamente dita, obedecerão às seguintes prescrições:

I - as paredes circundantes serão resistentes sobre todas as faces menos uma: a que ficar voltada para o lado em que não houver outras edificações ou que seja suficientemente afastada das que existirem;

II - o material de cobertura será impermeável, incombustível, resistente, o mais leve possível, e assentado em vigamento metálico bem contraventado;

III - o piso será resistente, incombustível e impermeável;

IV - as janelas diretamente expostas ao sol deverão ser dotadas de venezianas de madeira, e as vidraças deverão ser de vidro fosco;

V - além da iluminação natural, será permitida apenas a elétrica, mediante lâmpadas incandescentes, protegidas por tela metálica;

VI - deverão ser dotados de instalações e equipamentos adequados à extinção de incêndio;

VII - os trilhos e os vagonetes utilizados para transportes internos deverão ser de madeira, cobre ou latão;

VIII - dispor de proteção adequada contra descargas atmosféricas.

Artigo 223 - Os edifícios destinados a armazenamento de matérias-primas, obedecerão às seguintes prescrições:

I - haverá um edifício próprio para cada espécie de matéria-prima: a distância separativa de edifício a edifício será de 10 (dez) metros, no mínimo;

II - além da iluminação natural, será permitida, apenas, a elétrica, mediante lâmpadas incandescentes protegidas por tela metálica;

III - o piso, a cobertura e as paredes dos depósitos de matérias-primas serão resistentes, impermeáveis ou impermeabilizados e incombustíveis;

IV - deverão ser dotados de instalações e equipamentos adequados à extinção de incêndio.

Artigo 224 - As fábricas de explosivos orgânicos de base mineral deverão satisfazer, além do disposto nos artigos anteriores, mais ao seguinte:

I - os merlões levantados na área de isolamento, deverão atingir a altura superior à da cumeeira do edifício e neles deverão ser plantadas árvores.

Artigo 225 - Para a aprovação de projetos de edifícios destinados a fabricação ou armazenagem de explosivos e/ou inflamáveis, serão exigidas plantas da eletricidade dos prédios, bas-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

tante detalhadas, mostrando claramente os circuitos e suas potências e deverão ser assinadas por engenheiro eletricista. Afim de prever ou evitar curtos-circuitos, suas condições de conservação, funcionamento e manutenções serão vistoriadas anualmente pelo corpo de bombeiros, sob pena de não renovação do Alvará de Funcionamento.

Artigo 226 - As fábricas de explosivos orgânicas deverão satisfazer, além do disposto nos artigos deste código, mais ao seguinte:

I - o vigamento da cobertura, nos locais onde houver a possibilidade de desprendimento de vapores nitrosos, deverá ser protegido por tintas à base de asfalto;

II - os pisos dos locais sujeitos a emanações de vapores nitrosos, deverão ser revestidos de asfalto e ter declividade suficiente para o rápido escoamento de líquidos eventualmente derramados;

III - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança.

Artigo 227 - Os depósitos e armazéns de destinos não especificados nos capítulos seguintes serão assimilados aos estabelecimentos comerciais ou industriais semelhantes.

Parágrafo Único - Os depósitos de inflamáveis não líquidos serão assimilados aos tratados no artigo 222.

Artigo 228 - Constituem depósito de inflamável todo o edifício, construção, local ou compartimento destinados a armazenar, permanentemente, líquidos inflamáveis.

Artigo 229 - Os depósitos para o armazenamento de materiais, tais como ferro velho, sucatas de plásticos, madeiras para construções, ferragens para estruturas de concreto armado, cal, telha manilha e outros semelhantes ou assimilados, obedecerão normas fixadas em regulamento.

Artigo 230 - Os entrepostos e depósitos destinados ao armazenamento de inflamáveis não poderão ser construídos adaptados ou instalados, sem licença específica e prévia da Prefeitura. O pedido deverá ser instruído com:

I - memorial descritivo da instalação, mencionando o inflamável,a natureza e a capacidade dos tanques ou recipientes, os dispositivos protetores contra incêndio, aparelhos de sinalização, assim como todo a aparelhamento ou maquinário a ser empregado na instalação;

II - planta em 3 (três) vias, na qual deverá constar a edificação, a implantação do maquinário e a posição dos recipientes ou dos tanques.

Artigo 231 - No caso de reformas e adaptações de prédios existentes para edifícios onde se fabriquem ou armazenem explosivos ou inflamáveis não serão aceitas as fiações existen-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

tes, devendo as mesmas serem trocadas.

Artigo 232 - No caso de depósitos destinados a armazenamento em recipientes ou tanques de volume superior a 10.000 litros, os documentos que instruem o pedido, deverão ser subscritos e a instalação ser executada sob a responsabilidade de profissional habilitado.

Artigo 233 - São considerados líquidos inflamáveis, para os efeitos deste Código, os que têm seus pontos de inflamabilidade abaixo de 135º C e classificam-se nas seguintes categorias:

1ª Categoria - os que tenham pontos de inflamabilidade inferior ou igual a 4º C, tais como gasolina, éter, nafta, benzol, colódio e acetona;

2ª Categoria - os que tenham ponto de inflamabilidade compreendido entre 4ºC e 25ºC, inclusive, tais como acetato de mila e toluol;

3ª Categoria - a) os inflamáveis cujo ponto de inflamabilidade esteja compreendido entre 25ºC e 66ºC; b) os inflamáveis cujo ponto de inflamabilidade esteja compreendido entre 66ºC e 135ºC, sempre que estejam armazenados em quantidades superiores a 50.000 litros.

Parágrafo Único - Entende-se por ponto de inflamabilidade o grau de temperatura em que o líquido emita vapores em quantidades tal que possa se inflamar pelo contato de chama ou centelha.

Artigo 234 - Os entrepostos e depósitos de inflamáveis líquidos, quanto à forma de acondicionamento e armazenamento, classificam-se nos seguintes tipos:

1º tipo - as construções apropriadas para armazenamento, em tambores, barricas, quintos, latas ou outros recipientes móveis;

2º tipo - os constituídos de tanques ou reservatórios elevados ou semi-enterrados e obras complementares;

3º tipo - os constituídos de tanques ou reservatórios inteiramente subterrâneos e obras complementares.

Artigo 235 - A edificação ou instalação de depósitos de substâncias inflamáveis, bem como o funcionamento de indústrias que utilizem referidas matérias-primas, somente serão autorizados em zona industrial ou rural do Município, desde que observados os requisitos mínimos de segurança a serem estabelecidos pelos órgãos técnicos da Prefeitura.

Parágrafo Único - Excluem-se da proibição deste artigo, os postos de distribuição e abastecimento de gasolina, óleo diesel e álcool hidratado.

Artigo 236 - Compreendem-se por substâncias inflamáveis:

I - todos os derivados de petróleo, gasolina, óleo diesel, querosene, gás liquefeito, parafina;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

II - preparados químicos tais como: dinamite, pólvora;
III - álcool, nas suas diferentes modalidades e preparados do álcool;
IV - produtos derivados do carvão de pedra, como alcatrões, óleos especiais;

Artigo 237 - Os depósitos e fábricas de materiais que não apresentem condições mínimas de segurança, deverão proceder às adaptações necessárias no prazo de 6 (seis) meses a contar da publicação desta Lei.

Artigo 238 - Os depósitos e fábricas existentes não poderão em hipótese alguma, ser ampliados ou sofrer reformas, no prazo previsto no artigo anterior.

Artigo 239 - A Prefeitura Municipal, através de seus órgãos competentes, procederá ao levantamento das áreas construídas de todos os estabelecimentos existentes no gênero, a fim de evitar que os mesmos sejam ampliados.

Artigo 240 - Os depósitos do 1º tipo deverão satisfazer aos seguintes requisitos:
I - ser divididos em secções, contendo cada uma, o máximo de 200.000 litros, instaladas em pavilhão que obedeça aos requisitos desta Lei;
II - os recipientes serão resistentes, ficarão distantes 1,00 m (um metro), no mínimo das paredes, a capacidade de cada recipiente não excederá 210 litros, a não ser para armazenar álcool, quando poderá atingir 600 litros.

§ 1º - Nesses depósitos não será admitida, mesmo em caráter temporário, utilização de qualquer aparelho, instalação ou dispositivo produtor de calor, chama ou faíscas.

§ 2º - Será obrigatória a instalação de aparelhos simuladores de incêndio, ligados com o compartimento do guarda.

Artigo 241 - Os pavilhões deverão ser térreos e ter:
I - material de cobertura e do respectivo vigamento incombustível;
II - as vigas de sustentação do telhado apoiadas de maneira a, em caso de queda, não provocar a ruína das mesmas;
III - as paredes circundantes construídas de material incombustível com espessura que impeça a passagem do fogo pelo menos durante 1,00 h (uma hora);
IV - as paredes impermeáveis ou impermeabilizadas em toda a superfície interna;
V - as paredes que dividem as secções entre si, de tipo corta-fogo, elevando-se, no mínimo, até 1,00 m (um metro) acima da calha ou rufo;não poderá haver continuidade de beirais, vigas, terças e outras peças construtivas;
VI - o piso protegido por uma camada de, no mínimo, 5 cm (cinco centímetros) de concreto impermeabilizado, isento de

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

fendas ou trincas, e com declividade suficiente para escoamento dos líquidos com um dreno para recolhimento deste em local apropriado;

VII - portas de comunicação entre as secções do depósito ou de comunicação com outras dependências de tipo corta-fogo, dotadas de dispositivo de fechamento automático e dispositivo de proteção, que evite entraves ao seu funcionamento;

VIII - soleiras das portas internas de material incombustível com 15 cm (quinze centímetros) de altura acima do piso;

IX - iluminação natural: a artificial, se houver, deverá ser feita por lâmpadas elétricas incandescentes; nos casos de armazenamento de inflamáveis líquidos de 1ª e 2ª categorias, as lâmpadas deverão ser protegidas por globos impermeáveis aos gases e providos de tela metálica protetora;

X - as instalações elétricas embutidas nas paredes e canalizadas nos telhados; nos casos de armazenamento de inflamáveis líquidos de 1ª e 2ª categorias, os acessórios elétricos, tais como chaves, comutadores e motores, deverão ser blindados contra penetração de vapores ou colocados fora do pavilhão;

XI - ventilação natural: quando o líquido armazenado for inflamável de 1ª categoria, que possa ocasionar produção de vapores, ter ventilação adicional, mediante abertura ao nível do piso, em oposição às portas e janelas;

XII - em cada secção, aparelhos extintores de incêndio.

Artigo 242 - Os pavilhões deverão ficar afastados, no mínimo 4,00 m (quatro metros) entre si, de quaisquer outras edificações de depósito e das divisas do terreno, ainda no caso do imóvel vizinho ser do mesmo proprietário.

Artigo 243 - A Prefeitura poderá determinar o armazenamento em separado de inflamáveis, que, por sua natureza, possam apresentar perigo quando armazenados em conjunto, bem como os requisitos e exigências adequados a esse fim.

Artigo 244 - Os depósitos do 2º tipo serão construídos de tanques semi-enterrados ou com base no máximo a meio metro acima do solo, e deverão satisfazer ao seguinte:

I - a capacidade de cada reservatório ou tanque não poderá exceder a 6.000.000 litros;

II - os tanques ou reservatórios serão de aço ou de ferro galvanizado, fundido ou laminado; a utilização de qualquer outro material dependerá da aprovação prévia da Prefeitura;

III - os taques ou reservatórios metálicos serão soldados, e quando rebitados, calafetados de maneira a tornar-se perfeitamente estanques, e serão protegidos contra a ação dos agentes atmosféricos por camadas de tinta apropriada para esse fim;

IV - a resistência dos tanques ou reservatórios deverá ser comprovada em prova de resistência à pressão, a ser realizada em presença de engenheiro da Prefeitura, especialmente designado;

V - os tanques metálicos estarão ligados eletricamente à terra;

VI - as fundações e os suportes dos tanques deverão ser

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

inteiramente de material incombustível;

VII - os tanques providos de sistema próprio e especial de proteção da extinção de fogo, deverão distar das divisas do terreno e uns dos outros, no mínimo, uma vez e meia a sua maior dimensão (diâmetro, altura ou comprimento), ainda no caso do imóvel vizinho ser do mesmo proprietário; com relação à divisa confinante com a via pública, será suficiente a distância correspondente a uma vez a referida maior dimensão; em qualquer caso, será suficiente o afastamento de 35,00 m (trinta e cinco metros);

VIII - os tanques não providos de sistema próprio e especial proteção e extinção de fogo deverão distar das divisas do terreno e uns dos outros, no mínimo o dobro da sua maior dimensão(diâmetro, altura ou comprimento), ainda no caso do imóvel ser do mesmo proprietário; com relação à divisa confinante com a via pública, será suficiente a distância correspondente a uma vez e meia a referida maior dimensão; em qualquer caso será suficiente o afastamento de 60,00 m (sessenta metros);

IX - quando destinados a armazenar inflamáveis, em volume superior a 20.000 litros, os tanques e reservatórios deverão ser circundados por muro, mureta, escavação ou aterro, de modo a forma bacia com capacidade livre mínima correspondente a do próprio tanque ou reservatório;

X - os muros da bacia não deverão apresentar abertura ou solução de continuidade e deverão ser capazes de resistir à pressão dos líquidos eventualmente extravasados;

XI - no interior da bacia não é permitida a instalação de bombas para abastecimento dos tanques ou para esgotamento de águas pluviais;

XII - os muros da bacia construídos de concreto, deverão quando necessário ter juntas de dilatação, de metal resistente a corrosão;

XIII - os tanques deverão distar das paredes das bacias 2,00 m (dois metros), no mínimo.

1 - Os tanques e reservatórios de líquidos, que possam ocasionar emanação de vapores inflamáveis, deverão observar o seguinte:

I - ser providos de respiradouro equipado com válvulas de pressão e de vácuo quando possam os líquidos ocasionar emanação de vapores inflamáveis;

II - a extremidade do cano de enchimento deverá ser feita de modo a impossibilitar derramamento de inflamáveis;

III - o abastecimento do tanque será feito diretamente pelo cano de enchimento, por meio de uma mangueira ligando-o ao tambor, caminhão tanque, vagão, ou vasilhame utilizado no transporte de inflamáveis;

IV - os registros deverão ajustar-se nos respectivos corpos e serem providos de esperas indicativas da posição em que estejam, abertas ou fechadas;

V - os encanamentos deverão, sempre que possível, ser assentes em linhas retas e em toda instalação previstos os meios contra expansão, contração e vibração;

VI - é proibido o emprego de vidro nos indicadores de nível.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

2 - Serão admitidos tanques elevados propriamente ditos, desde que satisfaçam ao seguinte:

I - só poderão armazenar inflamáveis de 3ª categoria;

II - devem ficar afastados, no mínimo 8,00 m (oito metros) de qualquer fonte de calor, chama ou faísca;

III - devem ficar afastados da divisa do terreno, mesmo no caso do terreno vizinho ser do mesmo proprietário, de uma distância não inferior à maior dimensão do tanque (diâmetros, comprimento ou altura);

IV - o tanque ou conjunto de tanques, com capacidade superior a 4.000 litros, devem ser protegidos extremamente por uma caixa com os requisitos seguintes:

a) ter a espessura mínima de 10 cm (dez centímetros), quando de concreto, ou de 25 cm (vinte e cinco centímetros), quando de alvenaria;

b) as paredes laterais devem ultrapassar o topo do tanque, de no mínimo 30 cm (trinta centímetros);

c) as paredes da caixa devem distar, no mínimo 10 cm (dez centímetros) dos tanques;

d) serem cheias de areia ou terra apiloada até o topo da caixa.

Artigo 245 - Os tanques ou reservatórios subterrâneos deverão obedecer ao seguinte:

I - ser construídos de aço ou de ferro galvanizado, fundido ou laminado, ou de outro material previamente aprovado pela Prefeitura;

II - ser construídos para resistir, com segurança, à pressão a que forem submetidos;

III - deverão ser dotados de tubo respiratório, terminando em curva e com a abertura voltada para baixo protegida por tela metálica.Esse tubo deverá elevar-se 3,00 m (três metros) acima do solo e distar, no mínimo, 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de qualquer porta ou janela.

Artigo 246 - Quando o tanque ou reservatório se destinar ao armazenamento de inflamáveis de 1ª categoria, a capacidade máxima de cada um será de 200.000 litros.

Artigo 247 - Deverá haver uma distância mínima igual à metade do perímetro da maior secção norma do tanque, entre o costado deste e o imóvel vizinho, ainda que pertencente ao mesmo proprietário.

Artigo 248 - Deverá haver distância mínima entre dois tanques igual ou maior que 1/20 (um vigésimo) da prevista no artigo anterior, com o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Artigo 249 - Os tanques subterrâneos devem ter seu topo no mínimo, a 70 cm (setenta centímetros) abaixo do nível do solo.

Parágrafo Único - No caso de tanque com capacidade superior a 5.000 litros, essa profundidade será contada a partir da

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

5 - Nos depósitos compostos de várias secções instaladas em pavilhões separados, a distância separativa entre secções será correspondente, no mínimo, à metade do perímetro da maior delas.

Artigo 252 - Não será permitido depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - Aos varejistas que atenderem a especificação desta Lei é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura, na respectiva licença de material inflamável ou explosivo que, não ultrapassar à venda provável de vinte dias.

§ 2º - Os fogueteiros e explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 500 (quinhentos) metros da habitação mais próxima e a 250 (duzentos e cinquenta) metros das ruas ou estradas. Se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a 1.000 (mil) metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Artigo 253 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Artigo 254 - É expressamente proibido:

I - queimar fogos de artifício, bombas, buscapés, morteiros e outros fogos perigosos nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros;

II - soltar balões em toda a extensão do Município;

III - fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município.

§ 1º - A proibição de que tratam os incisos I e III, poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§ 2º - Os casos previstos no parágrafo 1º serão regulamentadas pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso as exigências que julgar necessárias a interesse da segurança pública.

Artigo 255 - A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis fica sujeira à licença especial de Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública ou o trânsito.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 2º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança.

Artigo 256 - Aplicam-se as normas do Departamento Nacional de Combustíveis às hipóteses relacionadas com combustíveis não previstas neste código.

Seção XIV - Instalação de depósitos destinados ao armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Artigo 257 - Ficam estabelecidas as exigências constantes desta Lei, para a instalação de depósitos destinados ao armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) envasilhamento, no Município de Holambra.

Artigo 258 - A aplicação desta Lei é restrita ao armazenamento de recipientes especiais não excedentes de 90 kg (216 l em água), destinados à venda ao público por distribuidora ou por prepostas, ou representante de distribuição do produto.

Artigo 259 - O termo depósito usado nesta Lei significa todo e qualquer recinto, fechado ou aberto, destinado ao armazenamento de garrafas e botijões de GLP.

Artigo 260 - O termo garrafa é aplicado ao recipiente especial de formato cilíndrico dispondo de tampa de proteção de válvula de saída do GLP, localizada em sua parte superior, e utilizado na prática comercial com peso de 10,45 e 90 kg de gás.

Artigo 261 - O termo botijão é aplicado ao recipiente portátil de formato especial, dotado de válvula de saída do GLP na parte superior, e utilizado na prática comercial com o peso líquido de 1, 2, 5 e 13 Kg de gás.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, o armazenamento de vasilhame especial de GLP terá por base o botijão de 13 kg de gás, que é o comumente empregado no consumo domiciliar do GLP.

Artigo 262 - O empilhamento de botijões é permitido nas seguintes condições: numa área de 1,30 m2 (unidade área de 1,14 m X 1,14 m), poderão ser colocados 27 botijões de 13 Kg, dispostos em 3 fileiras de 3 botijões, pilhas de 3 botijões.

Parágrafo Único - Na unidade (1,14 m X 1,14 m), quando outros tipos de vasilhames são depositados, em substituição aos botijões de 13 Kg, poderão ser colocados:

- ou 4 garrafas de 90 Kg;
- ou 9 garrafas de 45 Kg;
- ou 16 garrafas de 10 kg;
- ou 32 botijões de 5 kg;
- ou 36 botijões de 2 kg;
- ou 50 botijões de 1 kg.

Artigo 263 - No armazenamento o vasilhame deverá ser colocado de maneira a ficar menos possível exposto a aumento ex-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

cessivo de temperaturas, avarias físicas ou ao alcance de pessoas não qualificadas.

Artigo 264 - Quando o armazenamento se der em recinto fechado, o vasilhame não deverá ser colocado perto de saídas , escadas ou áreas normalmente destinadas ao livre trânsito do pessoal.

Artigo 265 - Recipientes, cheios ou vazios, que requeiram tampa de proteção da válvula devem tê-la no lugar próprio quando armazenadas, bem como fechadas as válvulas da saída (vazão).

Artigo 266 - Os recipientes vazios, em uso na distribuição de GLP, quando armazenados em recintos fechados, são considerados com se cheios estivessem para o fim de determinação de quantidade máxima de GLP permitida no armazenamento.

Artigo 267 - Os botijões de 1, 2, 5 e 13 Kg usados como chama exposta e aplicações semelhantes, podem ser armazenados ou exibidos em locais frequentados pelo público(lojas de vendas de fogões e aparelhos iluminantes). A quantidade total armazenada e em exposição, não poderá exceder a 90 Kg de GLP).

Artigo 268 - O limite máximo de armazenamento no interior de construções não frequentadas pelo público (como recintos industriais, etc.), não excederá a 135 Kg de GLP.

Artigo 269 - O armazenamento e revenda de recipientes contando GLP são vedados em domicílios,áreas de quintais, tinturarias, bares, postos de gasolina, garagem e estabelecimentos comerciais semelhantes ou assemelhados.

Artigo 270 - É expressamente vedada a prática de transferência de botijões ou garrafas, a não ser nas estações de engarrafamento das distribuidoras, autorizadas pelo Conselho Nacional de Petróleo, e com autorização municipal.

Artigo 271 - Os depósitos destinados ao armazenamento de gás liquefeito de petróleo envasilhado, definidos nesta Lei, não poderão ser construídos, adaptados ou instalados sem prévia licença da Prefeitura Municipal local.

Artigo 272 - Os depósitos de gás liquefeito de petróleo envasilhado são classificados em duas classes:

Classe A - recinto fechado, que se subdivide em Tipo 1A e Tipo 2A;

Classe B - recinto aberto, que subdivide em Tipo 1B e Tipo 2B.

Artigo 273 - Os depósitos classe A, Tipos 1A e 2A, deverão ser construídos com observância das seguintes exigências:

I - material de cobertura e do respectivo vigamento

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 278 - Os depósitos Classe B, Tipo 2B, observarão, ainda, as seguintes exigências:

I - recinto aberto, todo cercado, capaz de armazenar um número de botijões de 13 Kg acima do limite de 1,728 botijões estabelecido para os depósitos Classe B, Tipo 1B;

II - os botijões ou garrafas serão armazenados em galpão aberto e afastado pelos 4 lados 10,00 m (dez metros) da cerca que delimita o terreno.

Artigo 279 - A localização dos depósitos para armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP), envasilhado, obedecerá ao seguinte critério:

Classe A, Tipo 1A - Em via pública de largura mínima de 8,00 m (oito metros) e tráfego regular, situada no centro urbano e comercial da cidade, afastada 25,00 m (vinte e cinco metros) de escolas, igrejas, hospitais, cinemas, teatros, campos atléticos ou quaisquer locais de reuniões públicas.

Classe A, Tipo 2A - Em via pública de largura mínima de 12,00 m (doze metros) e tráfego regular, situada na zona urbana da cidade, distanciados 7,50 m (sete metros e cinquenta centímetros) de prédios considerados importantes e afastados 50,00 m (cinquenta metros) de escolas,igrejas, hospitais, cinemas, teatros, campos atléticos ou quaisquer locais de reuniões públicas.

Classe B, Tipo 1B - Em via pública de largura mínima de 12,00 m (doze metros) e tráfego regular, situada na periferia da zona urbana da cidade, afastados 50,00 m (cinquenta metros) de escolas, hospitais, cinemas, teatros, campos atléticos ou quaisquer locais de reuniões públicas.

Classe B, Tipo 2B - Em vias públicas ou estradas de acesso em zona rural ou no limite com a zona urbana e rural observadas as demais exigências do Tipo 1B.

Artigo 280 - Fica fixado o prazo de 06 (seis) meses a partir da publicação da presente Lei, para a adaptação de todos os depósitos existentes no Município de Holambra, e que não satisfaçam os requisitos nela estipulados.

Artigo 281 - Aplicam-se as normas do Departamento Nacional de Combustíveis, as hipóteses relacionadas com GLP, não previstas neste Código.

Seção XV - Vistorias Administrativas

Artigo 282 - A Prefeitura, por intermédio da repartição competente, procederá vistoria administrativa nos casos seguintes:

I - quando, em construção, edifício, aparelhamento ou instalação de qualquer espécie foram notados indícios de ruína

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

que ameaçam a segurança pública;

II - para verificação da execução de qualquer obra de construção ou demolição determinada por intimação da Prefeitura, ou sujeita a prazo para execução;

III - para verificação do estado de conservação dos edifícios;

IV - para verificar se o imóvel está em condições de ser utilizado para uma determinada finalidade;

V - para verificar a conclusão de obras licenciadas, autorizando a sua utilização.

Artigo 283 - A Prefeitura efetuará vistorias, quando solicitada, para verificação de situações particulares de imóveis, desde que se refira a matéria da competência e interesse do Município.

Parágrafo Único - Do pedido de vistoria deverá constar expressamente a justificativa da mesma.

Artigo 284 - Os responsáveis pelo funcionamento de cinemas, teatros, auditórios, salas de conferências, salões de esportes, salões de bailes e outros locais de diversões ou onde se reúna grande número de pessoas, ficam obrigados a requerer no mês de dezembro à Prefeitura, para efeito de licença no ano seguinte, a renovação da Licença de Funcionamento.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DA PRODUÇÃO COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Seção I - Da licença de Localização

Artigo 285 - Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria e de prestação de serviços de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo Único - O requerimento deverá especificar com clareza:

1 - o ramo da atividade;

2 - o montante do capital investido;

3 - o local em que o requerente pretenda exercer sua atividade.

Artigo 286 - Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que não se enquadrem dentro das proibições constantes dos artigos deste Código.

Artigo 287 - A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restauran-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

tes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame do local e aprovação da autoridade municipal.

Artigo 288 - Para efeito de fiscalização o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização em lugar visível e o exibirá à autoridade municipal sempre que esta o exigir.

Artigo 289 - Para mudança de local de estabelecimento, deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas

Artigo 290 - A licença de localização poderá ser cassada:

I - quando se tratar de atividade diferente da requerida;

II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

III - se o licenciado se negar a exibir o Alvará de Localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV - por solicitação de autoridades competentes, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividade sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este Código.

Seção II - Do Comércio Ambulante

Artigo 291 - O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município do que preceitua esta Lei.

Artigo 292 - Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - o número de inscrição;

II - residência do comerciante responsável;

III - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funcione o comércio ambulante.

Parágrafo Único - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja excedendo a atividade, ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Artigo 293 - É proibido ao vendedor ambulante,sob pena de multa:

I - estacionar nas vias públicas e outros logradouros,

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II - impedir ou dificultar o trânsito de veículos nas vias públicas ou outros logradouros e de pedestres nas calçadas;

III - transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Parágrafo 1º - O comerciante ambulante, deverá deixar seu local de comércio em ordem durante o horário comercial, observados os preceitos da higiene, especialmente em relação aos produtos colocados a venda.

Parágrafo 2º - Após o horário comercial, o comerciante ambulante deverá deixar o local das operações limpo e sem detritos, apto a ser usado pelo trânsito, sem transtornos.

Seção III - Do Horário de Funcionamento

Artigo 294 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços do Município, obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato duração e as condições do trabalho:

I - para a indústria de modo geral:

a) abertura e fechamento entre 7,00 às 18,00 hs.

b) nos domingos e feriados os estabelecimentos, permanecerão fechados.

II - para o comércio em geral:

a) abertura às 7:00 horas e fechamento às 18:00 horas nos dias úteis;

b) nos domingos e feriados permanecerão fechados.

§ 1º - Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos e feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritórios, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades seguintes:

a) impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de serviços de esgotos, serviços de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo de autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º - No período de 11 de dezembro a 6 de janeiro será permitido o funcionamento do comércio em geral até às 22 horas.

Artigo 295 - Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais, que serão regulamentados por atos do Poder Executivo, estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, mediante requerimento e pagamento da taxa respectiva.

Seção IV - Da Aferição de Pesos e Medidas

Artigo 296 - Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do início de suas atividades, a

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

tigo anterior será dada mediante a satisfação prévia dos requisitos que vierem a ser fixados pelo órgão competente.

Artigo 302 - Aplica-se o disposto neste código às bebidas de qualquer tipo ou procedência, aos complementos alimentares, aos produtos destinados a serem mascados e a outras substâncias, dotadas ou não de valor nutritivo, utilizados no fabrico, preparação e tratamento de alimentos, matérias-primas alimentares e alimentos " in natura ".

Artigo 303 - Excluem-se do disposto neste código e nas suas Normas Técnicas Especiais os produtos com finalidade medicamentosa ou terapêutica, qualquer que seja a forma como se apresentem ou o modo como são ministrados.

Artigo 304 - O alimento destinado à exportação poderá ser fabricado de acordo com as normas vigentes no País para o qual se destina.

Artigo 305 - A maquinaria, os aparelhos, utensílios, recipientes, vasilhames e outros materiais que entrem em contato com alimentos, empregados no fabrico, manipulação, acondicionamento, transporte, conservação e venda dos mesmos deverão ser de material adequado, que assegure perfeita higienização e de modo a não contaminar, alterar ou diminuir o valor nutritivo dos alimentos.

Seção III - Definições

Artigo 306 - Para efeito deste capítulo, considerar-se:

I - alimento: toda substância ou mistura de substância, no estado sólido, líquido, pastoso, ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

II - matéria-prima alimentar: toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto, que para ser utilizada como alimento precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica;

III - alimento " in natura " : todo alimento de origem vegetal ou animal para cujo consumo imediato se exija, apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

IV - alimento enriquecido: todo alimento que tenha sido adicionado de substância nutriente, com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo;

V - alimento dietético: todo alimento elaborado para regimes alimentares especiais destinados a serem ingeridos por pessoas sãs;

VI - alimento de fantasia ou artificial: todo alimento preparado com objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre preponderantemente, substância não encontrada no

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

XIX - laboratório oficial: o órgão técnico específico da Secretaria de Estado da Saúde, como os órgãos congêneres federais e municipais;

XX - autoridade fiscalizadora competente: o funcionário legalmente autorizado do órgão competente da Secretaria de Estado da Saúde ou dos demais órgãos competentes federais e da Prefeitura Municipal;

XXI - análise de controle: aquela que é efetuada após o registro do alimento, quando de sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade, ou com o relatório e o modelo de rótulo anexados ao requerimento que deu origem ao registro;

XXII - análise prévia: a análise que precede o registro;

XXIII - análise fiscal: a efetuada sobre o alimento colhido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos deste código;

XXIV - estabelecimento: o local onde se fabrique, produza, manipule, beneficie, acondicione, conserve, transporte, armazene, deposite para venda, distribua ou venda alimento, matéria-prima alimentar, alimento " in natura ", aditivo intencionais, matérias, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com os mesmos.

Seção IV - Da Fiscalização de Alimentos

Artigo 307 - A ação fiscalizadora será exercida pelas autoridades federais, estaduais ou municipais no âmbito de suas atribuições.

Artigo 308 - A fiscalização de que trata esse Título, se estenderá à publicidade e à propaganda de alimentos, qualquer que seja o meio empregado para sua divulgação.

Artigo 309 - A fiscalização será exercida sobre os alimentos, o pessoal que os manipula e sobre os locais e instalações onde se fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, venda ou consuma alimentos.

Artigo 310 - No fabrico, produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenamento, transporte, distribuição, venda e consumação de alimentos, deverão ser observados os preceitos de limpeza e higiene.

Artigo 311 - No acondicionamento não será permitido o contato direto de alimento com jornais, papéis coloridos, papéis ou filmes plásticos usados e com a face impressa de papéis, filmes plásticos ou qualquer outro envólucro que possa transferir ao alimento substâncias contaminantes.

Artigo 312 - É proibido manter no mesmo continente ou

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

transportar no mesmo compartimento de um veículo alimentos e substâncias estranhas que possam contaminá-lo ou corrompê-los.

Parágrafo Único - Excetuam-se da exigência deste artigo os alimentos embalados em recipientes hermeticamente fechados, impermeáveis e resistentes.

Artigo 313 - No interesse da saúde pública, poderá a Prefeitura proibir, nos locais que determinar, o ingresso e a venda de gêneros e produtos alimentícios de determinadas procedências, quando plenamente justificados os motivos.

Artigo 314 - Pessoas que constituam fonte de infecção de doenças infecto-contagiosas ou transmissíveis, exceto quando houver um vetor hospedeiro intermediário obrigatório, bem como as afetadas de dermatose exsudativas ou esfoliativas, ou portadores de doenças de aspecto repugnante, não poderão exercer atividades que envolvam contato ou manipulação de gêneros alimentícios.

Parágrafo Único - Nos estabelecimentos de gêneros alimentícios ninguém será admitido ao trabalho sem prévia caderneta de saúde, fornecida pela autoridade sanitária competente.

Artigo 315 - Os utensílios e recipientes dos estabelecimentos onde se consumam alimentos, deverão ser lavados e higienizados ou usados recipientes não reutilizáveis.

Artigo 316 - Nenhuma substância alimentícia poderá ser exposta à venda sem estar devidamente protegida contra poeira, insetos e outros animais.

Parágrafo Único - Excluem-se da exigência deste artigo os alimentos " in natura " e, a critério da autoridade municipal, levando com conta as condições locais e a categoria dos estabelecimentos, os alimentos de consumo imediato que tenham ou não sofrido processo de cocção.

Artigo 317 - A critério da Prefeitura Municipal, poderá não ser permitida a venda ambulante em feiras de produtos alimentícios que não puderem ser objeto desse tipo de comércio.

Artigo 318 - A venda ambulante e em feiras, de produtos perecíveis de consumo imediato, poderá ser autorizada pelo poder público municipal que levará em conta as condições e características locais e do produto.

Artigo 319 - Os gêneros alimentícios e bebidas depositadas ou em trânsito nos armazéns das empresas transportadoras ficarão sujeitos à fiscalização da Prefeitura.

Parágrafo Único - As empresas transportadoras serão obrigadas quando parecer oportuno, a fornecer prontamente, esclarecimentos sobre as mercadorias em trânsito ou citadas em seus armazéns, a lhe dar vista na guia de expedição ou importação, faturas, conhecimentos e demais documentos relativos às mercadorias sob sua guarda, bem como facilitar a inspeção destas e a colheita de amostras.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Seção V - Da Interdição, apreensão e inutilização de alimentos

Artigo 320 - Os alimentos suspeitos ou com indícios de alteração, adulteração, falsificação ou fraude, serão interditados como medida cautelar, e deles serão colhidos amostras para análise.

Artigo 321 - A interdição do produto e/ou do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises e outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de 90 (noventa) dias, e de 48 (quarenta e oito) horas para os produtos perecíveis, findo o qual o produto, ou o estabelecimento, ficará automaticamente liberado.

Artigo 322 - Os alimentos manifestamente deteriorados, e os alterados, de tal forma que a alteração constatada justifique considerá-los, de pronto, impróprios para o consumo, serão apreendidos e inutilizados sumariamente sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção V - Da Interdição, apreensão e inutilização de alimentos

Artigo 323 - Nos locais em que se fabriquem, preparem, beneficiem ou acondicionem alimentos, é proibido ter em depósito substâncias nocivas à saúde ou que possam servir para alterar, adulterar, fraudar ou falsificar alimentos.

Artigo 324 - Só será permitido o comércio de saneante, desinfetantes e produtos similares, em estabelecimentos de venda ou consumo de alimentos quando neles existir local apropriado, separado, devidamente aprovado pela autoridade municipal.

Artigo 325 - É obrigatória a existência de aparelho de refrigeração e/ou de congelação nos estabelecimentos em que se produzam, fabriquem, preparem, beneficiem, manipulem, acondicionem, armazenem, depositem ou vendam produtos alimentícios perecíveis ou alteráveis.

Artigo 326 - Nos locais e estabelecimentos onde se manipulem, beneficiem, preparem ou fabriquem produtos alimentícios e bebidas é proibido:

I - fumar;
II - varrer a seco;
III - permitir a entrada ou permanência de quaisquer animais.

Artigo 327 - Nos estabelecimentos onde se fabriquem, preparem, vendam ou depositem gêneros alimentícios haverá recipientes adequados, de fácil limpeza e providos de tampo, ou recipi-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

entes descartáveis para coleta de resíduos.

Artigo 328 - Será obrigatório o rigoroso asseio nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios.

Parágrafo Único - Nas instalações sanitárias destinadas aos funcionários e empregados, será obrigatória a existência de papel higiênico, lavatório com água corrente, sabão, toalhas de papel ou secador de ar quente e um aviso fixado em ponto visível, determinando a obrigatoriedade de seu uso, ficando proibidos recipientes para papel higiênico usado.

Artigo 329 - Os empregados e operários dos estabelecimentos de gêneros alimentícios serão obrigados:

I - a apresentar, anualmente, a respectiva caderneta de saúde à repartição sanitária para a necessária revisão;

II - usar vestuário adequado à natureza do serviço, durante o trabalho;

III - a manter rigoroso asseio individual.

§ 1º - As exigências deste artigo são extensivas a todos aqueles que, mesmo não sendo empregados ou operários registrados nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, estejam vinculados de qualquer forma à fabricação, manipulação, venda, depósito ou transporte de gêneros alimentícios, em caráter habitual.

Artigo 330 - Os açougues são destinados à venda de carnes, vísceras e miúdos frescos, resfriados ou congelados, não sendo permitido seu preparo ou manipulação para qualquer fim.

Parágrafo Único - Será , entretanto, facultado aos açougues:

I - a venda de carnes conservadas ou preparadas, exceto os enlatados, desde que convenientemente identificadas com procedentes de fábricas licenciadas e registradas;

II - a venda de carne fresca moída, desde que a moagem seja obrigatoriamente feita na presença do comprador e a seu exclusivo pedido;

III - a venda de pescado, industrializado e congelado procedente de fábricas licenciadas desde que disponham de unidades frigoríficas próprias e exclusivas para sua boa conservação.

Artigo 331 - Nenhum açougue poderá funcionar em dependência da fábrica de produtos de carne e estabelecimentos congêneres.

Artigo 332 - Nas casas de venda de aves vivas e ovos não é permitida a matança ou preparo de aves ou outros animais.

Artigo 333 - Nos estabelecimentos de comércio de aves abatidas, não é permitida a existência de aves vivas.

Parágrafo Único - Nos estabelecimentos referidos neste artigo, é proibida a manipulação ou tempero de carne para qualquer fim.

Artigo 334 - Nas peixarias é proibido o preparo ou fabrico de conservas de peixe.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 335 - Nos supermercados e congêneres, é proibida venda de aves ou outros animais vivos.

CAPÍTULO VI

Doenças transmissíveis e saneamento do meio

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 336 - Nas barbearias, cabeleireiros, casas de banho, salões, institutos de beleza e estabelecimentos congêneres, será obrigatória a desinfecção e esterilização do instrumental e utensílios destinados ao serviço, antes de serem usados, por meios apropriados, aceitos pela autoridade municipal.

Artigo 337 - É proibido às casas de banho atenderem pessoas que sofram de dermatose ou qualquer doença parasitária, infecto-contagiosa ou repugnante.

Parágrafo único - Os estabelecimentos que tiverem médico responsável em caráter permanente, poderão atender pessoas com essas características, obedecidas as determinações do responsável.

Artigo 338 - As roupas, utensílios e instalações dos hotéis, pensões, casas de banho, barbearias e cabeleireiros, deverão ser limpas, desinfetadas e esterilizadas.

§ 1º - As roupas utilizadas nos quartos de banho, deverão ser individuais, não podendo servir a mais de um banhista antes de serem novamente lavadas e desinfetadas.

§ 2º - As banheiras deverão ser lavadas, desinfetadas e esterilizadas após cada banho.

§ 3º - O sabonete será fornecido a cada banhista, devendo ser inutilizada a porção de sabonete que restar após ser usado pelo cliente.

Artigo 339 - As piscinas de uso público e as de uso coletivo restrito, deverão utilizar água com características físicas, químicas e bacteriológicas adequadas.

§ 1º - Os seus vestiários, sanitários e chuveiros, deverão ser conservados limpos, desinfetados e esterilizados.

§ 2º - Os calções de banho e toalhas, quando fornecidos pelas entidades responsáveis pela piscina, deverão ser desinfetados após o uso de cada banhista.

Artigo 340 - É proibido às lavanderias públicas receberem roupas que tenham servido a doentes de hospitais ou estabelecimentos congêneres, ou provenientes de habitações particulares onde existam pessoas atacadas de doenças transmissíveis.

Artigo 341 - É proibido o uso de lixo " in natura " para servir como alimentação a porcos e outros animais.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo admite-se na alimentação de porcos e outros animais, o aproveitamento de restos de comida, desde que sejam mantidos e conduzidos em recipientes de uso exclusivo para esse fim, devendo estes serem previamente limpos e desinfetados.

Artigo 342 - É proibida a irrigação de plantações de hortaliças e frutas rasteiras com água contaminada, em particular as que contenham dejetos humanos.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo, considerar-se água contaminada a que contenha elementos em concentrações nocivas à saúde humana, tais como organismos patogênicos, substâncias tóxicas ou radioativas.

Artigo 343 - Para consumo doméstico, só deve ser utilizada água potável.

Artigo 344 - É proibido manter quaisquer animais que por sua espécie, quantidade ou instalações inadequadas, possam ser causa de insalubridade ou de incômodo à vizinhança.

Artigo 345 - A Prefeitura poderá determinar outras medidas sobre saneamento do meio para assegurar proteção à saúde, prevenindo a disseminação de doenças transmissíveis e incômodos a terceiros.

Seção II - Inumações, Exumações, Translados e Cremações

Artigo 346 - A inumação de pessoas vitimadas por doenças transmissíveis somente poderá ser feita com observância das medidas e cautelas determinadas pela autoridade municipal e judicial.

Parágrafo Único - Havendo suspeita de que o óbito foi consequente à doença transmissível, a autoridade municipal poderá exigir a necropsia para determinar a causa da morte.

Artigo 347 - É proibido o uso de caixões metálicos, ou de madeira revestida, interna ou externamente com aquele material, excetuando-se os destinados:

I - aos embalsamados;

II - aos exumados;

III - aos cadáveres que não tenham de ser com eles enterrados, sendo obrigatoriamente a desinfecção e esterilização após o uso.

Parágrafo Único - Outros materiais poderão ser utilizados na confecção de caixões desde que submetidos à aprovação da autoridade municipal sanitária.

Artigo 348 - O transporte dos cadáveres só poderá ser feito em veículos especialmente destinados a esse fim.

Parágrafo Único - Os veículos deverão ser de forma a se prestarem à lavagem, esterilização e desinfecção após o uso, ten-

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

do , no local em que pousar o caixão, revestimento de placa metálica ou de outro material impermeável.

Artigo 349 - O prazo mínimo para exumação é fixado em três anos, contados da data do óbito, sendo reduzido para dois anos no caso de criança até a idade de seis anos, inclusive.

§ 1º - Nos casos de construção, reconstrução ou reforma dos túmulos bem como pedido da autoridade judicial ou policial para instruir inquéritos ou, ainda, em caso de interesse público comprovado, poderão ser alterados os prazos referidos neste artigo.

§ 2º - O transporte dos restos mortais exumados será feito em caixão funerário adequado, ou em urna metálica, após autorização da autoridade municipal e judicial.

CAPÍTULO VII

Dos Edifícios para Fins Especiais

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 350 - Os edifícios para fins especiais, além do que lhes for aplicável desta Lei, deverão obedecer ao que determina essa seção.

Artigo 351 - Na construção ou licenciamento dos estabelecimentos comerciais ou industriais, a Prefeitura exigirá, além do que constar desta Lei, as medidas previstas em legislação especial do Município do Estado ou da União para cada caso.

Artigo 352 - Os estabelecimentos comerciais e industriais não poderão lançar nos esgotos sanitários ou pluviais os resíduos e águas servidas ou de lavagem sem a prévia autorização da Prefeitura.

Parágrafo Único - Quando o lançamento dessas matérias se fizer em cursos d'água, será obrigatório o seu tratamento prévio e, em qualquer caso, dependerá da aprovação do órgão estadual encarregado da defesa dos cursos de água.

Artigo 353 - Os resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer estado da matéria, provenientes de atividades industriais, comerciais e residenciais ou correlatos, só poderão ser lançados em cursos de água, córregos, ribeirões, rios, lagos ou canais, por meios propícios, represados ou absorvidos por fossas, quando tais resíduos recebendo tratamento adequado e não provoquem qualquer alteração direta ou indiretamente da composição normal das águas receptoras, que possam constituir prejuízos à saúde, à segurança e ao bem-estar da população ou comprometer seu uso para

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido, sem que o notificado tenha regularizado a situação apontada, lavrar-se-á o respectivo auto de infração.

Artigo 372 - A notificação será feita em formulário destacável do talonário aprovado pela Prefeitura. No talonário ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado.

Parágrafo Único - No caso de o infrator ser analfabeto, fisicamente impossibilitado ou incapaz na forma da lei ou, ainda, se recusar a apor o "ciente", o agente fiscal indicará o fato no documento de fiscalização, ficando assim justificada a falta de assinatura do infrator.

Seção IV - Dos Autos de Infração

Artigo 373 - Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do Município.

Artigo 374 - Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou outra autoridade municipal, ou por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único - Recebendo a comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Artigo 375 - São autoridades competentes, para lavrar o auto de infração e impor multas os fiscais, ou outros funcionários, para isso designados pelo Prefeito.

Artigo 376 - É autoridade competente para confirmar os autos de infração e a multa o Prefeito ou quem por este for delegada a atribuição.

Artigo 377 - Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
II - o nome de quem lavrou, relatando-se com clareza o fato constante da infração e os demais dados que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;
III - o nome do infrator e, se possível, sua qualificação e residência;
IV - a disposição infringida;
V - a assinatura de quem a lavrou e de duas testemunhas capazes, se houver;
VI - a assinatura do infrator, sempre que possível.

Parágrafo Único - Em caso de falta de assinatura, será

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPÍTULO IX

Disposição Final

Artigo 382 - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 29 de junho de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74, da Lei Orgânica Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Expediente e Secretaria